

Defesa Nacional



SETEMBRO
1953

NÚMERO
470

General **JUAREZ DO NASCIMENTO F. TAVORA**, Diretor-Presidente.
General **ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO**, Diretor-Gerente.
Coronel **ADALARDO FIALHO**, Diretor-Secretário.

RIO DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XL	BRASIL — RIO DE JANEIRO, SETEMBRO DE 1953	N. 470
--------	---	--------

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial.....	3
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
Observações colhidas nas recentes provas da Bomba Atômica — Trad. do Gen. J.I.O. Paredes.....	7
Os Exércitos não são iguais — Cel. Adauto Castello Branco Vieira.....	13
Haverá sempre uma Cavalaria — Cel. Enio da Cunha Garcia.....	15
A Cavalaria hipomóvel na organização do Exército brasileiro — Cel. Arold Ramos de Castro.....	17
Ensinamentos da campanha da Coréia — Trad. do Ten.-Cel. Floriano Möller.....	19
A segurança da zona da retaguarda — Trad. dos Ten.-Cel. Cesar Gomes das Neves e Maj. Heráclides de Araujo Nelson.....	27
Fabricação de uniformes em série no E.C.M.I. — Maj. Mario M. Ramos... ..	33
Ensaio sobre o ensino militar e a classificação de pessoal — Cap. José Murillo Beurem Ramalho.....	41
Armadilhas em viaturas — Cap. Carlos Abelm Costa.....	45
Exercício de posto de comando na Artilharia Antiaérea — Cap. G.F. de Castro e 1º Ten. V.A. Azeredo Coutinho.....	51
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
Organização do trabalho intelectual — Cel. Augusto da Cunha Maggesi Pereira.....	55
O homem e a terra no Brasil — Prof. Roberto Pinto de Souza.....	77
Educação profissional, sua defesa e o Exército — Prof. A. Miranda Lima.....	83
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
Geopolítica do Brasil — Cel. Adalardo Fialho.....	93
Derrota no Oeste — Cel. Paulo E.F. da Silva.....	109
Um projeto de redivisão territorial do Brasil — Maj. Alfredo Correia Lima.....	113
DIVERSOS	
Um aspecto da missão educativa do oficial do Exército — Sr. Vale Carvalho.....	125
NOTÍCIAS DIVERSAS.....	131
NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR.....	135
ATOS OFICIAIS.....	137

Podemos mesmo afirmar, sem medo de errar, que a geração atual vem se adiantando às futuras, no equacionamento e solução desses problemas vitais de um Brasil maior.

Para um país com o tamanho e as riquezas potenciais que possuímos, não há lugar para pessimismos e menos ainda para derrotismos.

Marchamos para grandes destinos e a prova do nosso crédito é que as grandes potências disputam o nosso mercado, despeito das atuais dívidas comerciais do país. Estas caminham para pronta solução, mercê de acertadas providências governamentais e quanto a dívidas fundadas externas, praticamente não as temos.

Nossas reservas-ouro, no valor de seis bilhões de cruzeiros, estão intactas. Em cada dia que passa, abrem-se novos horizontes para o nosso potencial econômico.

É mister, pois, crer no futuro da Pátria e interessar as elites brasileiras — entre as quais as Forças Armadas ocupam papel destacado — na meditação de nossas possibilidades e no estudo de todas as questões fundamentais da nacionalidade.

A ignorância, o desconhecimento daquelas possibilidades e questões sempre foi, entre nós, a causa dessa injustificável posição de alheamento das nossas elites em relação aos interesses do país.

Somos mais inclinados à crítica fácil e destrutiva do que à análise serena e construtiva.

Proveito membro da antiga missão francesa dizia que os militares brasileiros não fazem reclame do seu Exército. É preciso realçar, acrescentava, o valor e o papel do Exército aos olhos da Nação.

Podemos estender esse conceito a todos os brasileiros e em relação a todas as instituições.

Não realçamos o que valemos e o que já temos feito e o desconhecimento é a causa dessa omissão.

Das duas, uma: ou as nossas elites adquirem a intuição dos nossos interesses fundamentais ou verão fugir-lhes das mãos a direção — que de direito lhes pertence — dos negócios da Nação.

Não invertamos, pela ação corrosiva do indiferentismo e displicência, o princípio da autoridade e capacidade, para entregar às massas amorfas, hábilmente trabalhadas por ideologias nefastas, as rédeas do poder. Conhecer os problemas do país, auscultar as aspirações do povo e procurar-lhes satisfação, no quadro da justiça e moral cristã, é o papel das elites.

Esta Revista vem se mantendo fiel, nos seus 40 anos de vida, ao seu programa de contribuir para o esclarecimento de parcela importante das elites brasileiras.

Em suas páginas generosas sempre se abrigaram, a par dos assuntos de cultura profissional, os temas mais variados de interesse do país.

Não há escrito de camarada nosso, versando, com elevação, problemas históricos, econômicos e sociais do Brasil, que não encontre nelas carinhoso asilo.

Esse o serviço que vimos prestando e cujo mérito reivindicamos. Soemos, pois, como sempre e bem alto, as trombetas do otimismo, ao ensejo do aniversário da Pátria. Consultemos as estatísticas e vejamos como elas falam por nós, a crédito do Brasil.

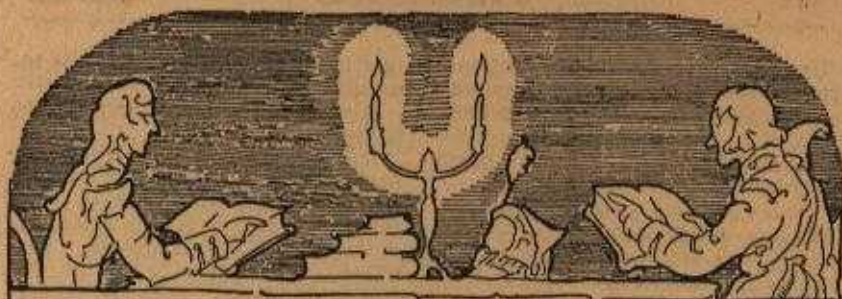
Removamos sem piedade, por incômodos, os apáticos, os indiferentes, de tibleza suspeita e, se preciso à força, por perniciosos, os detratores da nacionalidade e os aliados declarados de credos estrangeiros, sempre prontos para denegirem tudo o que é nosso.

Não há crer em linguajares derrotistas!

Saudemos, neste 7 de Setembro, o Brasil como ele é: ativo, livre e em progresso!

Saudemos também as Forças Armadas e particularmente o Exército, guardiões fiéis desse patrimônio sagrado!

Viva o Brasil!



CULTURA PROFISSIONAL

OBSERVAÇÕES COLHIDAS NAS RECENTES PROVAS DA BOMBA ATÔMICA

Pelo Capitão RICHARD R. TAFFE
Da Revista Americana Collier's

Extrato pelo General J. I. O. PAREDES



Um oficial do Exército, testemunha presencial de uma explosão atômica, afirma que, imediatamente depois da explosão, as tropas podem avançar sobre a zona devastada do terreno.

.....
Pisei o terreno onde acabava de explodir uma bomba atômica, sem receber queimaduras, sem sofrer os efeitos radioativos e sem me tornar esteril.

Outro tanto podem dizer cinco mil pessoas mais que assistiram às experiências realizadas nas planícies "Yucca", no campo de provas atômicas de "Nevada".

Alguns dias antes da experiência, aviões, trens e ônibus transportaram, ao acampamento do deserto "Rock", as tropas e observadores, contando-se desde os soldados aos Generais, pertencentes às diversas Armas e Serviços.

Préviamente identificados, em face da segurança, fomos distribuídos pelas barracas de um acampamento e depois de receber instruções sobre os fundamentos da guerra atômica, passamos ao estado de alerta, na noite anterior à explosão.

A tarde havíamos praticado o exercício de embarque nos caminhões que nos levariam ao local da prova.

Fomos despertados muito antes do amanhecer. Recebida a ordem, dirigimo-nos aos caminhões e ônibus que, em grande quantidade, alinhavam-se em torno do acampamento e os ocupamos atendendo à ordem de chamada. Após, o Chefe do comboio o encaminhou ao lugar da experiência, distante cerca de setenta quilômetros do acampamento que deixávamos.

O deserto, ao amanhecer, enganava. As distâncias se encurtam. Uma cordilheira a 40 quilômetros parecia-nos ao alcance da mão.

Um lago seco parecia tão real que poder-se-ia apostar estar cheio d'água, apesar de haver, em seu centro, um grupo de edifícios. Um desses fictícios lagos foi o abrigo que nos determinaram ocupar.

Novo controle ao descer das viaturas e, enquanto entrávamos em forma, as tripulações desciam as vidraças e deitavam os pára-brisas, como medida de segurança contra a explosão.

Eramos alguns milhares iniciando a marcha a pé, pelo caminho empoeirado, que conduzia ao posto de observação. Os encarregados da experiência haviam pensado em tudo: fomos colocados em fileiras e depois separados vários metros, uns dos outros; para isso, era imenso o deserto.

O Comandante, que já nos havia instruído no acampamento, falava, agora, de uma tribuna colocada às nossas costas. Eram 6 horas e 30 minutos; faltava aproximadamente uma hora para a explosão. Uns trinta minutos antes da hora "H" houve uma explosão preliminar, à base de "trilita", com a finalidade de "testar" os diversos instrumentos científicos. Afirmando ser ela de uma bomba de 150 quilos. Tivemos, assim, a sensação real da distância no deserto. Vimos uma fina espiral de poeira, de aproximadamente 3.000 metros de altura e ouvimos perfeitamente o ruído da explosão.

Por um sistema de alto-falantes, ouvíamos a descrição do ponto "zero", onde se daria a explosão atômica, local próximo a uma junção de estradas e que distava cerca de nove quilômetros à nossa frente, resultando difícil localizá-lo, para atender à voz que nos convidava a fazê-lo; assim, a maioria dos observadores, identificou apenas a junção de estradas. Sem referência alguma, o ponto "zero", a nós, parecia demasiado próximo.

Alguns elementos perguntaram se poderiam usar óculos escuros para contemplar a explosão. O oficial explicou quais os óculos permitidos e aqueles que não poderiam ser usados, avisando ainda

que também eram proibidos os binóculos de campanha.

Aos dez minutos, a inquietação já era grande.

Informaram-nos que o avião encarregado do lançamento dava a sua última passada e víamos o seu reflexo ao sol, num vóo colado às montanhas, à nossa direita. Ouvimos então: "por ordem do Comandante Geral, todo o pessoal dará as costas à zona da explosão e sentar-se-á no chão, exceto os que estiverem providos de óculos fornecidos pela Comissão de Energia Atômica, de densidade 4,2".

Porque ficaríamos de costas? O resplendor inicial da explosão atômica, assegura-se, é mil vezes mais forte que a luz do sol.

A onze quilômetros de distância não eram de temer lesões crônicas nos olhos, porém poderia causar um deslumbramento que nos impediria ver o resto do surpreendente espetáculo. Por isso estávamos de costas e sentados.

Os últimos minutos foram intermináveis.

Cesaram as conversas.

Pela voz dos alto-falantes contavam-se os segundos e, de repente, ouviu-se uma voz clara e firme que saindo do avião dizia: "Bomba lançada".

Sem querer, encolhemos os ombros e esperamos. Apesar de estarmos de costas, subitamente apreciámos uma gigantesca cintilação de luz branca, tão brilhante quanto o "flash" de um fotógrafo. Ouviu-se a ordem de "volver"; cinco mil homens obedeceram e, ao fazê-lo, pareceu-nos que acabavam de abrir a porta de um terrífico forno, cujo calor nos alcançou. E ali, suspensa sobre o deserto, estava a bola de fogo formada logo após ao resplendor inicial da bomba atômica, cuja luz cegadora, de repente, se tornou mais difícil ainda de se olhar.

A bola absorveu toneladas de terra do sólo e, quase ao mesmo tempo, em um ráio de vários quilômetros, em todas as direções, produziu densas nuvens de pó que subiram a centenas de metros. Surgiu então a característica co-

luna de fumaça cinzenta, que começou a elevar-se.

Isto foi o que vimos; porém não havíamos ouvido e nem "sentido" a explosão. Então chegou a onda de choque: o sólo começou a mover-se, a vibrar, não de cima para baixo, como era de se supor, mas lateralmente. Uma espécie de terremoto bamboleava nossos assentos, e se estivéssemos em pé, teríamos sido derrubados.

Quase ao mesmo tempo chegou-nos o som da terrível explosão e pareceu-nos que nossas cabeças estavam sendo arrancadas. Quase ninguém, dos presentes, havia jamais ouvido tão tremendo estampido; e imediatamente depois deste, ouvimos outro, que, podendo ser eco do primeiro, poderia corresponder a outra reação, em cadeia, da bola de fogo.

Ao horrível seguiu-se o belo! Não se considere estranho associar-se a tão pavorosa exibição a idéia de beleza que possui uma explosão atômica.

Do globo de fogo surgiu uma coluna de cor rosada, que atravessou o pardacento "bólo" que o coroava e subiu aos céus, enquanto o tom cinzento escuro do tronco se tornava violeta e azul. Formou-se, assim, uma seta fervente, característica dessas explosões, que lançava jatos pardos e alaranjados, que tentando sair, eram absorvidos novamente pela parte superior e finalmente caíam sobre o núcleo da massa branca. Em poucos minutos, a enorme nuvem se encontrava a 10.000 metros de altura e, despregada do tronco, era arrasada pelo vento em direção a "Las Vegas".

O que havíamos visto era uma "típica explosão nuclear". Uma "típica" explosão semelhante às das bombas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki, que liberaram uma quantidade de energia equivalente a de 20.000 T. de trilita, respeitável quantidade de explosivo — que, empilhada, mediria três metros de altura, por outros tantos de largura e quase mil e oitocentos metros de comprimento.

A explosão atômica tem três efeitos mortíferos: o da onda explosiva, o calorífico e o radioativo. Este último, tão temido pelo homem, em Ibiroschimn, causou, apenas, 15 % dos 140.000 mortos pela bomba.

Num segundo depois da explosão o efeito da radiação reduz-se a metade e desaparece ao cabo de noventa segundos.

Dos outros dois efeitos, o da onda explosiva causou 60 % dos mortos e o calor dos incêndios os 25 % restantes.

Voltemos, porém, à experiência do "Deserto Rock".

Enquanto contemplávamos o maravilhoso espetáculo, um helicóptero, procedente do posto de comando da Comissão de Energia Atômica, situado a alguns quilômetros por detrás das nossas posições, voava sobre a zona devastada e, tão logo as indicações dos instrumentos demonstravam que a zona estava livre de radiações perigosas, voltamos a embarcar nas viaturas e fomos ver o que havia sucedido, podendo apreciar os danos sofridos pelos diversos alvos que haviam sido colocados a distâncias cuidadosamente medidas do centro da explosão.

Durante a hora que se seguiu, aprendi duas coisas: que eu não havia sentido mal algum, com relação a radioatividade e que um abrigo enterrado é uma formidável defesa. O tópico mais generalizado — o medo à radiação — com respeito à bomba atômica, havia desaparecido, aquela manhã, nas planuras de "Yucca".

A distância inferior, em vários quilômetros, à que nos encontrávamos, ao presenciar a explosão, haviam preparado uma posição defensiva para batalhão, que consistia de postos de atirador, revestimentos, alambrados, espaldões de metralhadoras, canhões sem recuo, artilharia, com todos os detalhes correspondentes à posição que ocuparia um Batalhão de Infantaria reforçado. Parte do material estava enterrado (e a outra a descoberto). O pessoal representado por algumas ovelhas.

Era difícil de crer que este dispositivo estivesse a tão pouca distância da explosão. Descemos das viaturas para examinar o material que ali permanecera e recebemos uma explicação sobre o que fora experimentado. Depois retornamos aos carros e nos aproximamos do ponto "zero".

Muito mais perto dele, e em vários lugares, havia, ainda, organizações, material e ovelhas.

A medida que nos aproximávamos, os efeitos da explosão eram mais apreciáveis. A uns 3.500 metros do ponto "zero", o local em que se produziu precisamente o impacto, via-se que ali havia atuado uma terrível força.

Voltamos a abandonar as conduções nas posições ainda mais próximas e percorremos a zona carbonizada. Não obstante a tremenda devastação, não havia dúvida de que as tropas amigas poderiam ter empreendido, através dela, com êxito, um ataque, imediatamente depois da explosão.

Nesse ponto, a herva está queimada e os arbustos inclinados e, sem dúvida, se houvesse algum edifício, estaria destruído.

Em posições ainda mais próximas, notaram-se os efeitos da onda explosiva e da calorífica.

Sem dúvida, tudo o que foi colocado debaixo da terra apareceu sem danos apreciáveis; e a maior parte do material a descoberto poderia ser utilizado de novo.

Porém, durante os primeiros segundos seguintes à explosão, ninguém haveria sobrevivido se estivesse a descoberto, e com maior razão a menores distâncias da explosão, onde todos os efeitos mortíferos atuaram simultaneamente.

De baixo da terra as coisas mudam. As ovelhas estavam assustadas e queimadas nos pontos em que foram expostas, mas estavam vivas.

Ouvi muitos soldados congratularem-se pela proteção que oferecia uma simples posição de atirador e da absoluta segurança que proporcionaram os embasamentos providos de espessos revestimentos.

No dia seguinte, liamos no título de um jornal o seguinte: "As tropas sobrevivem à primeira prova da bomba atômica", e rimos, pois quase todos estávamos convencidos de que houveramos "sobrevivido", ainda que à distância.

Outro jornal referia que um militar, testemunha da experiência, havia dito: "Creio na bomba atômica como futura arma tática". Eu também, porque com respeito aos efeitos de onda e calor, comprovei que o soldado está perfeitamente em segurança, a uma distância incrivelmente próxima ao ponto "zero", desde que se proteja sob um abrigo apropriado que possa, inclusive, ser improvisado de momento.

Em relação ao terceiro efeito "radiação", pode-se assegurar que, depois da explosão, ela persiste; porém, sua intensidade não apresenta perigo de vida.

A nossa segurança, durante o tempo em que percorremos a zona afetada pela explosão, foi tal que teria sido preciso multiplicar por mil a intensidade da radiação existente para que um médico pudesse apreciá-la em nossos corpos; e para que tivéssemos necessidade de assistência médica, a referida intensidade teria que ser dez mil vezes maior.

Depois de haver percorrido o terreno, em seguida a uma explosão atômica, pude verificar que as precauções tomadas eram muito maiores que as necessárias em combate, e depois de haver ouvido as explicações de pessoas entendidas, posso assegurar que, se alguém está suficientemente próximo para ser atingido pela radiação, é provável que antes morrerá por outras causas.

Na experiência que descrevi, aprendeu-se muito.

As tropas e os observadores viram o que representa uma explosão e o que acontece a um terreno por ela afetado.

Os cientistas militares e civis apreciaram os efeitos que a bomba produz no pessoal e no material, a distâncias determinadas. E os

psicólogos observaram como reacionam as tropas.

Os observadores deduziram as conseqüências seguintes:

— Que uma instrução apropriada pode eliminar a maior parte do temor e inquietação devidos às armas atômicas.

— Que o soldado, convenientemente protegido, nada tem que temer da onda, do fogo, ou da radiação de uma explosão atômica.

— Que as tropas, adequadamente advertidas e protegidas, podem manobrar pelo terreno depois da explosão.

Eu ouvi um general afirmar o fato, bastante conhecido, de que a bomba atômica, longe de desvalo-

rizar a Infantaria, não é senão uma outra arma que ficará à sua disposição. Em experiências futuras, tirar-se-ão muito maiores conseqüências sobre a guerra atômica, e, quando tôdas forem devidamente apresentadas, aparecerá a nova doutrina que permitirá ao infante continuar cumprindo a sua missão.

Antes de sermos testemunhas dêsse assombroso espetáculo, o nosso oficial instrutor nos dizia: "Não devem os senhores, evidentemente, subestimar a enorme potência de uma bomba que matou cento e quarenta mil pessoas em Hiroshima; contudo ponham-se as cousas nos seus devidos lugares".



OS EXÉRCITOS NÃO SÃO IGUAIS

Cel. ADAUCTO CASTELLO BRANCO VIEIRA



Apadronização dos exércitos, em relação a tipo internacional, não é tarefa fácil de resolver. E talvez não se consiga uma solução razoável. É que os

exércitos são instrumentos de guerra criados por povos diversos, que, a seu modo, procuram solucionar problemas da própria segurança. Sendo assim, os exércitos sairão diferentes. Cada um com as virtudes ou os vícios de sua origem, o vigor ou fraqueza da raça que o alimenta de soldados e comandos, o poder da indústria que o arma e o remunicia, a natureza do transporte que o movimenta e, sobretudo, o sistema político que o anima e conduz.

O clima e a alimentação, os costumes e os hábitos, as tradições e os preconceitos, a língua, a religião, a ordem política, tudo isso deve ser considerado por quem deva tratar das questões relacionadas com a organização de um exército. Ele, para ser um organismo vivo, deve conter nas suas veias o sangue da nacionalidade, deve agir com os sentimentos da gente que fornece os contingentes de jovens para as respectivas fileiras. Assim, esse exército será nacional e, desta forma, vibrará com a nação, ser-lhe-á sensível aos sofrimentos e alegrias.

Já se foi o tempo dos exércitos mercenários, que se organizavam com janizaros e serviam a soldo de quem pagasse melhor ou oferecesse oportunidade a bons quinhões nas presas de guerra. A Suíça, que vende hoje relógios e energia elétrica, já constituiu um centro de organizações militares tipo de alu-

guel. É verdade, porém, que o seu moderno exército é organizado exclusivamente na base da defesa das suas instituições e soberania. A Inglaterra alugava outrora esquadras para ações navais a países estrangeiros. Graças aliás a isto, o Brasil pôde contar com os bons serviços, bem pagos, de Lord Cochrane. E tivemos, durante o Império, os chamados Batalhões Alemães, a estipêndio nosso, guerreando nas lutas cisplatinas. Ainda, não faz muito, unidades marroquinas lutaram ao lado de hespanhóis, contra hespanhóis, nas terras de Hespanha.

Mas, a atual concepção de exército, que vem da Revolução Francesa, não admite mais esse abastardamento que macula, com a venalidade, o idealismo de força ao serviço exclusivo da Pátria.

Desta forma, a norma seguida hoje é esta: cada povo com o seu exército, para a realização da sua política militar, na qual não se deve permitir a existência de interesses inconfessáveis, qualquer resquícios de submissão a compromissos desonrosos e perigosos para a independência, a economia e a dignidade nacionais.

O argumento de que, no caso de alianças ou coligações militares, é necessária essa padronização, não procede. Os exércitos europeus do século XX, todos de caráter nacionalista, mantidos pelo vigor patriótico das nações do velho continente, fizeram já duas grandes guerras, com os beligerantes divididos em dois partidos, cada partido agrupando um certo número daquelas nações, e fizeram-nas lançando à batalha as divisões, as brigadas, os regimentos, conforme provieram de

suas organizações originais, com a instrução militar que lhes foi ministrada, fardamento, equipamento, armamento, munições, serviços, e tudo o mais que, como meios de combate, reuniram durante a paz, dentro das possibilidades da economia, do espírito da civilização e das diretrizes da cultura que representavam brilhantemente.

Não houve necessidade de se padronizarem, segundo figurinos exóticos, não foram metidos dentro de fórmulas, como massa de biscoitos ou pão-de-ló, não passaram por um alfaiate único, por um único instrutor, pela imitação despersonalizadora de um único modelo. Nada disto. E a beleza do trabalho por eles executado está em que, com a multiplicidade e diversidade de equipamentos poderam, lado a lado, agir sob comando único, cumprir a missão que ao conjunto de cada partido interessava.

Os exércitos não precisam, em suma, ser iguais para marchar juntos e juntos vencer.

O que é preciso é que se mantenha a personalidade de cada um, deixando que cada um se organize, se instrua e combata, de acordo com a sua capacidade física, a sua força moral, o seu patriotismo.

Despersonalizados, eles perderão a força que imprime individualidade em cada homem e em cada nação. Perderão o instinto de perfeibilidade, que estimula o progresso. Como, pela padronização, o material de que precisam é igual para todos, a conclusão é que um só poderá fabricá-lo e vendê-lo. Será melhor assim? Um só? os demais não tratarão da indústria bélica, nem da indústria de aplicação militar? Não. Enervar-se-ia a produção industrial, sobretudo nos países, a respeito, pouco desenvolvidos. É sabido que à guerra se deve, em muito, o desenvolvimento da indústria civil. Os abastecimentos dos exércitos têm sido fonte de

prosperidade manufatureira observada em muitas potências, pequenas e grandes. Na pauta do aço, do ferro e outros metais, dos combustíveis e lubrificantes, dos artigos têxteis químicos, elétricos, mecânicos, é enorme a lista requerida pelas necessidades militares. O país que não os produzir, viverá fatalmente a expensas alheias, terá de procurá-las nos parques alienígenas, com duplo sacrifício: o da economia e o da segurança. Da economia, pelo esgotamento inevitável das divisas, com a entrega incessante de montanhas de utilidades agrícolas, pastoris e extrativas em troca de disputadas migalhas de produtos fabris. Da segurança, em virtude da dependência em que ficam os povos de economia colonial, sujeitos a, no momento preciso, não contarem com o material imprescindível à sua imediata defesa. O direito, em política internacional, é muito aleatório. Os tratados estão sujeitos a flutuações no jogo dos imprevistos. O comércio abastecedor abre as suas portas de acordo com as diretrizes do governo que o controla. Vende a quem este autorizar. E embora este autorize, o abastecimento depende ainda da liberdade nas vias de comunicações. Se bloqueadas por terceiros, tudo perdido.

Do exposto, a conclusão será portanto a seguinte: os exércitos devem continuar como expressões legítimas dos países que deles necessitam para a realização da respectiva política de guerra. Da sua originalidade, dependerá a sua eficiência, a sua força, a sua capacidade combativa, o seu espírito de luta, a sua grandeza e renome. Ao contrário: se mero resultado de imitações grosseiras, de cópia fiel de algum padrão, neste caso não terá senão fachada, seu poder será aparente, pois lhe falta o essencial: a alma do seu povo.

HAVERÁ SEMPRE UMA CAVALARIA

Coronel ENIO DA CUNHA GARCIA



As crises se sucedem contra a arma das decisões, porém, todas têm sido vencidas, porque existe um espírito indispensável para o cumprimento de missões, que somente a cavalo podem ser cumpridas.

Na última guerra, verdadeira avalanche de aço e couraça, de lagartas, canhões, carros de combate de todos os tipos, houve, como sempre, uma cavalaria e, aqueles que a relegaram aos museus, pagaram caro suas decisões simplistas.

A Rússia, única que manteve suas divisões intactas, que as armou com materiais modernos, deve-lhe a sua salvação. Não estamos inventando nada, estamos argumentando com dados positivos, fornecidos pelos que fizeram a guerra na frente russa. Os alemães, cujos exércitos submergiram nações, confessaram que perderam a guerra na frente russa porque não tinham cavalaria para se opor à bem armada e instruída cavalaria russa, cujo número de divisões se elevou a 37.

Ainda nesta última guerra, a cavalaria, formando um binário com os blindados, destruiu as forças alemães invasoras da Rússia e as obrigou a recuarem batidas, não pelos blindados, porém pela flexibilidade das formações a cavalo, para quem não existem barro, neve ou terrenos difíceis. "Tudo é várzea" como diz o gaúcho.

Na Rússia, os alemães gastaram a energia de seus grandes efetivos porque eram forçados a cobrirem-se nos flancos, temendo sempre a incursão das formações a cavalo.

— Na frente ocidental, nos próprios territórios francês e alemão, os americanos não teriam avançado através dos grandes eixos se os alemães dispusessem de uma cavalaria a cavalo que ameaçasse os flancos e a retaguarda das divisões blindadas.

A guerra na África, na Cecília e na Itália, não teria demorado tanto, se os aliados dispusessem de alguns elementos a cavalo, declara PATTON

Vimos tudo o que houve nesta última guerra e porque motivo estamos insistindo em abandonar o cavalo, único elemento que, ainda com o homem, mantém-se qualquer terreno?

Será que estamos esquecendo que não temos um Parque Industrial capaz de suprir os elementos motomecanizados que já temos organizados?

Será que esquecemos que nos nossos teatros de operação não existem estradas e, se existem, suas obras darte não suportam, na maioria dos casos, a passagem de carros de tonelagem média?

Não somos contra uma motomecanização metódica, sem prejuízo dos elementos que devemos conservar a cavalo. Não somos também dos que acreditam que nem na América do Sul, onde nenhum país dispõe de indústria pesada, a guerra será de pelego.

Não queremos, sim, que se destrua o espírito da arma. O espírito precisa subsistir, quaisquer que sejam as condições da guerra e seu local, porque haverá sempre necessidade de uma cavalaria a cavalo, ansiosa por manobrar, mostrar sua flexibilidade e sua relativa potência de fogo.

A propósito do espírito da arma, temperado nas arrancadas e nos torneios hípicas, forjados nos fogões dos acampamentos dos troncos dos cavalos, convém que contemos um fato que encerra, em si, este espírito, que faz a cavalaria diferente.

Nos primórdios da nossa evolução para a motomecanização, o General X visitava o 4º R.C. sediado em Santo Ângelo, para verificar as possibilidades de adaptação de seu quartel para o 1º R.Rec. Mec. Na visita, o nosso General X estava acompanhado do Coronel Comandante do 4º R.C., o qual, sabendo dos propósitos do General, "fechara-se em copas", carrancudo; o General lhe pergunta se assistira a um filme americano, cujo enredo girava em torno da transformação de uma Unidade a cavalo em motomecanizada e, terminada, quando entrava no quartel o primeiro carro blindado, um velho sargento,

bem de cavalaria, cuspira-lhe em cima, dando-lhe um coice. O General vira-se para o Coronel e lhe pergunta si ele seria capaz de ter o mesmo gesto do sargento. O Coronel, com o beijo trêmulo, os olhos cheios d'água, a voz embargada pelo sentimento que lhe ia na alma, diz — cuspir não cuspia porque tenho educação; mas chorar, chorava. E chorou.

É este espírito deste cavaleiro que vamos precisar em qualquer época, seja onde for a guerra.

Velho cavaleiro do 4º R.C., quando nos foi relatado o episódio acima, sentimo-nos mais confortados, mais animados, mais felizes e certos de que haverá sempre uma cavalaria.

Cavaleiros do Brasil — em que pese o alarde que se faz das ondas sucessivas de carros na batalha — ainda acreditamos que haverá sempre oportunidade para MAIS UMA CARGA.



A CAVALARIA HIPOMÓVEL NA ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Cel. AROLD RAMOS DE CASTRO, do EMFA.



Muito se tem escrito acerca da organização da Cavalaria, nos Exércitos Sul-Americanos, em particular, no Brasileiro.

Como é notório, a Cavalaria vem se defrontando com um crucial problema referente à sua organização material; conservá-la Hipomóvel, Motomecanizada ou Mista, eis em síntese, as modalidades propostas por aqueles que se dedicam ao assunto em tela.

Vimos nos batendo, de há muito, pela organização Mista, por considerá-la a que mais se adapta às nessas contingências Militares e Técnicas e julgamos que os efetivos atribuídos à parte Hipomóvel devem ser significativamente superiores à Motomecanizada.

É desnecessário salientar que a nossa proposição não visa, em absoluto, atender à eventualidade de uma guerra extra-continental, nem mesmo assegurar, indistintamente, uma ação bélica, em todos os Teatros de Operações Sul-americanos.

A Cavalaria Hipomóvel, apesar das atuais características da guerra moderna, não desapareceu e não desaparecerá tão cedo dos campos de batalha, como, o elemento Homem, a despeito da moderna guerra Atômica e Bacteriológica, ainda é o Senhor dos Campos de Batalha.

Conseqüentemente, o Homem, utilizando o Cavalo como meio de Transporte e de Combate, empregado com propriedade, muito pode produzir, como produziu na última grande guerra, em particular nos campos de batalha da Europa

Oriental, fazendo frente, com pleno êxito, às poderosas Forças Blindadas do Exército alemão.

No caso particular sul-americano, o binômio homem-cavalo terá largo e adequado campo de ação militar e o seu emprego dará indubitavelmente, ao Comando, a segurança de dispôr de u'a Massa de Manobra, talvez a única, dotada das características integrais do verdadeiro Movimento: — Rápido, Duradouro, Flexível e Preciso.

Uma Cavalaria, no continente sul-americano, organizada unicamente à base de elementos Motomecanizados, nem sempre poderá cumprir, com oportunidade e permanência, as missões caracteristicamente Móveis que serão as Normais nessa parte do Hemisfério. O emprego dos elementos motomecanizados na guerra, como sabemos, depende, além de condições técnicas, tais como combustível, acessórios, etc., de outras subsidiárias, como sejam: estradas, obras de arte das rodovias, etc.

No Brasil, por exemplo, possuímos determinadas regiões onde é muito mais rendoso andar-se à cavalo do que em auto e, permita Deus que labore em erro, ainda, por longos anos, o nosso país não será dotado de uma trama rodoviária que permita um fácil acesso motorizado às regiões vitais, no caso de uma conflagração armada.

Ademais, operações militares, no continente sul-americano, se desenvolverão indubitavelmente em um, ou no máximo, dois teatros principais, havendo, necessariamente, vários teatros secundários,

mas que, no conjunto das ações em curso, necessitarão, pelo menos, ativa vigilância.

Assim, as Unidades de Cavalaria Hipomóvel são as mais credenciadas para operarem nos Teatros Secundários, pois, do contrário, iríamos de encontro ao velho mas imperecível princípio tático: — não se lança homens, e — por que não completar — cavalos contra material.

Por outro lado, não devemos eliminar de forma absoluta a hipótese de uma Cavalaria Hipomóvel operar, em determinadas condições Topográficas e Meteorológicas, em um Teatro Principal.

O exemplo de que se passou na Rússia, por ocasião da última grande guerra, é uma confirmação irretorquível do que acima dissemos. As poderosas "Panzer" do exército alemão, por motivos sobjamente conhecidos, não puderam ultimar a "guerra relâmpago" que haviam projetado, antes da chegada do rigoroso inverno da Europa oriental e, então, a "história se repetiu"...

O mundo assistiu assombrado e diante de um verdadeiro anacronismo militar, o Homem e o Cavalo lutando vantajosamente contra poderosas forças blindadas alemães, imobilizadas e inertes, nas imensas estepes cobertas de gelo.

O Alto Comando russo, que conservava em reserva desde o início da grande ofensiva alemã, uma poderosa força hipomóvel, pôde e soube empregá-la com objetividade e, assim, neutralizar o ímpeto ofensivo do adversário.

Muitos observadores militares consideram o fracasso alemão aná-

logamente ao que sucedeu a Napoleão, como uma vitória do "General Inverno". Na realidade, porém, justo é considerar que o "General Inverno", foi inegavelmente, um precioso colaborador, mas, a vitória coube, integralmente, à Cavalaria Russa, dotada de elevado espírito ofensivo, bem equipada e instruída e lançada à luta em momento apropriado.

Couso absolutamente diferente teria acontecido, sem dúvida, se o Alto Comando Russo não dispuzesse da Poderosa Massa de Manobra Hipomóvel que empregou no próprio Teatro Principal de Operações e que fez frente, com vantagem, à máquina de guerra encouraçada dos germânicos.

Apesar da guerra moderna já ter ultrapassado a concepção de ser uma ação de "motores em terra e no ar", para penetrar, no domínio da utilização da energia nuclear e dos efeitos bacteriológicos, a Cavalaria Hipomóvel ainda encontra aplicação adequada e eficiente, na época atual, no Brasil e, por que não dizer, na América do Sul.

Conservemos, pois, com carinho, a nossa Cavalaria Hipomóvel; procuremos torná-la pela supressão de cargas inúteis, uma Arma de grande Mobilidade; cuidemos com carinho e incentivemos o aumento do nosso rebanho equíneo e dediquemos uma especial atenção ao preparo e à instrução das Unidades de Cavalaria Hipomóvel.

Assim procedendo, asseguraremos a existência da Arma dos Espaços Livres, indiscutivelmente de emprego atualizado, ainda, na época presente.



ENSINAMENTOS DA CAMPANHA DA CORÉIA

Ten.-Cel. MICHELET

Traduzido, data vinda, da "Revue Militaire d'Information" de março de 1953, pelo Ten.-Cel. FLORIANO MÖLLER



Guerra da Coréia, que já está durando mais de dois anos e meio, com todos os sintomas de uma guerra verdadeiramente moderna, tem assumido aspectos

extremamente variados e as informações que têm chegado até agora aos países ocidentais apresentam, *a fortiori*, uma ainda maior diversidade. Isto se reconhece integralmente nas conclusões que os pensadores militares dos diferentes países julgaram poder tirar desta guerra, uma vez que cada um deles pôde encontrar, sem dificuldade na abundância de informes, tudo o que necessitasse para apoiar sua tese favorita.

Não há, então, motivo para estranhezas, se um testemunho de treze meses de operações venha apresentar aqui conclusões manifestamente diferentes daquelas que comumente têm sido difundidas ao público.

Certamente ter-se-á dificuldade em definir precisamente quais foram, até aqui, as características gerais das operações da Coréia. Assistiu-se a fases de guerra de movimento e de guerra estabilizada; explorações de êxito blindadas, na melhor tradição; operações anfíbias e aeroterrestres, ataques em estilo "maré-humana" e bem assim a longos períodos de estabilização em frentes fortificadas, a ações profundas de patrulhas, raids, infiltrações, guerrilhas,

e mesmo a tréguas. Combateu-se em grandes frentes; lutou-se corpo a corpo; nas praias, na planície, na montanha, nas cidades, na retaguarda e mesmo nos campos de prisioneiros. Nenhuma arma clássica deixou de ser empregada, nem mesmo a arma psicológica. Não houve um só aspecto da guerra clássica que não se pudesse presenciar ao menos uma vez.

Combateu-se com um frio que, durante dois meses do ano se mantém em torno de 30 graus abaixo de zero, o mais das vezes acompanhado por um vento violento. Combateu-se com um calor seco e poeirento que fazia lembrar o mês de junho de 1944, na Itália. Combateu-se sob trombas d'água, numa estação de chuvas que dura bem um mês e meio.

Mas também o inimigo, em si, se apresentou sob as mais diversas formas: pequeno Exército moderno e fortemente mecanizado, de início, guerrilheiros vestidos de branco e confundidos na massa de refugiados, hordas atacando em massas profundas, ululando e brandindo archotes; enfim, exércitos organizados, aperfeiçoando sem cessar sua tática e sua arte de utilizar e organizar o terreno, apoiados por uma densidade de artilharia e de morteiros cada vez infundindo mais respeito.

Entretanto, a despeito desta extrema diversidade de aspectos, ainda assim é possível distinguir, de um lado, um fator comum que é o que chamaremos o *terreno médio da Coréia* e, por outro lado, no de-

envolvimento das operações, destacar pelo menos duas fases de fisionomias nitidamente delimitadas pela abertura das conversações de Kaesong, em julho de 1951.

II — O TERRENO MÉDIO DA CORÉIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

a) Descrição

A maior parte do território da Coréia é constituída pelas cadeias de montanhas de baixa altitude (1.000 a 1.300 metros), mas de relevo muito abrupto. As vertentes são tão escarpadas que é, em geral, impossível progredir pelas suas encostas. As linhas de cristas são extremamente bem definidas e constituem uma verdadeira rede de vias de transporte, porque são, as mais das vezes, acentuadas por um caminho de um metro de largura, onde duas filas de pessoas, a pé, difficilmente podem se cruzar. Os chineses utilizam ao máximo esses caminhos de crista para seus serviços de suprimentos. Quanto aos aliados, foram levados, em muitos pontos, a alargá-los até os tornar praticáveis aos G.M.C. (Taeu-San, setembro de 1951). Em contraposição, os vales são extremamente encaixados. São percorridos simultaneamente por um córrego e um mau caminho mulateiro que, passando constantemente de uma encosta para outra, cruza o curso d'água em numerosos pontos. Na estação das chuvas (agosto-setembro), os menores riachos se enchem desmesuradamente e cobrem todos estes pontos de passagem, interrompendo as comunicações de superfície.

b) Gente dos cumes e gente dos vales

Dêsse relevo ingrato resultou, do lado aliado, uma diferenciação muito pronunciada da população militar, na zona de combate: Há "gente dos cumes" e "gente dos vales" e estas duas espécies de populações têm condições de existência, aspectos, mentalidade e reflexos inteiramente diferentes.

Sobre os cumes, acham-se as companhias de fuzileiros completas, com suas armas individuais, suas granadas, seus fuzis-metralhadores, seus lança-rojões, seus morteiros de 60 mm, seus canhões sem recuo de 57 mm. Encontram-se aí, igualmente, as companhias de petrechos pesados dos Batalhões de Infantaria, com suas metralhadoras pesadas de ponto 30 e 50, seus morteiros de 81 mm, seus canhões sem recuo de 75 mm. Aí se acham ainda os observatórios e os P.C. avançados dos Batalhões. As Cias. de Fuzileiros têm com elas seus observadores de artilharia e de morteiros pesados regimentais. Enfim, encontram-se muitas vezes sobre os cumes os pelotões de sapadores dos batalhões, alguns elementos de engenharia que trabalham na organização de posições, assim como os postos de socorro dos batalhões.

Acham-se, nos vales, os P.C. recuados e os Trens dos Batalhões, os P.C. dos Regimentos, as Cias. de morteiros pesados e os carros de combate dos regimentos, os postos de triagem e de evacuação, as Companhias de Serviço Regimental, os Grupos de Artilharia Divisionários, os Grupos de A.A. Aé com as suas peças auto-rebocadas, os batalhões de carros de combate divisionários, o grosso dos elementos de Engenharia e os Serviços Divisionários, os P.C. de Divisão com seus campos de aterrisagem para os aviões de ligação e de observação, etc.

c) O Problema de Transporte

Nos cumes há plataformas para helicópteros que permitem aos Generais de Divisão, de C.Ex. e de Exército virem neles pousar, não importa quando, para visitar um batalhão em linha. Outros helicópteros vêm, em caso de urgência, buscar os feridos graves não transportáveis por outros meios. Mas, fora dêsses casos dignos de nota, o único meio de se chegar aos cumes é o de subir a pé, à custa de muitas horas de marcha extenuante. Os homens se contentam, inicialmente, com sua arma individual ou seu fardo de arma co-

letiva, suas munições, um dia de víveres, o curativo individual, um cobertor e um pano de barraca. Sem considerar os lançamentos de tropa em pára-quedas e os lançamentos isolados de material ou de suprimentos, reservados aos casos de extrema urgência, tudo o que se queira ter, além das necessidades mínimas, deve ser transportado nas costas dos homens. As rotações de transporte são efetuadas pelos homens da unidade que se é obrigado distrair de sua posição de combate, ou pelos carregadores coreanos (Korean Service Corps), organizados em unidades constituídas.

É dada prioridade absoluta às munições, — preocupação número 1 (um) do Comando e dos homens dos cumes. Vêm a seguir, os víveres (rações K ou C), a água (que é preciso carregar em latões), as padiolas para transporte de feridos, as pilhas elétricas para os aparelhos rádio, os canos de troca das metralhadoras, as minas, os dispo-

sitivos iluminativos, as rédes de arame farpado com suas estacas, etc. Nunca se tem o número de carregadores necessários para transportar tudo o que se desejaria ter consigo nos cumes.

A organização de uma posição defensiva, a preparação de um ataque, são inteiramente condicionados pelo número de carregadores de que se dispõe e os prazos exigidos para execução do número de rotações necessárias.

Após a tomada da cota 1.037, a 5 de março de 1951, num terreno particularmente difícil e coberto por espessa camada de gelo, o batalhão francês, substituído em seu objetivo, necessitou quase 48 horas para tornar ao vale com seus feridos, seus mortos, seu armamento, suas munições e seu equipamento. Nessa época, o batalhão ainda não dispunha de carregadores coreanos.

Durante o ataque de Taeu-San, pelo 38º Regimento de Infantaria, foi preciso um verdadeiro exército



Fig. 1 — Canhão sem recuo, de 75 mm: o vale e a montanha desaparecem na bruma

de carregadores coreanos, durante um mês, para entregar à tropa combatente as 49.000 granadas de morteiros e os 10.000 projéteis de canhão sem recuo, necessários para submeter essa fortaleza em que a guarnição compreendia nada menos de 2.500 homens. Quanto às 75.000 granadas de artilharia e às 115 toneladas de bombas que também foram necessárias, puderam, felizmente, ser transportadas por outros meios.

d) O conforto na Coreia

É questão pacífica que se procure levar aos cumes algo que torne um pouco menos intolerável a vida dos homens que lá se encontram. Portanto, logo que as circunstâncias permitem, procura-se levar ao alto das montanhas os sacos de dormir (de penas), roupa branca de muda e pequenos fogareiros a gasolina para permitir-lhes ingerir alimentação aquecida. Mas, via de regra, os soldados não terão para se resguardar do vento glacial, da neve e da chuva, senão o infeliz abrigo individual que terão cavado no decorso de uma calmaria do combate.

Nos vales, ao contrário, a vida é bela. Recebe-se a etapa regulamentar de granadas de morteiros e artilharia inimigas; não se está de nenhum modo ao abrigo de uma infiltração ou de um ataque de surpresa, mas pode-se organizar a defesa contra essas sortidas.

Os abrigos são reforçados prontamente com uma cintura de paus roliços ou com caixas de munição. Constroem-se com facilidade uma lareira ou um fogão de circunstância. Dorme-se sobre palha bem seca ou numa cama de campanha. Um pouco mais distante, à retaguarda, junto aos P.C. de Regimento, erguem-se as imponentes e confortáveis barracas dotadas de aquecedores. As cozinhas a gasolina servem regularmente alimentação quente e bem preparada. Cinema ao ar livre, banhos quentes, distribuição de cerveja e artigos de cantina contribuem para o repouso e o moral do soldado.

Por qualquer estrada ou pista praticável às viaturas e por onde

se passe, encontram-se homens limpos, barbeados, calmos, sorridentes, bem nutridos, bem repousados, mas que executam sua tarefa com consciência e devotamento, pensando nos seus camaradas das montanhas. Nos cumes, ao contrário, encontram-se homens cansados, barbudos, cobertos de lama.

É assim que as expressões: "subir em linha" e "descer das linhas" encontram na Coreia um sentido particularmente notável de exatidão e realismo.

e) Caráter excepcional da Coreia

No conjunto, o terreno da Coreia é muito favorável à defensiva, extremamente desfavorável à ação dos carros e à circulação das viaturas automóveis. É, pois, de natureza a fazer perder, a um exército moderno e mecanizado, a vantagem da mobilidade que teria normalmente sobre um exército primitivo à base de infantaria. Mas, sobre este ponto, não será demais salientar o caráter excepcional desse terreno. Com isto queremos dizer que todas as conclusões que possam ser tiradas das operações da Coreia, em particular sobre a mobilidade comparada destes dois tipos de exércitos, não são válidas senão para os teatros de operações onde o terreno apresente características análogas e estes casos são raros. Assim, qualquer adaptação das conclusões sobre a Coreia à grande planície do Norte da Europa, devem ser consideradas, *a priori*, com a mais extrema desconfiança.

III — O DESENVOLVIMENTO DAS OPERAÇÕES

Acompanhando integralmente o histórico das operações na Coreia, analisaremos sucessivamente todas as flutuações e todas as mudanças de situação, procurando, de cada vez, determinar as causas principais. Nossas conclusões serão baseadas, em todas as ocasiões, num exame atento dos principais fatores que tenham podido influir no resultado do combate: — terreno, condições atmosféricas, proporção

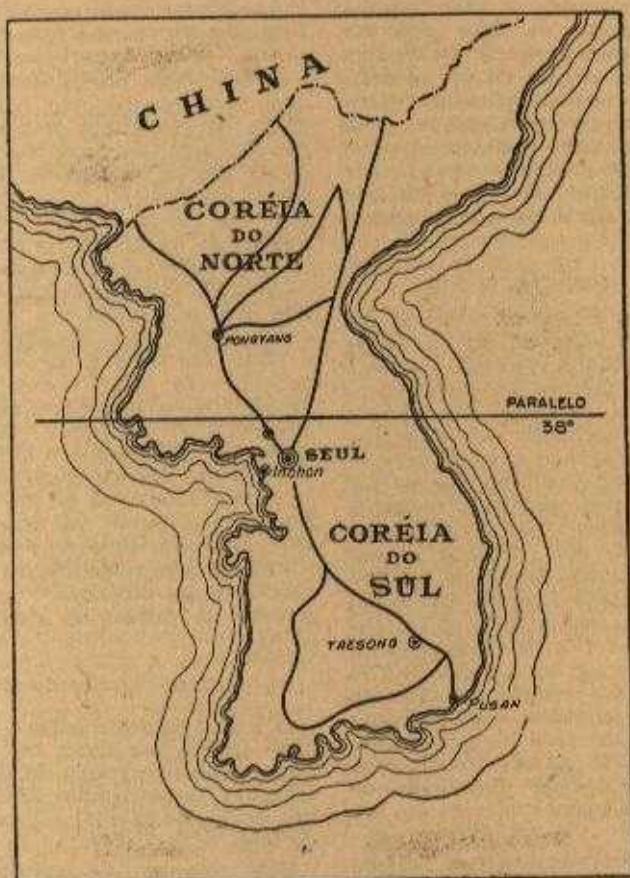


Fig. 2 — Coréia

numérica das forças, comparação dos materiais e equipamentos em presença, comparação das potências de fogo disponíveis, organização do terreno, o elemento surpresa, e os fatores morais, psicológicos e políticos.

PRIMEIRA FASE — ANTES DE KAESONG

O primeiro ano de guerra da Coréia, isto é, de 25 de junho de 1950 à abertura das conversações de Kaesong, foi assinalado principalmente por seis possantes ofensivas inimigas:

— a ofensiva norte-coreana de 25 de junho de 1950;

— a ofensiva chinesa de novembro de 1950;

— a ofensiva geral de 1 de janeiro de 1951;

— a ofensiva chinesa de 11 de fevereiro de 1951;

— a primeira ofensiva da primavera (23 de abril de 1951);

— a segunda ofensiva da primavera (15 de maio de 1951).

Esta fase é caracterizada, do lado inimigo, a partir de novembro, por uma superioridade numérica esmagadora, o constante emprêgo da tática de massa, o vigor e a selvageria dos ataques, uma potência de fogo bastante medíocre e uma inaptidão quase total para a perseguição e a exploração do êxito.

Do lado amigo, é caracterizada pelo emprego de uma potência fraca de início, mas acrescida sem cessar, até atingir cifras fantásticas; um esforço constante para manter uma frente contínua; uma técnica defensiva melhorada continuamente e, sobretudo, uma brusca contra-ofensiva, no início de janeiro, por parte do novo Comandante.

a) Os primeiros reveses

Desde as primeiras horas da invasão da Coreia do Sul, a 25 de junho de 1950, o resultado da campanha era fácil de prever. A derrocada do Exército Sul-coreano pode ter resultado de numerosas outras causas, mas a mais evidente e a mais lógica é bem aquela que foi dada pelo próprio Presidente Syngman Rhee: "os invulneráveis monstros de aço". Porque, se era fraco o número de carros T-34-85 engajados pelo Exército Norte-coreano, certo era também que os infelizes Roks (*) não tinham nada a lhes opor: o lança-rojão de 2,36 polegadas e o canhão rebocado de 57 mm haviam fornecido suficientes provas de sua total ineficiência, no decurso da 2ª grande guerra, pelo que se pode ficar dispensado de aparentar alguma confiança em sua ação.

É ainda a presença desses T-34-85 que constantemente impediram os elementos americanos lançados na batalha de se aferrarem ao terreno. Pude-se ainda constatar o fiasco total dessas ilusórias armas anti-carro: o lança-rojão de 2,36", os canhões sem recuo de 57 e 75 mm.

Valem as mesmas considerações para o destrutivo carro leve M-24, que também havia demonstrado suficientemente a sua inutilidade. A 1ª Companhia do 78º B.C.C., engajada com a 24ª D.I., e a 1ª Cia. do 79º B.C.C., engajada com a 25ª D.I., tanto quanto os Esquadrões de Reconhecimento destas duas Divisões, foram aniquilados sem terem podido fazer algo.

As únicas perdas infligidas aos T-34-85 o foram pela Aviação americana a golpes de rojões e de bombas. Mas estas perdas, tão severas quanto possam ter sido, não impediram ao grosso dos carros inimigos de continuar seu caminho e muito menos os impediu de chegarem até Pusan.

O que os estancou definitivamente não foi nem a Aviação aliada, nem como certas pessoas crêem, o emprego dos bazookas de 3,5", mas sim a entrada em ação dos carros americanos M4A3E3, M-26 e M-46, chegados a partir de fins de julho: 70º B.C.C. com a 1ª D.C., 72º B.C.C. e três Cias. regimentais da 2ª D.I., B.C.C. de Fuzileiros (M-26) e enfim o 6º B.C.C. (M-46) chegado na época do cerco de Pusan, num total de 350 carros. Foram estes carros que permitiram deter o avanço inimigo, restituindo a confiança aos "pracinhas" americanos e sul-coreanos e tornando possível a defesa da cabeça de ponte.

b) O desembarque do X C.Ex.

O magistral desembarque em Inchon ficará, nos anais da Coreia, como o único exemplo de uma vitória das Nações Unidas obtida apenas pela ação frontal e a potência de fogo.

Esta manobra de envolvimento pelo mar foi possível apenas porque, de uma parte, as forças inimigas estavam perfeitamente conhecidas, identificadas, avaliadas e fixadas e bem assim porque Mac Arthur pôde dispor das forças necessárias à realização de seu plano.

Entretanto, uma tal ação não é considerada viável quando se tem diante de si apenas uma força inimiga limitada em número. Mas, doravante, nada de parecido será possível, uma vez que a intervenção dos chineses colocou as Nações Unidas em presença de uma força inimiga praticamente ilimitada em número. Não há, então, motivo para reprovar o General Ridgway

(*) Sul-coreanos (iniciais da República da Coreia).

de não ter, em seguida, renovado a manobra do General Mac Arthur.

c) A exploração do êxito

O exército norte-coreano, uma vez derrotado em rasa campanha, para que fôsem alcançados os objetivos a que se propuseram as Nações Unidas, ao intervirem militarmente na Coreia, não restava mais nada a estas senão explorar o êxito, a fim de ocuparem o mais rapidamente possível a totalidade da Coreia do Norte e aí estabelecerem o Governo Militar das Nações Unidas.

Nenhuma outra contra-ofensiva do inimigo era de se prever. Restavam apenas cerca de 20.000 norte-coreanos em unidades constituídas contra 135.000 nos campos de prisioneiros e 7.000 nos hospitais. Quanto aos chineses, mesmo que se tomasse a sério as solenes advertências de Chou En Lai, bastava, sem dúvida, sobrepujá-los em velocidade, atingindo o corte do Yalú, de modo a lhes tirar a oportunidade de socorrer os norte-coreanos.

O aparecimento de numerosas unidades chinesas, aparentemente engajadas, a título individual, no Exército norte-coreano, não era suficiente para invalidar esta tese. Nestas condições, importava agir sem retardo e as considerações de rapidez deviam prevalecer sobre as de segurança. Eis porque, a 25 de novembro de 1950, as forças das Nações Unidas se apresentaram segundo um dispositivo extremamente diluído e vulnerável como o que se encontra, em geral, na fase final da exploração de êxito, ou seja, em forma de leque.

Uma parte do material pesado não tinha seguido para a frente. As bases, os serviços e os P.C. dos escalões elevados estavam ainda a distâncias consideráveis. As linhas de comunicações haviam se alongado desesperadamente. Os suprimentos chegavam com dificuldade. Além disso, na embriaguez da vitória e esperando-se um reembarque próximo, tinha-se retirado das unidades os Roks que, à razão de 60 a 80 por subunidade, tinham servido para recompletar parte das baixas. Estava-se agindo com o objetivo de os reagrupar, a fim de constituir o mais rapidamente possível um Exército Rok, que ocuparia o Yalú, por ocasião da saída dos americanos. As companhias estavam então reduzidas a menos da metade de seus efetivos.

O frio começava a provocar baixas extras, tanto junto aos americanos quanto aos Roks, lançando, com os "pés de trincheira" e as pneumonias, a primeira sombra sobre um quadro, de um modo geral eufórico.

* * *

No próximo número:

III — O desenvolvimento das operações (Cont.)

- d) A intervenção chinesa;
- e) Mac Arthur joga e perde;
- f) Os efetivos em presença;
- g) Comportamento dos chineses;
- h) Alguns erros de visão;
- i) Restabelecimento da situação;
- j) Reprise em curso;
- k) Primeiros sucessos;
- j) O massacre de maio.



A SEGURANÇA DA ZONA DA RETAGUARDA

Ten.-Cel. LLOYD M. MARR — publicado na
MILITARY REVIEW — Extraído de EL
EJERCITO.

Traduzido e adaptado pelos Ten.-Cel CESAR
GOMES DAS NEVES e Major HERACLIDES
DE ARAUJO NELSON.



Um Exército que projeta uma campanha dirigida ao coração de um país de grande extensão territorial, encontra-se diante de muitos problemas.

Dêles não é o menor a segurança das extensas vias de suprimentos e as dispersas instalações administrativas na retaguarda das tropas que avançam. Isto é particularmente exato caso estas vias de transporte tenham de estender-se ao interior do país invadido, e, portanto, tornam-se vulneráveis à ação das guerrilhas.

Este problema desempenhou um papel importante nos planos elaborados pelo Alto Comando alemão, antes da invasão da Rússia, em junho de 1941.

MEDIDAS DE SEGURANÇA



Evidentemente, todas as vias de suprimento tornam-se iam consideravelmente mais longas que as das operações na frente ocidental. Por isto, seriam mais sensíveis a qualquer tipo de agressão. A limitada rede ferroviária e rodoviária, estendendo-se através de vastas zonas semipovoadas, em que havia abundância de refúgios para as guerrilhas, apresentou as necessidades da segurança. O perigo já não estava apenas localizado na zona de vanguarda, como nas campanhas anteriores. A zona de operações de um Exército parecia estar agora relativamente muito menos

esposta às guerrilhas que a retaguarda. As zonas mais próximas da frente, conquanto sujeitas a ataques limitados do interior, contariam com fortes concentrações de forças para vigiar a rede local de ferrovias e estradas de rodagem e de manter debaixo de estreita vigilância a população local. As medidas normais de segurança seriam suficientes. Sem dúvida, isto não poderia ser conseguido na vasta extensão da retaguarda.

A amplitude normal das operações, no Oriente, obrigou o Alto Comando alemão a traçar planos para o estabelecimento de uma organização de segurança, que seria mais ou menos independente dos Exércitos em operações, nas zonas avançadas.

DEFESA PASSIVA

Desde o início se fez uma distinção entre as medidas de segurança passivas e ativas. Conquanto se atribua especial consideração à defesa passiva, as medidas a serem empregadas não diferiam materialmente dos processos normais. Reconheceu-se como necessário o treinamento de combate completo de todos os elementos e forças encarregadas dos suprimentos. Fez-se fincapé na custódia dos suprimentos. Todas as tropas receberam instruções constantes, através de Diretrizes e de ordens apropriadas, e eram, além do mais, executadas mediante exercícios de quadros e de manobras. Traçaram-se planos

para que os comboios que se deslocavam sobre estradas más ou através de zonas perigosas pudessem ser defendidos. Os veículos isolados deviam evitar as zonas infestadas de guerrilheiros. Era necessário fazer uso completo de um sistema de obstáculos com para-peitos levantados com intervalos nas vias de suprimento. Os comboios mover-se-iam de uma à outra, aproveitando a segurança oferecida por estas posições, durante os períodos de grande atividade das guerrilhas.

Todos os suprimentos seriam, dentro do possível, armazenados em subterrâneos. À noite, ou por ocasião dos alarmes das incursões aéreas, todas as estações ferroviárias deviam ser desembaraçadas dos trens que transportavam munições e combustível. Previu-se a mudança dos quadros centrais de distribuição das estações ferroviárias para pontos situados fora dos povoados, criando-se, assim, circuitos secundários individuais em torno dos pontos críticos. Os trens de suprimentos moviam-se com velocidade reduzida (velocidade máxima de 16 km-h) à noite, com a locomotiva situada no meio da composição para protegê-la da destruição imediata, no caso de explosão de minas. Aparelhos especiais limpa minas, sem pessoal, eram colocados à frente de cada trem para detonar as minas inimigas. Em algumas ocasiões, um trem, completamente vazio, precedia um outro carregado de suprimentos essenciais.

SEGURANÇA ATIVA

Foram criadas unidades especiais de vários tipos e efetivos para missões de segurança ativa. A princípio, foram organizadas sob forma de Batalhão independente e somente em instalações de grande extensão se agrupavam vários Batalhões, sob o comando de um escalão superior, como o Regimento de Segurança. A maior parte do pessoal era escolhido entre os mais velhos, e consistia, principalmente, em veteranos da Primeira Guerra Mundial ou em homens que haviam

recebido um mínimo de treinamento em Unidades da reserva. Eram comandados por oficiais da reserva de certa idade, ou por oficiais reformados convocados para o serviço ativo. É necessário frisar isto para que haja uma melhor compreensão das dificuldades que estas Unidades tiveram que vencer, mais tarde, no cumprimento de suas missões.

As Unidades estavam equipadas com armas de diversos tipos e em quantidades insuficientes. Mais tarde, quando o sistema alemão não pôde prever um suprimento adequado de armas portáteis, que então eram necessárias na frente, com a maior urgência, as Unidades de Segurança tiveram que ser dotadas com armas russas capturadas.

A proteção dos depósitos de suprimentos englobava uma variedade de problemas. Estas instalações adquiriram logo o tamanho de pequenas cidades e necessitaram de um grande número de forças de segurança, uma vez que não somente era necessário proteger os depósitos, como também os aquartelamentos das tropas, assim como os meios de transporte. Além do mais, era necessário proteger, em particular, todas as instalações necessárias para o funcionamento dos depósitos, tais como centrais elétricas, estações ferroviárias e aeroportos.

O plano de suprimento exigia que cada depósito central de suprimento recém-instalado organizasse um escalão avançado que marchasse atrás das forças combatentes, ao longo da estrada mais adequada. Além destas instalações de escalões avançados, outros depósitos menores de suprimentos foram organizados e situados em ambas direções.

Além das forças necessárias para as tarefas já mencionadas, era preciso dotar os diferentes Exércitos de tropas de segurança para proteger suas bases de suprimentos e instalações e liberar as tropas combatentes de tais obrigações o mais cedo possível. A experiência mostrou que os elementos combatentes estavam excessivamente sobrecar-

regados com estes deveres e, em consequência, eram frequentemente privados de forças necessárias à frente com urgência.

Os planos alemães de segurança exigiam uma ativa defesa aérea. É preciso contar com unidades de Artilharia Antiaérea para a proteção de estações ferroviárias importantes ou particularmente importantes, armazéns, pontes e instalações semelhantes. Trens de combustível e carregamentos similares, que, em uma fase posterior da campanha se tornaram extraordinariamente críticos, tinham que ser protegidos, o mais possível, com baterias, antiaéreas ferroviárias que contavam com canhões múltiplos de 20 mm, montados em vagões plataformas. Estas Unidades estavam sob o comando do Diretor de Transporte Ferroviário do Grupo de Exércitos.

Os transportes de tropa eram responsáveis pela sua própria segurança. Para a proteção dos trens de carga eram ligados a estes vagões com possibilidades de observação e campo de tiro ao longo de todo o trem. O serviço de vigilância aérea das Unidades, na zona, estava ligado com o sistema de comunicações e sinais ferroviários, de modo que todas as dependências para a direção do tráfego fossem avisadas, em tempo e com a maior rapidez. Se as linhas de cabos eram destruídas, estes alarmes eram transmitidos pelo rádio.

PLANOS RUSSOS

O alto comando do Exército alemão não foi de modo algum surpreendido pelas fortes atividades das guerrilhas durante a campanha russa. Sabia-se que os russos estavam decididos a empregar guerrilhas organizadas na defesa do seu país e que haviam cuidado da propaganda, entre a sua população, com esta idéia. A "Diretiva Russa de Guerrilhas" é de 1933, e os futuros Chefes militares da guerra de guerrilhas haviam sido cuidadosamente treinados no uso deste método de combate. Pouco antes do início da campanha, o Serviço de

Informações alemão sabia que a Academia de Guerra da Rússia tinha realizado manobras em que certos lugares foram designados como centros de guerrilhas.

Mesmo assim, o Alto-Comando russo havia percebido que, em contraste com as densas redes rodoviárias e ferroviárias do Oeste, com continuas possibilidades de vias alternativas, as poucas vias de suprimentos utilizáveis através da grande extensão da zona russa eram de primordial importância estratégica. Além disso, em vista das grandes distâncias, as más condições das rodovias (que se deterioravam facilmente com o tempo) e a antecipada escassez alemã de combustível, os russos decidiram que a estrada de ferro seria o principal meio para transportar suprimentos e isto se aplicaria a todos os movimentos de tropa em grande escala e evacuações. Grandemente conhecedores do obstáculo que poderia surgir em qualquer campanha militar contra o seu país, os russos, desde o início da guerra, começaram a formar uma "segunda frente" atrás das linhas alemãs.

ATIVIDADES INICIAIS

Durante os primeiros seis meses da campanha russa, o sistema alemão de suprimentos funcionou de um modo geral sem graves interrupções. Os russos não se haviam refeito do golpe inicial ou ainda não estavam em condições para reunir os meios apropriados para incursões eficazes sobre as comunicações alemãs da retaguarda. Os habitantes locais, em geral, cooperavam com os alemães e os recebiam como os seus libertadores, desejando com fervor voltar às suas atividades normais e pacíficas. Esta atitude foi demonstrada de diversas maneiras. Era comum os prefeitos solicitarem proteção alemã contra os soldados russos dispersos, que formavam bandos nos bosques densos e realizavam incursões indistintamente contra as tropas alemãs e os habitantes locais. Estas correrias tinham como finalidade principal obter alimen-

te, trajas civis e outras necessidades.

As forças alemãs de combate, pelo menos durante o período inicial da campanha, esforçaram-se em restabelecer as condições normais nas zonas que ocupavam e conquistar a confiança da população local. Informou-se, por diversas vezes, que as Divisões de Combate que, por uma ou outra razão, permaneceram em uma zona durante algum tempo, conseguiram com grande êxito a sua pacificação. Foi feito todo o possível por conseguir normalizar a economia. Foram abolidas as explorações coletivas e, depois, cada artesão podia dedicar-se livremente ao seu ofício. A administração do Patrimônio do Estado (Sovkhoz) foi descentralizada e transformada em cooperativas agrícolas locais. Abriram-se todas as igrejas e as tropas alemãs e os habitantes se reuniam em comum para os ofícios religiosos. As notícias se propagaram rapidamente por toda a zona e, de longe, as famílias russas traziam os seus filhos para batizá-los nas igrejas recém-abertas.

Com o avanço das tropas para Leste, estas zonas foram entregues às autoridades da zona de retaguarda e logo mudou a situação. A população foi tratada de uma maneira completamente diferente da que estava acostumada. Enquanto que anteriormente certas ordens, relativas à liberdade de movimento no interior da zona ou ao toque de recolher, já estavam relaxadas, agora eram rigidamente postas em vigor. Todas as ordens de interesse coletivo foram subitamente revigoradas pelo cumprimento estrito da lei marcial. As menores infrações eram punidas com uma severidade muito maior do que a que correspondia ao ato cometido. Os elementos sinceros da população, que haviam demonstrado sua boa vontade de cooperar integralmente, viram-se amargamente decepcionados, enquanto que os seus oponentes gozavam e se apressavam em explorar a nova situação em benefício das guerrilhas e da sua propaganda.

No fim do outono de 1941, os atos de sabotagem por grupos e indivíduos eram, então, habituais. O começo de uma bem planejada organização de guerrilhas, que operava com uma variedade de meios técnicos e psicológicos, era evidente. Uma instituição russa típica, baseada na tradição nacional. Esta organização cresceu constantemente em tamanho e importância durante toda a guerra. Com grande destreza, os propagandistas russos exploravam cada erro cometido pelo poder de ocupação no trato com a população local. Enquanto que os habitantes até aquela data haviam sido amistosos, confiantes e inteiramente dispostos a cooperar, a sua atitude mudou consideravelmente durante o primeiro inverno.

O passo seguinte foi a formação de pequenos bandos que estabeleceram seus refúgios nos bosques. Obrigavam os habitantes da zona a provê-los de suprimentos e a ajudá-los por todos os meios. Atacavam os pequenos acampamentos alemães ou depósitos de suprimentos, invadiam e saqueavam as vilas isoladas, destruíam as empresas industriais russas que trabalhavam para as tropas alemãs e capturavam todos os russos que trabalhavam para o invasor.

GUERRA DE GUERRILHAS EM LARGA ESCALA

Em 1942, a guerra de guerrilhas russa contra as comunicações alemãs da retaguarda entra numa fase mais importante. Uma rede de canais para transmitir ordens e coordenar atividades, minuciosamente planejadas durante o tempo de paz, estendia-se desde os Quartéis-Generais Centrais em território russo não ocupado, até a fronteira Oeste da Rússia, e em algumas regiões até o interior do território polonês.

Havia um modelo bem definido nas atividades destas Unidades. Conquanto não se dedicassem unicamente a atacar as ferrovias, os russos sabiam que, destruindo este meio de transporte, podiam causar o maior dano aos Exércitos invasores. Um extrato do boletim men-

sal do Chefe de Transporte, do dia 1 a 31 de agosto de 1943, continha a seguinte informação:

"Apesar do emprêgo de Unidades especiais de alerta para a proteção das ferrovias, a atividade das guerrilhas aumentou de 25 % durante o mês de agosto de 1943 e atingiu o seu apogeu com 1.392 incidentes, comparado com 1.114 em julho. A cifra diária ascendeu a 45 destruições. Em 364 casos, os trilhos foram cortados, ao mesmo tempo, em mais de dez lugares. Os pontos de destruições isolados ascenderam a 20.505, e 4.528 minas foram descobertas a tempo. Durante a noite de 2 para 3 de agosto, as guerrilhas começaram a por em prática um programa de destruição em grande escala. Foram levadas a efeito numerosas destruições, que causaram uma séria redução do tráfego ferroviário e uma considerável perda de material. Em apenas duas noites, de nove a onze mil quilômetros de vias foram cortadas em 8.422 pontos, enquanto que 2.478 minas foram descobertas e removidas antes de explodirem.

Durante a noite de 19 para 20 de junho de 1944, as guerrilhas levaram a cabo uma operação mais importante na zona interior do Grupo de Exército. Isto foi um dia antes da ofensiva geral russa, que eventualmente levou ao colapso o Grupo de Exércitos alemão. Ao total, as guerrilhas levaram a cabo 15.000 atentados contra as ferrovias da zona e obtiveram êxito em 10.500 casos, todos durante o transcurso de uma noite. Seu esforço principal foi dirigido contra as linhas de suprimento que serviam ao III Exército "Panzer", a Unidade alemã que sofreria o péso do primeiro ataque do Exército vermelho no dia seguinte.

O excesso de tonelagem sobre a limitada rede ferroviária obrigou a que se recorresse ao transporte rodoviário para uma parte considerável de todos os transportes de suprimentos. Como resultado, as estradas tornaram-se logo o objetivo preferido das incursões dos guerri-

lheiros, especialmente nos trechos no interior dos bosques densos e extensos, onde as guerrilhas achavam facilidades para a camuflagem e não podiam ser perseguidas pelas tropas alemãs. As táticas empregadas nestas incursões seguiam, geralmente, o mesmo padrão. Um comboio motorizado alemão, cruzando por um bosque denso, chegava de surpresa a uma barreira de troncos, construída numa curva da estrada, e, ao procurar deter a sua marcha ou retroceder, era submetido ao fogo devastador do inimigo em todas as direções. Se algum veículo conseguia voltar para a retaguarda, era apenas para ser apinhado e destruído em outra barreira organizada pelas guerrilhas.

CONCLUSÕES

Da farta experiência obtida durante a campanha russa podem ser colhidos vários ensinamentos importantes. É axiomático que o número de tropas necessário para levar a efeito uma defesa ativa nas zonas de retaguarda é muito grande, e somente pode conseguir-se às expensas das tropas de combate da frente. Na guerra moderna, mesmo numa defensiva ativa, baseada nos esforços combinados das tropas de combate e das forças de segurança, não se pode assegurar a eliminação completa das atividades das guerrilhas. É evidente, portanto, que se deve procurar outra solução para o problema da segurança completa da zona da retaguarda.

A única solução geral do problema parece repousar na pacificação do território inimigo ocupado. Em todos os países sob ocupação militar há pessoas de todas as classes sociais, cujo único desejo é voltar à paz e à normalidade, sem mencionar aqueles que, por outras razões pessoais, estão dispostos a apoiar a política do poder de ocupação. Cultivar a sua amizade, assegurando-lhes intensões pacíficas e restaurando a segurança dos seus lares, o seu trabalho e a sua subsistência, é a melhor garantia da verdadeira segurança na retaguarda das tropas de combate.

FABRICAÇÃO DE UNIFORMES EM SÉRIE NO E.C.M.I.

Maj. MARIO M. RAMOS

Este ligeiro esboço tem por finalidade única informar, resumidamente, aos nossos companheiros, que ainda não o conhecem, como surgiu e evoluiu esse tipo de fabricação no E.C.M.I.

1 — RESUMO HISTÓRICO

a) *Uniforme e sua fabricação até 1920*

A primeira tropa mais ou menos regular que teve o Brasil, vinda de Portugal, foi composta pelos 600 voluntários desembarcados com o governador geral Tomé de Souza, na Bahia, em 1549.

Nada sabemos sobre a confecção de seus uniformes.

Até o século XVII, as tropas organizadas no Brasil usavam bandeiras, distintivos e uniformes sem levar em conta ordenanças reais.

Com o aparecimento do Têrço (composto de 10 Clas.), "formação eminentemente peninsular, criada pelo grande capitão espanhol Gonçalo de Córdova", não só o equipamento mas também o fardamento passou a ter feitiço, adornos, etc., perfeitamente estabelecidos.

Os uniformes do Têrço prêto, de Henrique Dias (ou Henriques), possuíam características especiais.

No século XVIII, com o desenvolvimento de Minas Gerais, vemos o aparecimento do Regimento, tipo francês, de 1.500 homens.

Os figurinos de Rangel, de 1786, documentam de modo exato o uniforme da maioria da tropa no Brasil.

Os uniformes variavam, de regimento para regimento, a tal ponto que era difícil conhecer todos eles, de memória.

Todos, contudo, no feitiço e nas cores tinham uma significação, herdada de influência europeia ou surgida por inclinação nacional, conforme ordenanças baixadas.

O plano de fardamentos de 1808 dá aos generais e E. Maior uniformes semelhantes aos modelos franceses da Revolução e do Império.

O decreto real de 1816 descreve, minuciosamente, os fardamentos e distintivos de 1ª e 2ª linhas.

Com o império foram alterados os toques, distintivos e uniformes, que, com poucas variações chegariam até a Guerra do Paraguai, apesar da reforma do exército feita durante a Regência.

Pelo regulamento de 21-II-832, o Arsenal de Guerra da Corte (antigo Real Trem) passou a possuir, entre as suas 19 oficinas, as de alfaiates, bandeireiros e barraqueiros. Nunca a oficina de alfaiates pôde cumprir sua missão.

Com a Guerra do Paraguai, tornou-se mais evidente que nunca o estado lastimável dos nossos uniformes, já que estes, apesar de todos os cuidados, eram até então confeccionados particularmente (para os oficiais) ou por encomenda a fornecedores civis (para as praças).

Os fornecedores nem sempre cumpriam os contratos, deixando muito a desejar quanto aos tecidos, quanto ao feitiço e acabamento e quanto ao prazo de entrega.

A deficiência chegou a tal ponto que o Quartel Mestre do Exército

em instalar aqui, na América do Sul, uma fabricação em série, à semelhança da fábrica montada pela Singer, em Brooklyn, para a Marinha dos Estados Unidos.

Foi visitada, pelo Cel. Scarcela e seus auxiliares, a fábrica do Senhor Fernando Chaves (F.C.) na Gávea que, dispondo de maquinária especial, produzia roupa feminina por atacado, tendo o engenheiro Henny salientado, na época, que aquela produção poderia ser duplicada, se houvesse uma linha de montagem cientificamente planejada.

Os estudos prolongaram-se por 1 ano e foi organizado um plano para confecção de 160.000 peças por mês, à razão de 8 horas diárias de trabalho.

Foi verificada a necessidade de 2 conjuntos completos, com máquinas de diferentes tipos, um para tûnicas e blusas, outro para calças de gabardine e de brim.

O total seria de 500 máquinas, de diferentes tipos de trabalho, calculadas segundo a produção a obter.

Deste modo era dada, como previsão, uma grande margem de segurança, visando garantir a execução de qualquer plano urgente de mobilização.

Coube a Mr. Henny traçar o esquema da fábrica com os 2 conjuntos montados, bem como de sua rede elétrica.

As máquinas foram adquiridas pela lei de empréstimos e arrendamentos, tendo chegado ao Brasil em 1945.

A falta de recursos só permitiu sua instalação em 1946, e a fábrica entrou em funcionamento em fins de 1947, graças aos esforços dos então: 1º Ten. Cyro Damm, providenciando nos EE.UU. a compra da rede elétrica, aérea, em trilhos e do 1º Ten. Açucena, alma da fábrica, que não esmoreceu e conseguiu demonstrar a eficiência da instalação.

A esta altura dos acontecimentos, teve lugar a luta tremenda para acabar com o serviço externo de costura em domicílio, que tanto prejuízo vinha causando.

O problema só ficou resolvido em 1949 e o Serviço da fábrica era frequentemente interrompido por falta de programa a realizar.

Dotada de meios instalados para grande produção, em poucos dias satisfazia os pedidos de fornecimento.

Era preciso manter as operárias sem serviço, com grave inconveniente econômico.

Foram desmontados os 2 conjuntos de fabricação sincronizada e, só mais tarde, o Cap. Cromwell, aplicando a doutrina de Taylor, organizou as pequenas linhas de montagem (séries de máquinas), como atualmente existem no Estabelecimento.

2 — A FÁBRICA DE UNIFORMES

A fábrica é a parte básica da Alfaiataria (0-1 do E.C.M.I.) destinada à confecção de todas as peças dos uniformes de praças e uniformes especiais, cuja despesa corre por conta de dotação orçamentária.

A Alfaiataria compreende também a fabricação de roupa de cama, insígnias e bandeiras, além de outras costuras não executadas em série e têm a seguinte organização:

(Bol. n. 240, de 27-XII-949, do E.C.M.I.)

- 1) Escritório, compreendendo o registro e controle técnico e administrativo.
- 2) Secção de Produção:
 - almoxarifado;
 - manutenção de máquinas;
 - modelagem e corte;
 - confecção em série (inclusive bordado);
 - confecções individuais (no E.C.M.I.);
 - revisão, reparação, empacotamento;
 - depósito de material confeccionado.

Notamos que a Fábrica é a parte da Alfaiataria que absorve quase todo seu trabalho, porque compreende 90 % de seu pessoal e 95 % de sua maquinária.

Com efeito, a maior parte dos trabalhos do Escritório referem-se à confecção em série e os serviços e dependências da Secção de Produção são absorvidos por essa mesma confecção que é, em volume, 200 vezes superior à confecção individual feita numa outra dependência da Alfaiataria.

O equipamento especializado da Fábrica é o mais moderno e completo possível que a Singer pôde fornecer.

A matéria prima é recebida do D-1 (Depósito de matéria prima), para a utilização de um dia de trabalho na oficina.

O corte é feito por mensalistas e titulados especializados, sobre grandes mesas (bancadas), permitindo que o tecido seja enfiado, riscado, cortado e tenha as peças marcadas segundo um número de código e conforme seu lugar na confecção.

Os moldes usados são de papelão, constantemente verificados e renovados pelo serviço técnico, do Escritório, incumbido de riscá-los.

Os uniformes obedecem a 4 tamanhos tipos, que recebem os números 0, 1, 2 e 3.

A maquinária permite o corte de 200 peças de cada vez, com um único molde.

A capacidade máxima da turma de corte é 10.000 peças diárias, o que nunca é exigido, já que a confecção, em pequenas séries, só atinge 1.500 peças por dia.

A série de máquinas ou linha de montagem, é organizada empregando o menor número de máquinas necessárias para confecção de uma peça de uniforme, no menor espaço de tempo possível.

Por este motivo, a série é batizada com o nome da peça que confecciona e temos: série de blusa de brim v.o., série de cueca, de calça de brim, etc.

É nesta organização que a direção técnica da Fábrica demonstra toda a sua capacidade.

É preciso conhecer minuciosamente a confecção, para determinar:

- a) qual a parte que deve ser costurada em primeiro lugar;
- b) quais os trabalhos que podem ser feitos simultaneamente, para depois serem reunidos (bolsos e portinholas, gola, platina e mangas, na blusa de brim v.o. por exemplo);
- c) qual o tempo (tomado com cronômetro) necessário à confecção de cada parte;
- d) qual a disposição das máquinas (arrumação) de modo que o trabalho passe de uma para outra sem perda de tempo;
- e) qual o número de máquinas necessário, levando em conta o tempo máximo e mínimo de confecção de cada parte.

Uma série é constituída de vários tipos de máquinas, conforme a operação especializada. Temos, assim, máquinas de chular, pregar botão (prega em 2 segundos com 14 pontos), de fazer casa com milaneza (6 segundos para um caseado completo) de pregar colchetes, de ponto invisível, de duas agulhas para costuras paralelas, etc.

As séries conjugadas permitem duplicar, triplicar, etc., a produção de cada peça, às vezes com economia de uma ou outra máquina de alto rendimento.

Após a revisão, por peritos alfaiates, as peças prontas são amarradas em maços padrões e recolhidas, no dia seguinte, ao D-3 (Depósito de Fardamento), para serem fornecidas à tropa.

A diária máxima, na confecção em série, atingiu à cifra de Cr\$ 138,80 e a diária média é de Cr\$ 80,00. Esta diária é o resultado de toda a produção do dia, dividido pelo número de costureiras empregadas nas diferentes séries.

Foi obtido um tal treinamento, que qualquer costureira da fábrica opera com qualquer das máquinas especializadas existentes, não existindo operária alguma indispensável ou insubstituível.

Como tôdas são capazes e têm tarefa certa em tempo certo, tôdas recebem acertadamente o mesmo, por dia.

A Fábrica possui, atualmente, 16 pessoas no corte e 124 na confecção em série.

3 - CONCLUSÕES

a) Com o estabelecimento das pequenas linhas de montagem (séries), permitiu o Cap. Cromwell que os E.M.I. das 2ª, 3ª e 7ª R.M. pensassem também em possuí-las, face aos encargos que lhes são atribuídos;

b) Foram rigorosamente observados os princípios da administração científica preconizadas por Taylor, visto como:

- (1) as máquinas e ferramentas estão sempre prontas para serem usadas, quando necessário e nas melhores condições possíveis;
- (2) os tecidos, linhas, botões e outros materiais estão sempre disponíveis em quantidades adequadas;
- (3) as diversas operações de fabricação dos uniformes e sua sequência, foram cuidadosamente cronometradas e previstas por peritos;
- (4) tôdas as ordens de serviço são acompanhadas de instruções completas, dentro do plano previsto;
- (5) os projetos são, todos, elaborados por um único Escritório central.

c) Com as pequenas séries de máquinas, várias peças de uniforme podem ser confeccionadas ao mesmo tempo, ao contrário da série única;

d) A organização das pequenas séries simples ou conjugadas permite cumprir os atuais programas de fabricação sem os inconvenientes que apresentavam os 2 grandes conjuntos iniciais;

e) Só no trabalho das pequenas séries é que foi possível dar às cos-

tureiras uma noção exata do valor de trabalho e contar efetivamente com sua cooperação, o que não acontecia na série única, dada a reduzida diária que obtinham.

f) A apresentação do uniforme usado pelas praças depende:

- (1) da confecção tecnicamente perfeita (já agora obtida no E.C.M.I.);
- (2) de uma justa e adequada distribuição (que depende dos Cmts. de Subunidade, dando à cada praça o uniforme do tamanho mais adequado);
- (3) da educação do soldado (alterada ou melhorada pelos exemplos de seus superiores imediatos, no quartel).

g) Não existe, até hoje, um entroszamento perfeito entre a Tropa e o Serviço de Intendência, no sentido de serem fornecidos ao Serviço os dados biométricos cujo levantamento estatístico permita a confecção de uniformes em tamanho mais adequado (aumentando o número de tipos ou tamanho de partes ajustáveis).

h) A maior preocupação técnica atual é o emprêgo de fazenda rigorosamente da mesma cor, na confecção de cada peça de uniforme, dadas as nuances que o tecido de um mesmo fabricante, às vezes, apresenta, embora a tintura seja feita no fio e não no tecido;

i) A maior preocupação administrativa atual é de ordem econômica, razão porque, até, a substituição da túnica pelo blusão de brim v.o. foi estudada, visto como daria ao Exército cerca de Cr\$ 6.000.000,00 de economia anual;

j) Permanece viva em nossa mente a idéia básica, que norteou Mr. Henny na elaboração do esquema das grandes séries ou conjuntos de máquinas e na perfeita possibilidade de seu emprêgo, conforme demonstra o então Ten. Açucena, para cumprir um grande programa de fabricação em tempo de

paz ou para atender a um caso de mobilização, já agora, sem os tropeços e as grandes dificuldades dos primeiros anos;

k) Damos, a seguir, a título de informação, a produção média diária, por pessoa, num trabalho individual e num trabalho em série:

PRODUÇÃO "PER CAPITA"

Média diária

ARTIGOS	Individual	Nas séries	Aumento
Blusa de brim v.o.....	13	21	50 %
Blusão de gabardine v. o.....	1	2	100 %
Calça de gabardine v.o.....	6	12	100 %
Calça de instrução (brim v.o.)...	12	15	25 %
Cueca de cretone.....	40	61	50 %
Túnica de brim v.o.....	7	9	30 %

Obs.: A produção individual foi obtida em máquinas elétricas comuns, com todo o ferramental acessório necessário.



ENSAIOS SOBRE O ENSINO MILITAR E A CLASSIFICAÇÃO DE PESSOAL

Cop. JOSÉ MURILLO BEUREM RAMALHO



O 2º Seminário do Ensino do Exército foi evidenciada a afirmativa de que, nas Forças Armadas, "verdadeiro microcosmo de evolução científico-industrial contemporânea, faz-se necessário que os currículos formem pessoal apto a conduzir homens e ao manejo, emprêgo, manutenção ou fabricação do moderno e complexo material de guerra, em constante adaptação e readaptação às necessidades da guerra de nossos dias".

Ora, com efeito, para que os currículos formem o tão desejado e imprescindível pessoal apto às diversas funções militares, cumpre fazer com que duas condições, inicialmente, sejam postas em foco:

1ª) Os currículos nas Escolas, de formação ou não, quer às destinadas para oficiais ou praças, devem atender não somente às "formas convenientes de evolução" mas que satisfaçam, concomitante e concretamente, às finalidades essenciais do Exército, isto é, aumento da eficiência no uso dos seus homens e do material; e,

2ª) O elemento humano tem que ser submetido a um campo de testes antes do ingresso na escola, para que, afora as exigências correlatas na mesma (como idade, estado físico, aproveitamento, etc.), possa constituir um instrumento de maneira que dê-se venha usufruir máxima eficiência, igualmente trazendo rendimento à organização à qual prestará seu serviço.

Passemos à análise sucinta destas duas fases que implicam em desequacionar problemas de enorme envergadura e complexidade.

CURRÍCULOS

É notório que os currículos não se modificam facilmente, por evolução simplesmente, mas, sim, de choque, na época em que não mais são tolerados.

O 2º Seminário do Ensino do Exército, a respeito, retrata ligeiro quadro retrospectivo a respeito de tal situação anômala. Com efeito, sobre nossas Escolas fundamentais, anuncia: A orientação cultural que culminaria com os currículos da Praia Vermelha gerou, como reação, os do Regulamento de 1905. Já, então, se notava a diversificação dos cursos, porém, apesar do caráter bem revolucionário da transformação, os cursos de Artilharia e Engenharia ainda tinham feição técnica e na Escola de Estado-Maior o estudo da Geodésia e Astronomia era fato, devido ao manuseio, pelos oficiais, de cartas topográficas. Em 1919, só, é que a reforma do ensino Cardoso de Aguiar, sob o influxo do contrato da Missão Militar Francesa, estabeleceu a diversificação sistemática dos cursos, sobre a qual estamos, por sucessivos desdobramentos, até hoje trabalhando. A Geodésia e Astronomia, após, iriam constituir matérias facultativas na E.E. Maior, porém, os currículos da E. Militar não levaram em conta a criação da E. Técnica. "Felizmente, esta Escola deixaria de

fazer o engenheiro "ônibus" e diversificaria seus currículos por especialidade e a E.E. Maior encontraria fórmula adequada para seus currículos sob o regime do caso concreto".

Portanto, a questão dos currículos não só é complexa como demanda grande tempo para ir de encontro à evolução da mentalidade da época.

Hoje em dia, o nosso Estado-Maior, a Diretoria Geral do Ensino e o Curso de Classificação de Pessoal (esse pertencendo à D.G. Ensino) se empenham numa harmonização de tarefas no sentido de que sejam assentadas bases reais e objetivas ao ensino militar, procurando dar ao mesmo condições tais de maneira que os currículos venham por si mesmos constituir instrumentos essencialmente padronizados.

Sobre o Curso de Classificação de Pessoal, o mesmo recebeu, entre outros, o importante encargo, que é: "Propor os assuntos referentes ao recrutamento, seleção e orientação militar em tempo de paz e guerra, para serem incluídos nos programas dos Institutos de formação e aperfeiçoamento de Oficiais e Sargentos".

A respeito desse encargo, é fora de dúvida de que ele representa não só tremenda responsabilidade, mas igualmente, para sua execução, há necessidade de apoio de grande espaço de tempo. Essa tarefa compreende, essencialmente, em duas partes:

- a) planejamento e
- b) execução-pesquisa.

Na fase de planejamento, por sua vez, temos que focar vários aspectos, tais como:

Definição dos objetivos das Escolas, cursos e matérias;

Repartição e dosagem das matérias;

Elementos para conhecimento do homem e do meio; e

A matéria como prisma não individualista.

A conclusão a expor, através da análise desses quatro aspectos, re-

sume-se no seguinte, respectivamente:

Obtenção da unidade do ensino militar;

Facilitação no ministramento do ensino, dando-lhe, igualmente, certa padronização;

Melhor rendimento do ensino pelo conhecimento do homem e do meio que o circunda; e,

Aliança do ensino técnico ao campo prático.

A fase da execução-pesquisa visa obter o instrumento de medida. Porém, para que este instrumento de medida seja obtido, é fundamental que se faça sua aplicação em grande amostra, para que, então, se possa, à luz da Psicometria e da Estatística, estabelecer, pela análise de seus resultados, as condições requeridas para seu uso.

Com referência aos exames que serão objeto da fase execução-pesquisa, é interessante assinalar o que, a respeito de cursos, o Sr. Coronel Iracy Ferreira de Castro, Diretor do Curso de Classificação de Pessoal, mencionou. Com efeito, em seu anteprojeto do regulamento do Serviço de Classificação de Pessoal do Exército, acertadamente escreveu: "Os cursos são fundamentais à classificação de pessoal, mas, os homens que nêles deverão ser matriculados e os exames que deverão satisfazer precisam ser: os primeiros, devidamente classificados entre milhares de candidatos em potencial e os exames inteiramente padronizados para permitir previsões válidas sobre os resultados dos cursos".

ELEMENTO HUMANO E CAMPO DE TESTES

A finalidade da Psicotécnica, que é caracteristicamente básica, pois que nada se assenta ou executa sem o homem, é levar para a organização militar homens adequados para os lugares adequados. Para cumprir esse desideratum precisa-se, primeiro, saber quais os elementos com que se pode contar. Para isto, aplica-se o recrutamento, o qual irá possibilitar a

consecução dos seguintes objetivos:

— qualidade em vez de quantidade;

— pessoas qualificadas; e,

— atrair os melhores.

Em seguida ao recrutamento, o problema redonda em submeter o elemento humano a uma seleção, na qual está em papel destacável o campo de testes, de cujos resultados possa-se tirar conclusões para resultados desejados. Assim, para o ingresso aos institutos de ensino, sem recordar as exigências atinentes às Escolas ou Cursos (tais como idade, condições de aproveitamento, características físicas, etc., as quais constituem uma forma de triagem dos elementos recebidos), o pessoal será filtrado através de uma série de testes, testes esses que certamente variarão conforme os propósitos da Escola ou Curso e a sua finalidade. Esses testes, que poderão ser completados pelas provas educacionais, questionários e entrevistas, se fôr o caso, formam, portanto, o sistema científico denominado seleção. Dando forma genérica a ela, pode dizer-se que a seleção é nada mais nada menos do que um processo científico através do qual em um grupo de candidatos ou convocados se escolhe os elementos mais em condições, segundo seu grau de aptidão, capacidade, habilidade, perícia e capacidade (1).

Ainda neste capítulo, o Curso de Classificação de Pessoal presta colaboração, pois que uma de suas tarefas consiste em "organizar os testes de seleção profissional para os concursos às escolas básicas e as de formação" do nosso Exército.

Igualmente, neste caso, a sua execução pronta demanda bastante tempo, pois que, para elaboração dos testes, haverá previamente a análise do trabalho, findo o que, a pesquisa-execução pro-

cessará o levantamento para comprovação de sua validade.

Os testes a serem elaborados terão que passar por uma prévia verificação, antes de dado sua forma definitiva, pois que, quando se constrói um teste, verifica-se o grau de dificuldade dos itens, se os itens são discriminantes, seu grau de fidedignidade e a validade — para isso aplicações serão efetuadas para se ter os elementos para o estudo.

Ora, pode parecer que seleccionar proporcionalmente se resume apenas na aplicação de testes ou provas mais ou menos válidas, ao sabor da inteligência dos seus organizadores. No entanto, a seleção caracteriza-se pelo emprego contínuo dos mais avançados processos de análise de estatística matemática, "o que permite ao comando fazer realmente previsões científicas sobre o valor numérico e profissional dos efetivos que comanda e administra". Foi-se, assim, a época do empirismo e das improvisações, calcados na conjuntura anormal do momento, abstenção do jogo de análises para o futuro, falta de planejamento e ausência de ensaios experimentais. Os testes, elementos de avaliação, podem ser divididos em duas partes:

a) testes mentais, e

b) testes de personalidade.

Os testes mentais destinam-se à medição dos traços psíquicos dos candidatos, tendo como objetivo formar grupos homogêneos para aprendizagem, seleção dos elementos de aprendizagem especial, etc. São provas organizadas por especialistas em seleção e orientação profissionais, no caso os diplomados pelo Curso de Classificação de Pessoal, ou técnicos civis.

Os testes de personalidade são aqueles que se destinam à medição qu à apreciação de certos aspectos da conduta e aptidão dos alunos, como atitude, interesse, hábitos de

(1) Cumpre observar que, para o ingresso à A.M.A.N., e às Escolas Preparatórias, por exemplo, as provas educacionais, constituindo o chamado exame intelectual, nada tem a ver com os testes aqui mencionados.

trabalho, cooperação, agressividade, auto-domínio, emoções, resistência à fadiga física e mental, capacidade de decisão, presteza de ação, clareza na formulação de juízo, etc. etc.

Os testes de personalidade podem ser:

- a) provas padronizadas e
- b) provas de observação.

As provas padronizadas se assemelham aos testes mentais; igualmente formuladas pelos especialistas do Curso de Classificação de Pessoal ou técnicos civis.

As provas de observação, como são destinadas à avaliação de diversos aspectos de comportamento dos alunos, têm lugar dentro da área do ensino escolar, em que os professores, instrutores e até os próprios alunos desempenham o papel de observadores. Eis algumas características dêsse comportamento a procurar nos alunos, particularmente mais acentuado nas escolas de formação do Exército: espírito de cooperação, iniciativa, aptidão para chefia, camaradagem, etc. As provas de observação estão baseadas em informações específicas, anotadas em fichas previamente preparadas. Após reunir dados, por vários meios, obtém-se a apuração final, que é o conceito do aluno. Este conceito, embora não influenciando na classificação intelectual do aluno,

pode, em circunstâncias várias, impedir-lhe o prosseguimento do curso ou demonstrar sua inaptidão para as funções a que se destinava.

As provas de observação são, por exemplo, muito empregadas nas nossas Escolas de Comunicações e Motomecanizada.

A propósito, o autor destas linhas se recorda de que, ao término do curso na Escola de Comunicações, teve a agradável surpresa de ver, anexo às suas folhas de alterações dessa Escola, seu conceito como aluno, exatamente como era em realidade!

CONCLUSÃO

Traçando-se um quadro retrospectivo do que acima foi sucintamente explanado, pode dizer-se que, para o completo êxito do ensino militar, êste deverá estar calcado nas seguintes bases:

1º) Os currículos das matérias deverão atender às finalidades do Exército, visando sua máxima produtividade e rendimento.

2º) A existência da Classificação de Pessoal para proceder à colocação e o ajustamento racionais do indivíduo nos quadros das organizações de ensino militares, de maneira que os meios e processos empregados para o fim determinado de obter a máxima eficiência seja o constante prelúdio da obtenção do sucesso em tôdas as operações militares.



ARMADILHAS EM VIATURAS

Cap. CARLOS ABOIM COSTA



I — INTRODUÇÃO

ERÁ feito o estudo do sistema elétrico do jeep visando a instalação de armadilhas, operadas eletricamente, em viaturas.

O objetivo deste estudo é difundir os presentes conhecimentos entre os interessados e estudiosos do assunto, por não ser o mesmo tratado em nenhum manual, sendo de grande valia para a instrução, mormente a das tropas especializadas em lançamento de armadilhas.

II — ELEMENTOS DA ARMADILHA

Uma armadilha instalada numa viatura e que utiliza um dos circuitos elétricos dessa viatura, para ser acionada pelo inimigo, consta, em suma, dos seguintes elementos: carga explosiva, espoleta elétrica e fonte de energia, que é a bateria do veículo, as mais das vezes. E, portanto, um sistema idêntico ao do acionamento elétrico de cargas explosivas, problema simples, mas que deve ser bastante conhecido, e sobre o qual não há necessidade de estender comentários, pois se acha muito bem elucidado no manual C-5-25.

A carga explosiva a ser usada pode ser qualquer: um petardo, uma mina A.P. ou mesmo uma mina A.C., todas bem conhecidas, condicionando o emprego de uma ou outra carga, à disponibilidade de material, engenhosidade de cada um e, principalmente, ao local em que vai ser acomodada a carga, pois esta deve ficar bem adaptada, de modo a se obter o melhor rendimento do explosivo e da camu-

flagem. A carga pode ser instalada no motor (altura do painel, etc.), no chassis (altura do tanque de gasolina, etc.) ou na carroceria, conforme escolha do interessado.

Resume-se, então, o problema de instalar armadilhas operadas eletricamente em viaturas, no conhecimento do circuito em que a mesma vai ser instalada e na identificação dos elementos na viatura, para que se saiba como e onde fazer as ligações, os inconvenientes que apresentam para o funcionamento e, por fim, os cuidados que devem ser tomados para que não se venha a ser vítima de um próprio erro.

III — ESTUDO DOS PRINCIPAIS CIRCUITOS

1 — Buzina (fig. 1).

a) Circuito da buzina:

O borne negativo da bateria é ligado à viatura, sendo, portanto, a carroceria negativa. O positivo é ligado ao amperímetro e, sem atravessá-lo, vai ao borne A da buzina. O outro borne da buzina, B, é ligado ao botão interruptor que, acionado, ligará esse borne B à massa da viatura, fechando, então, o circuito da buzina. Convém observar que o borne B é positivo enquanto não é acionado o botão interruptor, momento em que passa a negativo.

b) Ligações que podem ser feitas:

— em paralelo: ligar a cada um dos bornes da buzina um fio da espoleta elétrica que acionará a carga;

— em série: retirar um dos fios dos bornes da buzina e colocar os

1-BUZINA

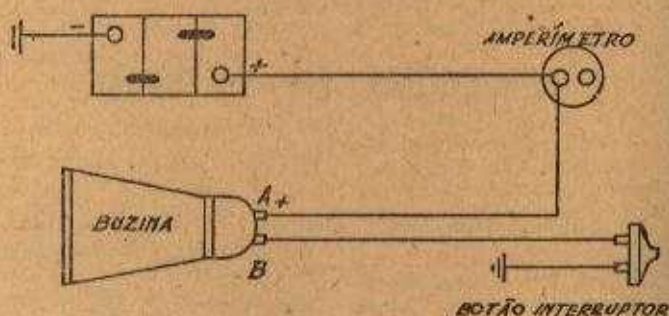


FIG. 1

fios da espolêta em série com esse fio retirado e seu borne.

c) *Cuidados na instalação:*

Na instalação não deixar ponta de fio solta ou fio descoberto em qualquer dos tipos de ligação, pois qualquer contato com a carroceria, que é negativa, fechará o circuito, acionando a carga, isto devido ao que lá foi dito: o borne A é sempre positivo (e o B o é até o momento de ser acionada a buzina) e a viatura é negativa.

d) *Inconveniente para o funcionamento da armadilha:*

As armadilhas instaladas no circuito da buzina apresentam o inconveniente de condicionar o seu funcionamento ao acionamento da buzina.

2 — Motor de Partida (fig. 2).

a) *Circuito do motor de partida:*

O borne negativo é ligado à viatura, sendo, portanto, a carroceria negativa. O positivo é ligado ao arranque, que é o interruptor do motor de partida, e que, acionado, levará a corrente ao borne A, do mesmo. O borne B é negativo, pois é ligado à massa, fechando assim o circuito do motor de partida.

b) *Ligações que podem ser feitas:*

— em paralelo: ligar a cada um dos bornes do motor de partida um fio da espolêta elétrica que acionará a carga, ou, ligar um fio da espolêta ao borne A e o outro

2-MOTOR DE PARTIDA

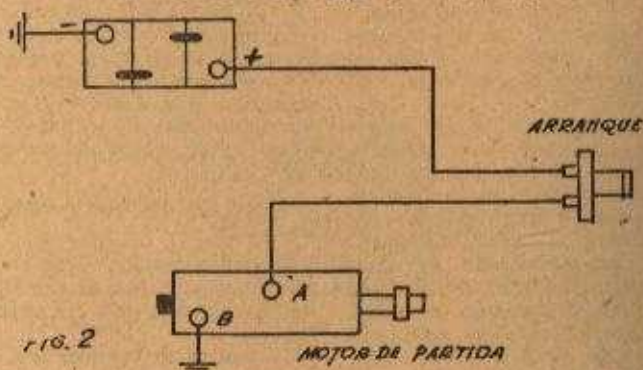


FIG. 2

fio da espolêta a qualquer ponto da carroceria (esta é preferível, pois é mais prática);

— em série: retirar um dos fios dos bornes do motor de partida e colocar os fios da espolêta em série com esse fio retirado e seu borne.

c) *Cuidados na instalação:*

Esta instalação, como todas as que forem feitas após um interruptor, não apresenta nenhum perigo na montagem, em vista do borne A só receber energia no momento em que for acionado o arranque, que é o interruptor do motor de partida:

d) *Inconveniente para o funcionamento:*

O inconveniente que apresenta este circuito para o acionamento das armadilhas nele instaladas é um tanto remoto; é o caso do motorista não utilizar o motor de partida para saída e sim, empurrar ou utilizar qualquer declive do terreno para o veículo "pegar".

3 — Chave de Ignição, Bobina, Tanque de Gasolina e Dinamo (figura 3).

a) *Circuitos:*

O borne negativo da bateria é ligado à viatura sendo, portanto, a carroceria negativa. O positivo é ligado ao amperímetro e vai ter ao borne de entrada A, da chave de ignição, que, estando ligada, dará

passagem à corrente para a bobina (borne B1) e tanque de gasolina (borne B2). Na bobina existe um borne de saída C e um de saída D que é ligado à terra (massa) fechando, assim, o circuito da bobina (este é o circuito primário da bobina que é o que nos interessa). A ligação para o tanque de gasolina atravessa um mostrador e vai ter ao tanque em E e, após atravessar uma resistência variável, fecha o circuito pela massa.

b) *Ligações que podem ser feitas:*

(1) Na chave:

— em paralelo: somente pode ser feita num dos bornes de saída, ligando um dos fios da espolêta a esse borne e o outro à massa.

— em série: retirar qualquer um dos fios dos bornes da chave e colocar os fios da espolêta em série com esse fio retirado e seu borne.

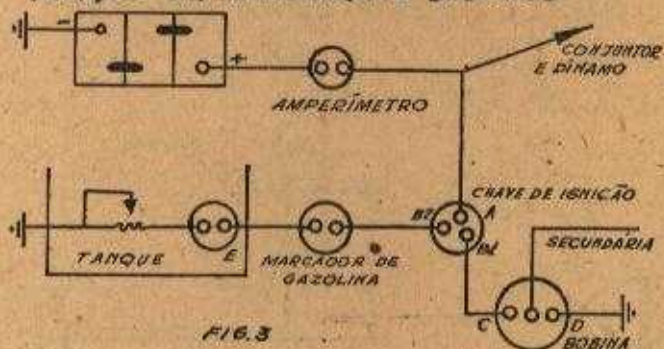
(2) Na bobina e no tanque de gasolina:

— ligações idênticas às citadas para o motor de partida.

c) *Cuidados na instalação:*

A única instalação que apresenta perigo na montagem, das supra citadas, é a ligação em série no borne de entrada da chave de ignição, pois este borne é sempre positivo e

3- CHAVE DE IGNIÇÃO, BOBINA, TANQUE DE GASOLINA E DINAMO



a viatura negativa (idem da buzina). As demais ligações, tal qual já foi dito para o motor de partida, não oferecem perigo na instalação, pois estão situados após um interruptor, que é a chave de ignição.

d) *Inconvenientes para o funcionamento:*

Não apresentam inconvenientes para o funcionamento as instalações feitas na chave de ignição, bobina e tanque de gasolina, pois, para a partida inicial do motor, é indispensável que a chave seja ligada. Sempre funcionarão as armadilhas instaladas nesses circuitos.

e) *Observação:*

Há também o circuito do dinamo (dinamo, conjuntor-disjuntor, amperímetro e bateria) que só funciona quando o veículo está em funcionamento, pois só há passagem de corrente no conjuntor-disjuntor quando o dinamo tem maior tensão que a bateria (o conjuntor-disjuntor tem funcionamento automático por intermédio do dinamo, que utiliza a correia do ventilador para o seu funcionamento). Entrando em funcionamento a viatura, o dinamo é que fornece corrente para carregar a bateria e para funcionamento de veículo. As ligações, cuidados, e convenientes para o funcionamento são idênticos aos

já estudados para bobina e tanque de gasolina.

4 — *Circuito de Iluminação em Geral e da lanterna do "Pare"* (figura 4).

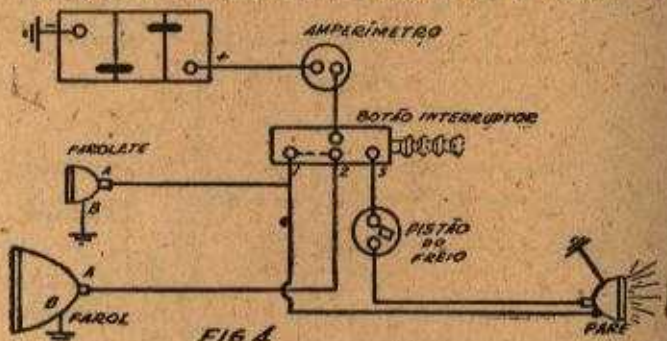
a) *Circuito:*

O borne negativo da bateria é ligado à viatura sendo, portanto, a carroceria negativa. O positivo é ligado ao amperímetro, atravessando-o e indo ter ao botão interruptor da régua-chave da iluminação. Dai então, estando o botão do interruptor ligado (posição 1 — faroletes e posição 2 — faróis e faroletes), a corrente será conduzida a um borne A, fechando o circuito pela massa num borne B. Na posição 3 há passagem da corrente para o cilindro mestre do freio e, para que ela seja conduzida à lanterna do "pare", há necessidade de ser acionado o freio do pé que, por intermédio do seu pistão, dá passagem à corrente para a lanterna do "pare", fechando o circuito também pela massa (observar que essa lanterna dispõe de duas lâmpadas, sendo uma para o "pare" e a outra para iluminação normal à noite, quando o botão interruptor está na posição 1 ou 2).

b) *Ligações que podem ser feitas:*

Ligações idênticas às citadas para o motor de partida.

4-CIRCUITO DE ILUMINAÇÃO EM GERAL E DA LANTERNA DO "PARE"



Para maior facilidade de compreensão do estudo, foi apresentado o farol (posição 2) apenas um borne de entrada; no entanto, quando da identificação desse circuito na viatura, aparecerão dois (2) bornes de entrada e isto se explica pelo fato do cabo condutor, após a saída da régua-chave na posição 2, ir ter a um interruptor "pisca-pisca" que se destina a ligar o farol numa das posições: "alto" ou "baixo". As ligações podem ser feitas como já foi dito para o motor de partida, isto é, em série ou paralelo, em qualquer um dos circuitos do farol "alto" ou "baixo", devendo-se, de preferência, deixar o "pisca-pisca" já ligado na posição em que vai ser instalada a armadilha. Para certeza de uma melhor utilização dos circuitos do farol, a melhor ligação é a que põe em curto os bornes de entrada do farol "alto" e "baixo", isto é, ligar os fios da espoleta nesses bornes porque, assim que o inimigo utilize a ligação do farol, a armadilha será acionada, independente da posição do "pisca-pisca", tendo em vista que, enquanto o farol "alto" é positivo o "baixo" é terra (negativo) e vice-versa.

c) Cuidados na instalação:

Não apresentam perigo essas instalações, tal como já foi dito para o motor de partida, pois estão situadas após um interruptor, que é o botão da regua-chave da iluminação.

d) Inconvenientes para o funcionamento:

Mormente durante o dia, essas armadilhas dificilmente serão acionadas pelo inimigo, pois não há necessidade de iluminação; à noite, há o caso de não se empregar a iluminação devido ao Black-out. Entretanto, quando se armadilha o circuito da lanterna do "pare", há grande propalabilidade de funcionamento dessa armadilha, desde que se deixe o botão interruptor na posição 3. Para se ter maior certeza do funcionamento de uma armadilha pelo menos, devemos também instalar uma outra para ser aciona-

da caso o inimigo venha a estranhar o botão na posição 3 e o coloque na posição inicial; nesse ato, numa das passagens intermediárias, será acionada a segunda armadilha.

IV — OBSERVAÇÕES E REGRAS DE SEGURANÇA

4 — Não esqueça que se deve usar sempre mais de uma armadilha para garantir, pelo menos, o funcionamento de uma delas;

2 — Não esqueça que as ligações depois de um interruptor oferecem sempre mais segurança para a instalação das armadilhas;

3 — Não esqueça que uma ligação ou emenda descoberta ou mal coberta pode ocasionar o funcionamento prematuro ou não funcionamento de uma armadilha;

4 — Evite as ligações que necessitem cuidados especiais;

5 — Não esqueça de verificar as espoletas elétricas;

6 — Não esqueça de limpar os bornes, fios e pontos da carroceria, que vão ser utilizados para fechar circuitos (massa);

7 — Para facilitar o estudo das ligações nos diversos circuitos, foram sempre tomados como pontos de referência os bornes; no entanto, nada impede de se cortar ou raspar os fios para fazer as ligações previstas, não utilizando portanto os bornes;

8 — Sempre que tenha dúvida sobre o circuito de uma viatura, procure uma pessoa entendida ou, de preferência, consulte o catálogo dessa viatura;

9 — Para uma maior segurança nas instalações das armadilhas, é conveniente deixar um dos bornes da bateria (o positivo de preferência) desligado; somente depois de ter certeza que tudo está 100%, pela verificação minuciosa, é que se liga à bateria. Essa operação deve ser feita por um homem somente (aquele que chefou o trabalho na viatura);

10 — Para treinamento das ligações, comece usando espoletas elétricas inertes (de madeira), passando depois às elétricas, que devem ser enterradas, no mínimo, a

20 cm. de profundidade e distante do pessoal no mínimo 10 m. Só depois disso é que se pode armar eilhar realmente as viaturas;

11 — Não esqueça que os circuitos estudados nesta aula são os do jeep "Willy" (catálogo TM-10-1513 de 15 de maio de 1942).

Os circuitos de outras viaturas são "parecidos" mas podem não ser iguais. Consulte os catálogos das

viaturas em que for instalar armadilhas, se tiver dúvidas sobre os seus circuitos.

CUMPRA E FAÇA CUMPRIR TÔDAS AS REGRAS DE SEGURANÇA PARA USO DOS EXPLOSIVOS E MINAS PARA O BEM DE SUA TROPA E PARA O SEU PRÓPRIO BEM. O SAPADOR NÃO TEM OPORTUNIDADES PARA FALHAR.



EXERCÍCIO DE PÔSTO DE COMANDO NA ARTILHARIA ANTIAÉREA

(NO DESTACAMENTO-ESCOLA DE OPERAÇÕES ANTIAEREAS)

Cap. G. F. DE CASTRO

1º Ten. V. A. AZEREDO COUTINHO

I — INTRODUÇÃO



EXERCÍCIOS de PC são exercícios que se destinam à instrução dos Comandos, Estados-Maiores, pessoal de ligação e outros órgãos ligados ao Comando e

que são executados no terreno, nas condições mais aproximadas quanto possível da realidade, nos quais as Unidades e elementos por instruir são representados, total ou parcialmente, e o inimigo, figurado ou suposto (art. VIII do C 21-5 — Instrução Militar).

Estes exercícios, diz ainda o C 21-5, podem ser executados de dois modos. No primeiro, os PC são agrupados em determinado local com as distâncias que os separam reduzidas, usando-se mensageiros para fazer a ligação entre estes e não necessitando de instalar as comunicações. No segundo, os PC são instalados e distanciados como na realidade. As Unidades de Comando são empregadas e os meios de comunicações instalados. Deve-se considerar a cooperação da Aviação e atender-se à ação do inimigo. Deve-se criar um quadro ou uma situação para o exercício, para servir de base ao desenvolvimento do mesmo. Todos os "Exercícios de PC" de certa importância devem ser precedidos de uma preparação na carta, sob a forma de Manobra na Carta.

Estes "Exercícios de PC", de acordo com o PP 44-11, § 21, são realizados tendo em vista o preparo dos Exercícios táticos previstos para as Unidades.

Após estas citações iniciais, vamos tratar do exercício realizado pelo "Destacamento-Escola de Operações Antiaéreas" (DST-ES OP. AAé) que foi feita com distâncias reduzidas, mas fazendo-se a ligação entre os PC por meio do telefone, com a instalação no terreno das 5 rédes telefônicas previstas para uma Defesa AAé, já que o objetivo visado era, também, a instrução das Comunicações.

Para a realização do presente exercício, foi suposto criado um Agrupamento, constituído de 2 Grupos de Canhões AAé 90 mm e 1 Grupo de Canhões Automáticos 40 mm.

1 — **Objetivo:** Familiarizar os instruídos com o material telefônico, verificar suas falhas (do material, dos homens e do exercício propriamente dito), aprimorar, por conseguinte, os conhecimentos de Comunicações e colocar os soldados componentes do Dst Op. Unidades responsável por tais ligações, perfeitamente senhores da instrução, pois que, sentindo suas grandes dificuldades no terreno, terão, os mesmos, oportunidade de fixá-la melhor.

2 — **Motivação:** É a Sala de Operações da Defesa Antiaérea (SODAAé), o centro nervoso de

uma Defesa Antiaérea e o Serviço de Informações da Artilharia Antiaérea (SIAAAé), seu sistema; as Comunicações são, pois, sua espinha dorsal. O bom funcionamento da SODAAé requer, portanto, o perfeito funcionamento das Comunicações.

II — REDES DE COMUNICAÇÃO NO AGRUPAMENTO

1 — *Generalidades*: O mais alto escalão da Defesa Antiaérea é a Brigada, com um Destacamento de Operações adido à sua B.C.S. Para o presente exercício, a fim de facilitar a sua execução, já que foi este o primeiro a ser realizado na Unidade, supôs-se o Dst Op adido ao Agrupamento, no caso presente, o mais alto escalão de AAAé. O Dst Op tem, como missão principal, instalar e fazer funcionar a SODAAé, necessitando, assim, de ligações com os diferentes órgãos da Defesa Aérea, tais como a Força Aérea, SODAAé vizinhas, PC dos Grupos, etc.

2 — *Rêdes telefônicas*: Responsabilidade do Destacamento:

a) Instalar a "Rêde de dados de Radars" para cada Radar de Vigilância. Foram construídas 7 linhas, assim discriminadas: 5 para o Automático e 1 para cada Grupo de Canhões AAé;

b) c) Instalar Rêde de Informações e de Controle Operacional até os PIF, nas proximidades dos PC dos Grupos, sendo da responsabilidade dos Grupos estenderem-nas até os PC de suas Bias.

d) A Rêde de Comando foi construída do Agrupamento para os PC dos Grupos.

e) A Rêde de Ligação seria estabelecida de comum acordo com a Força Aérea ou qualquer outro órgão; por ser o exercício feito somente pelo Destacamento, não contando com o auxílio dos Grupos, Agrupamentos e Força Aérea, foi feita, a título de exercício, pelo pessoal de Comunicações do Destacamento de Operações.

III — DESDOBRAMENTO DO MATERIAL

Foi suposta uma zona sensível circular e um desdobramento do material com poucas dificuldades. A tabela de fatores de planejamento fornece um número mínimo de Bias, necessárias para a Defesa da referida zona, cujo diâmetro é de 2.000 metros. Para este diâmetro, o mínimo é 3 Bias, de Canhões Automáticos e 8 Canhões Antiaéreos. Entretanto, como tem o Agrupamento 4 Bias de Automáticos, todas foram usadas para se ter uma defesa mais forte.

De acordo com a tabela acima citada, foi o seguinte o desdobramento do Agrupamento:

Zona sensível — diâmetro de 2.000 metros.

Grupo de Can Aut 40mm — dentro ou junto da zona — 16 Can Au e 8 Metr (4 Bias) 50

num anel de 500 metros — 16 metralhadoras

num anel de 1.200 metros 16 Can Au e 8 Metralhadoras 50.

Grupo de Can AAé 90 mm — 8 Bias num raio de 9.000 metros do centro da zona.

Observações: Os 2 Grupos de Can AAé do Agrupamento, somam, juntamente, 8 Bias.

IV — EXERCÍCIO PRÓPRIAMENTE DITO

Foi realizado, primeiramente, em escala de 1/25.000, num croqui do desdobramento do material, a fim de serem locados os PC do Agrupamento, dos Grupos e de todas as Bias. Em outro croqui, da mesma escala, igual ao anterior, locou-se as Centrais Telefônicas de todos os PC e seus telefones. As 5 (cinco) rêdes foram, então, desenhadas, cada qual com sua cor e com símbolos diferentes.

Uma vez pronto o esboço, já concebido o exercício, foi o mesmo levado para o terreno, numa escala de 1/50; esta escala deu um raio máximo de 180 metros aproximadamente, satisfazendo ao exercício e, principalmente, por não estar o Destacamento em condições de fa-

zê-lo maior, visto não dispor de meios de comunicações suficientes, presentemente.

Os PC do Agrupamento, dos Grupos e Bias foram representadas por taboletas com indicativos, não sendo representados seus órgãos componentes, por serem, nesta escala, minúsculas suas distâncias; os radars, também em taboletas, cada um situado próximo aos PC do Grupo de Can AAé e Bias do Grupo de Can Au.

A SODAAé foi construída em uma barraca de 10 (dez) praças e todo seu equipamento ali colocado, tornou possível a realização de sua missão, tão logo instaladas as Comunicações.

Como as rédes de Informação e de Contrôlo Operacional não devem passar pelas Centrais Telefônicas, as mesmas partiram de telefones de Campanha. Foram usadas duas (2) Centrais de 12 direções para as ligações internas da Sala e para a "Réde de Dados de Radar" e mais duas (2) Centrais de 6 direções em cada PC de Grupo.

Os radars de Direção de Tiro não tiveram ligação telefônica em virtude de ser facultativa a mesma.

Note-se que o trabalho da construção das 5 rédes não seria afeto somente ao Destacamento de Operações, mas a este, em combinação com as Equipes de Comunicações da Bia de Comando e Serviços do Agrupamento.

O Exercício exigiria, também, o trabalho dos Estados-Maiores e pessoal de Comunicações dos Grupos, o que não foi feito por razões já citadas.

V — CONCLUSÕES

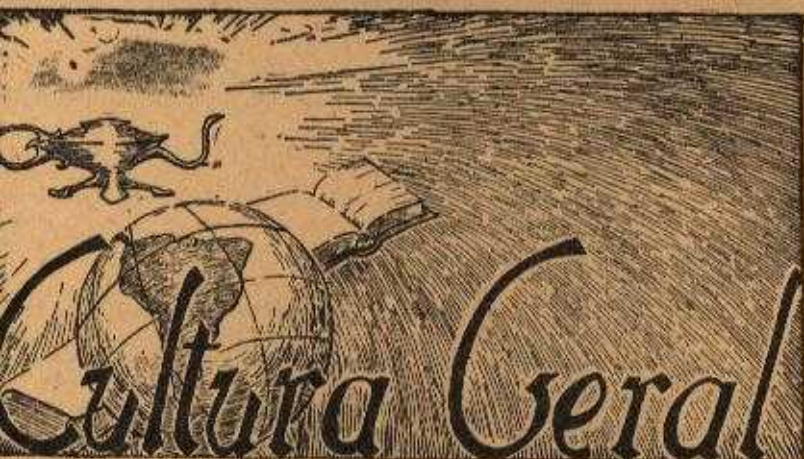
O exercício obteve bom êxito, dando aos instruendos perfeita noção de seu conteúdo; houve inde-

cisões, falhas naturais de um primeiro exercício, que foram, porém, posteriormente, sanadas. Boa oportunidade ofereceu aos instrutores para verificarem o estado de instrução da tropa e o estado de funcionamento do material, o qual, com não poucos esforços daqueles, correspondeu. É preciso salientar que o Destacamento de Operações não conta com todo o equipamento que lhe é destinado, sendo, por exemplo, a SODAAé organizada com seus próprios recursos.

Apesar do grande número de linhas lançadas no terreno e da escala reduzida com que se trabalhou, as mesmas não geraram confusão, tanto no lançamento como no recolhimento, em virtude de sua etiqueta.

Finalmente, apesar do êxito alcançado, dada a reduzida escala com que se trabalhou, a qual outra dificuldade não poderia apresentar senão a descrita no parágrafo anterior, crê-se ser realmente difícil a construção das rédes no terreno, já que, como se viu no desdobramento, para uma zona a defender de dimensões relativamente reduzidas (2.000 metros), ter-se-ia PC de Grupos AAé num raio de 6.000 a 9.000 metros do centro da zona, o que, evidentemente, consumiria grande tempo, enorme trabalho e ofereceria um número bem grande de dificuldades. Suprindo esta deficiência, entretanto, o regulamento faculta o uso das rédes telefônicas civis. Note-se, outrossim, que tão logo uma Defesa Antiaérea seja estabelecida, as primeiras ligações a serem feitas são radiofônicas e com o decorrer do tempo vão sendo dobradas pelas rédes telefônicas, com exceção da réde dos PO, que é somente, rádio. No presente exercício, tratou-se somente das rédes telefônicas.





ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO INTELECTUAL

Coronel AUGUSTO DA CUNHA MAGGESSI
PEREIRA, do E.-M. da Z.M.L.

Tudo o que se faz, vale a pena ser bem feito.

"Le grand amour nait de la parfaite connaissance de la chose qu'on aime; et si tu ne la connais pas, tu ne pourras l'aimer, ou sinon pauvrement!"

(Leonardo Da Vinci)

"L'important est de bien savoir ce qu'on veut et de s'y consacrer tout entier".

(L. Riboulet)

SUMÁRIO

— Generalidades — Importância do Livro :

Necessidade de um Método de Trabalho.
Alguns Conselhos para Estudar.

— Duas Considerações essenciais :

1ª. Principal, de ordem puramente intelectual, abrangendo :

- Estudo das ATUALIDADES.
- Estudo complementar, das BASES.
- Livros.
- Documentação { de método.
de estudo e informação.
para composição.

2ª. Subsidiária, de ordem material, compreendendo :

- Aquisição de livros e documentos.
- Bibliotecas.
- Registo de Notas : (Fichário e Arquivo).
Sistemas de Classificação.
Decimal e Alfabético.

— Estudo das Atualidades — Estudo das Bases.

IV — Princípios da Organização Intelectual :

1. Finalidade : Desenvolver a alta cultura e as qualidades de iniciativa e julgamento.
2. Métodos de Estudo :
 - Geral.
 - Por Matéria (particular).
3. Método para Composição :
 - Cultura Geral.
 - Cultura Profissional.
 - Aptidão Geral.
4. Aspectos fundamentais do desenvolvimento intelectual do militar :
 - 1º. Aplicação Tática :
 - Conhecimentos básicos.
 - Raciocínio tático — Planejamento.
 - Tática de arma — Emprego do Batalhão, Grupo.
 - Tática Geral — Emprego do G.T., D.I., C.Ex.
 - 2º. Estratégia :
 - Princípios de guerra — Planejamento.
 - Conduta superior das operações.
 - Emprego do Dest. Ex., Ex. e Grupo de Ex.
 - 3º. Aptidão Geral :
 - 4º. Cultura Geral :
 - 5º. Línguas vivas :

V — Métodos de Estudo e Composição :

1. Método Geral de Estudo.
2. Métodos Particulares.

ANEXOS :

- Dois esquemas de classificação dos assuntos ;
- Nove exemplos de desdobramento.

DEDICATÓRIA

Dedicamos esta modesta contribuição aos companheiros que servem na tropa, especialmente aos Oficiais do Regimento Sampaio, com os quais passamos três e meio felizes anos, realizando trabalho útil para a administração, a instrução e a disciplina da Infantaria.

Temos o propósito de indicar-lhes um método de estudo visando o aperfeiçoamento da sua cultura geral e profissional, um gênero de atividade intelectual que, muitas vezes, por falta de tempo e direção, não se pode organizar sem grande dificuldade.

Sentir-nos-emos recompensado se, de algum modo, atingirmos este nosso objetivo.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO INTELECTUAL

I — GENERALIDADES

Necessidade de um Método de Trabalho.

Alguns Conselhos para se Estudiar.

1. A humanidade atravessa uma época extraordinariamente evolutiva, que se caracteriza pela valorização das faculdades intelectuais, pelo esforço intenso dos indivíduos no sentido de adquirirem conhecimentos exatos que lhes revelem verdades cada vez mais amplas e certas.

Regista-se mesmo uma curiosidade espantosa, infatigável na investigação dos fenômenos e na realização de experiências que os expliquem e que provem a sua razão de ser.

Uma evidente fé intelectual estimula e convence o homem da sua capacidade para aprimorar, desenvolver a cultura geral e aprofundar-se em determinada ciência.

No domínio das pesquisas, das invenções e da produção, as concepções evoluem de tal modo que as iniciativas particulares já se tornam insuficientes; as pessoas mais cultas, sob todos os pontos de vista, recorrem ao trabalho em cooperação, estabelecem o intercâmbio de idéias, os laços de simpatia dos seus pensamentos, visando sempre resultados que atendam ao bem comum. No capítulo da defesa e segurança nacional, vemos como procedem os povos democráticos, apoiando, coordenando e até encampando e dirigindo tais iniciativas, estabelecendo, enfim, disposições legais garantidoras de sua liberdade, à face das flutuações constantes da política mundial.

Entre as grandes potências, cujo nível de civilização pode servir de exemplo às demais, é axioma que aos homens de maior cultura cabem as situações materiais e morais mais elevadas.

Portanto, não há senão cuidar de uma educação e de uma instrução extensa; isoladamente ou em so-

cidade, deve o homem criar-se uma vida organizada na qual nenhuma força é perdida e ele adquire a convicção de que o bom êxito não decorre do concurso fortuito das circunstâncias, dos caprichos da sorte, mas do empenho sistemático de todas as faculdades, para um fim definido.

Deve seguir, no trabalho intelectual, um plano, uma ordem de progressão crescente, tratando primeiro das questões simples e, após isto, abordando os assuntos mais abstratos para traçar, em conclusão, as linhas de uma filosofia geral.

Uma vez possuidor de cultura geral média, formada com método e perseverança, terá adquirido confiança em si e capacidade para enfrentar os problemas do pensamento.

2. Vale dizer, toda aquisição de conhecimentos supõe uma organização do trabalho.

Sem dúvida, esta organização é peculiar ao indivíduo segundo o tempo de que ele dispõe, os conhecimentos já obtidos, o seu caráter, as suas tendências, etc.

Parece-nos, contudo, de real utilidade estabelecer para todos um programa, um plano-tipo de trabalho, no qual cada um, sem prejuízo da sua personalidade, poderá inspirar-se para ordenar seu próprio aperfeiçoamento intelectual.

O livro, o impresso, o escrito, todos os meios que o homem inventou para transmitir seu pensamento, constituem os primeiros instrumentos de sua atividade intelectual. No conceito de VICTOR HUGO, "toda pessoa que abre um livro encontra nele asas para atingir as alturas onde a alma se expande com liberdade".

Conservá-los é um dever e um princípio de sabedoria, uma vez que são o principal veículo para o cultivo das inteligências e a iluminação dos espíritos.

Conservá-los é tarefa primordial a preencher pelas bibliotecas, as

quais, tendo por finalidade elevar o nível educacional, desempenham as funções não só de reservas que mantêm e distribuem obras, mas de centros de trabalho científico, para um aproveitamento metódico e útil de seus fundos, sem perda de tempo nas consultas. Esta função das bibliotecas, que definem o índice cultural de um país, liga-se perfeitamente à idéia de PAUL VALÉRY, notável poeta do Século XIX, sobre civilização, quando ele declara que esta supõe uma capitalização de meios temporais e espirituais, e que toda capitalização subentende a constituição de reservas.

Conservá-los, é, acima de tudo, saber honrar os grandes homens de uma nação, aqueles que, militares ou civis, pelo seu esforço consciente e desinteressado, fizeram o renome e a glória de seu povo.

Na verdade, pouco é elevar-lhes estátuas ou gravar seus nomes no bronze.

— Que são os monumentos dos heróis da Grécia e de Roma?

Alguma poeira dos tempos. Mas o livro em que PLUTARCO registou e enalteceu suas virtudes, esse livro é de fato um monumento de que os séculos não puderam destacar uma só pedra. O "Plutarco Francês", de MENNECHET pode considerar-se a maior homenagem prestada aos homens e mulheres ilustres da França heróica. O mesmo pode dizer-se da "Vida dos Sábios Ilustres", de FIGUIER, dos "Versos Dourados" de PYTHAGORAS, do Dicionário Universal de PIERRE LAROUSSE, da Enciclopédia Britânica, da Grande Enciclopédia Portuguesa-Brasileira, etc., etc.

Na simplicidade, na singeleza desta exposição, para nós brasileiros:

— Que representam as estátuas de CAXIAS, de OSÓRIO, de RIO BRANCO, etc., se comparadas com seus verdadeiros monumentos de glória e magnificência, substanciados, por exemplo, nas obras do Prelado Doméstico de Sua Santidade, Padre JOAQUIM PINTO DE CAMPOS; do eminente e saudoso patricio FERNANDO LUIZ OSÓ-

RIO; do Coronel JOÃO BAPTISTA DE MAGALHÃES; dos escritores IVAN LINS e AFONSO DE CARVALHO?

— Que poderá exprimir uma estátua de RUY BARBOSA, diante da magnífica síntese interpretativa de MONTE ARRAES, intitulada "Cidadão de Dois Mundos"? Sem dúvida, não revelará tão bem, a magistral personalidade do Mestre, da mais relevante figura da nossa pregação democrática, do maior divulgador de conhecimentos no campo político-social.

As estátuas, bustos, hermas e marcos existentes em todo o Brasil, pouco representariam, na sua nudez ou no laconismo das inscrições, se não fôra o notável trabalho que vem executando o Coronel JOÃO BAPTISTA DE MATTOS, intitulado "Os Monumentos Nacionais", que classificamos de monumento dos monumentos.

Se as estátuas muito significam, como obras consideráveis de arquitetura ou escultura, unindo as gerações no respeito e conservação de sua história, os monumentos literários, biográficos, representando a explanação do pensamento humano, — porque não se pode viver sem pensar —, contendo revelações às vezes inesperadas sobre os grandes homens de uma nação, produzem impressão bastante superior, inspiram sempre a quem os perflustra uma veneração profunda.

São como a prova, a atestação inofismável da celebridade, do valor: sempre intactos, sempre novos, mostram-se aos nossos olhos em toda a sua plenitude, toda a sua magestade, como essas altas montanhas de nosso país, cujos cumos orgulhosos se conservam tais como Deus os tirou do nada.

3. Para que seja eficaz, porém, a utilização desses instrumentos do saber e, até mesmo, de aproximação e amizade entre os povos porque facilitam as suas relações culturais, indispensável se torna a adoção de um método de trabalho cerebral, de um método geral de estudo e composição, abrangendo a técnica de toda produção intelectual.

Sem este alvitre, sem noções precisas do objetivo a atingir, os esforços são dispersivos e, em consequência, mui confusos os ensinamentos colhidos. É preciso não só estudar com afinco, *mas também fazê-lo com método*, organizando-o pelos resultados conseguidos, visando sempre poupar o empenho da memória, evitar o excesso de trabalho, cujo efeito não é compensador.

Ao abordar hoje este assunto palpitante, de organização intelectual, temos o escopo de desenvolver entre os companheiros a cultura, a originalidade, a força do pensamento, o espírito crítico; animar-nos o propósito de concorrer para habilitá-los cada vez mais para estudar a fundo uma questão, uma obra; de dar a este estudo, a sua feição pessoal, de explanar logicamente o resultado da sua aplicação e, enfim, de registrar esta última com clareza, concisão e precisão, para ser consultada a qualquer momento, sem cansaço de memória, com segurança e presteza.

4. Provada a necessidade do método, consideremos alguns conselhos simples para se estudar:

Alguns Conselhos para Estudar (Dirigidos aos jovens).

Numerosos são os livros que têm sido escritos sobre o método de trabalho intelectual.

O importante para o sucesso é que se tenha bons princípios.

1º. Atividade espiritual:

O estudo deve ser feito de modo tal que se torne fácil e atraente, que consolide e fortifique a dignidade de cada um. De nada vale abordar questões transcendentais, complicadas, quando se não tem inclinação para isso. Neste particular, para nós militares, trata-se antes de tudo de aprender, de alcançar a nobreza da profissão, de considerar nossas próprias qualidades, no Estado-Maior, como na tropa.

Eis, pois, um ideal cuja realização subentende trabalho, esforço contínuo, vontade no cumprimento fiel dos deveres.

Os outros ramos da cultura, embora necessários, vêm em segundo

plano, de acordo com os nossos caracteres e o tempo disponível para tratá-los.

a) É preciso trabalhar.

Temos a missão de conduzir homens. Então, o principal objeto de nosso estudo deve ser o conhecimento do próprio homem, na sua realidade social, psicológica e moral.

Sejamos aplicados, exerçamos conscientemente a iniciativa, saibamos orientar os espíritos, estimular as vontades, excitar as energias, reprimir as irregularidades, as mostras de fraqueza e ociosidade.

O livro e a espada, o regimento e as armas diversas, são nossos meios de trabalho. O indispensável a atacar as dificuldades de per si, numa atividade ininterrupta, incansável.

Nossa relevante tarefa como oficiais, porém, só se executará com independência e firmeza, só produzirá resultados práticos, se formos exemplares, persistentes no método, confiantes, mais no esforço sustentado do que na sorte; se tivermos riqueza espiritual, competência profissional e reais sentimentos de humanidade, numa vida de amplos horizontes e feliz.

A condição essencial da existência é o trabalho.

A recreação é apenas um ornamento.

"Assim as flores, dizia um filósofo grego, que se colhem nos sulcos dum campo cultivado."

b) Higiene prévia.

Eis um sábio conselho: dormir bastante, dormir bem.

Pelo menos oito horas.

O sono, prova de equilíbrio físico e moral, sinal de boa consciência, é indispensável à saúde e à produção de trabalho útil.

O General De Lattre de Tassigny aconselhava o sono regular, metódico, para que se tivesse equilíbrio e bom rendimento, mesmo nas árduas campanhas. Exigia, até dos seus auxiliares, a observância deste preceito.

O Marechal Joffre, igualmente, não abria mão do seu repouso,

ainda que em circunstâncias difíceis, em operações de guerra.

Naturalmente, e sobretudo na guerra moderna, há situações prementes que impõem a vigília; mas, devem ser consideradas como exceção à regra.

Outro ponto capital é o respeitante à conservação de uma saúde robusta.

Alimentar-se bem, sem exagero e de acordo com os preceitos higiénicos e científicos.

O exemplo magnífico de Pascal, o grande matemático, físico e filósofo que, pela sua energia moral, reagia contra a fraqueza física, a ponto de pretender afirmar que as almas fortes só se encontram em corpos débeis, deve ser também considerado exceção.

c) Calma mental.

Felizes os que, tendo sido educados numa esfera de austeridade, sabem cumprir seus Deveres principais, colocam as diversões em seguida ao trabalho executado, não despendem inutilmente o dinheiro, e menos ainda o tempo.

Estes, conseguem manter a calma mental, que é condição primeira do rendimento intelectual.

d) Educação física — Desportos.

Pratiquemo-los com comedimento, sem excessos prejudiciais à saúde.

Hoje, ninguém se bate como no tempo de David ou de Goliath. A T.S.F. substitui vantajosamente o "corredor" de Maratona.

O homem mais forte do mundo sueumbe diante da arma de fogo e ninguém pode afirmar que faça maravilhas num golpe de mão.

O que se exige dele, como combatente, na guerra e na vida cotidiana, é destreza, flexibilidade, solidez e resistência; é saber saltar um fosso, correr distância regular, suportar bem o equipamento, o calor, o frio, a chuva. É ainda, saber nadar, utilizar uma bicicleta, um automóvel, um cavalo.

Tudo isto com simplicidade, sem ostentação, sem pretensão às "performances".

e) Hábitos intelectuais.

Trata-se de disciplinar, de saber fazer a atenção; de saber ouvir e ler, assimilando, gravando.

Pela influência que ela — a atenção, — exerce em todas as faculdades, figura como o primeiro fator de progresso.

(Todo militar que se preza, não incorre nunca no n. 20 do art. 13, do R-4).

Quem se deixa a cada instante invadir pelas idéias adventícias, é incapaz de se concentrar no essencial. Marcel Prevost aconselha o esforço de um quarto de hora de aplicação continua.

Especialmente aqueles que se acham na primavera da vida, na idade da esperança, ou sejam, os moços, cumpre adquirir bons hábitos intelectuais; não só de atenção, mas também de observação, reflexão, prudência, pontualidade e tenacidade no estudo; pois, devem lembrar-se que toda a sua existência será o eco de sua juventude, da sua mocidade.

Cada um deve cultivar, em si, o sentimento que leva a despertar interesse e gosto pelos livros e o trabalho intelectual.

Em geral, o que é agradável desperta entusiasmo e conduz ao sucesso.

Assim por exemplo, o recolhimento, que nutre e fortifica o espírito, favorece o trabalho sério e fecundo.

A memória, a imaginação, a sensibilidade e a razão, são faculdades que muito concorrem no trabalho intelectual para aquisição, conservação e desenvolvimento de conhecimentos.

f) Ordem.

"A ordem é o que há de mais raro nas operações do espírito", observa Fenelon. Dediquemos diariamente um quarto de hora para a arrumação e trato de nossos livros, cadernos, notas, etc. e ganharemos horas de sã e reconfortante recreação.

A ordem em si.

A ordem é a adaptação dos meios ao fim. Evitar pois, a desordem.

Apresentar-se bem, tomando este conselho como um dever.

O uniforme do militar, a toga do magistrado, a batina do sacerdote demonstram bem a estima que eles votam pela sua função.

Portanto, isto é, sem colocar o hábito antes do corpo e menos ainda o corpo antes do espírito, deve-se sem prejuízo da simplicidade, andar sempre corretamente uniformizado.

A ordem consigo.

Sacrificar resolutamente o inútil.

Adquirir o hábito de bem dispor utensílios e objetos diversos para não perder tempo nas buscas.

Nada mais ridículo do que o indivíduo que faz publicamente o inventário de seus bolsos ou das divisões de sua pasta, para encontrar uma chave, um lápis, dinheiro, etc.

A ordem em casa.

"Montrez moi ta chambre et je dirai qui tu es" diz Jean Flory.

O estado de um quarto, define o caráter de quem nele mora. Um espírito sem ordem se exprime por um quarto desarrumado, com móveis mal dispostos, roupas, livros e papéis espalhados.

Arrumar, é antes de tudo, dessembarçar-se do inútil.

O Gabinete de Trabalho, para quem cultiva a inteligência, exige um "bureau" e uma biblioteca. Nesta, figuram e se conservam os bons livros; isto é, aqueles que merecem ser estudados ou consultados.

g) Aproveitamento do tempo.

Princípio geral:

"Uma ocupação qualquer é como o gás, que se expande em todo o espaço disponível."

As pessoas desocupadas, via de regra não têm tempo para nada.

Por isso, quando precisamos de um auxílio, recorremos de preferência às pessoas cuja vida seja muito ocupada; pois que: o preguiçoso, o vagabundo, responde que não dispõe de tempo para nos atender.

Ruskin, conservava em sua mesa de trabalho um pedaço de granito com a seguinte gravação:

To day (hoje).

"Hoje, dizia Emerson, é um dia mascarado, mesquinho para aqueles que não refletem à luz da experiência"; "para aqueles que não sabem que toda a atividade grande e feliz se desenvolve precisamente neste dia".

Deve-se ter elevada idéia de valor do tempo, eliminando os inimigos do seu bom emprego. "Time once passed, never returne".

As horas favoráveis, da manhã, com o cérebro repousado, nem sempre são as disponíveis. Então, trabalhemos mesmo à noite, remediando seus inconvenientes com refeição leve.

Seja como for, se não podemos fazer tudo o que desejamos, desejemos tudo o que fazemos.

Nos trabalhos de redação, na tomada de notas, etc. seguir o princípio capital:

O papel só tem um lado.

Vale melhor economizar o tempo do que o papel.

Ter constantemente no bolso um caderninho de notas para os lembretes de cada dia e mesmo para registrar, quando em viagem, o essencial das impressões, como fazia Anatole France.

2º. Aprender.

a) Tem-se a memória que se pode, mas, pode-se completá-la com o registo de notas, o que Montaigne chamava "memória de papel", de imediata utilização.

A leitura lenta, com renovada atenção dos bons livros, é um bom método. Aguça e desenvolve as aptidões, ensina a pensar, falar e escrever; é um meio útil à formação moral.

A leitura é comumente de quatro espécies:

1ª, de fundo, de formação profissional, pela qual se formam os técnicos, os filósofos, historiadores, naturalistas, etc.

2ª, de ocasião ou de complemento.

Destina-se menos a formar do que a informar. Depende da iniciativa de cada um, escolhendo nos livros, revistas, etc. questões in-

teressantes, sem prejuízo do programa regular a que esteja submetido.

3ª, edificante.

A vida interior deve ser constantemente alimentada. Devemos guardar ao nosso alcance, até junto ao leito, na mesa de cabeceira, alguns livros excelentes, sobretudo biografias dos grandes homens, dos heróis e dos Santos.

4ª, de pura distração e repouso.

Neste ramo de leitura, é preciso cuidado especial. A distração só tem razão de ser como uma pausa para a retomada do trabalho.

Por exemplo, a não ser que a pessoa tenha pendores irreprimíveis, deve rejeitar as leituras sensuais ou fantásticas; os romances policiais medíocres.

São de utilidade as narrativas de viagens, memórias, biografias, os artigos de divulgação científica.

"Ayez l'intelligence de lire ce qui vous sera utile, vous aidant à vous compléter, à vous orner l'esprit".

(Sertillanges).

b) Conservai o ardor pelo trabalho intelectual, estudaí com grande espírito de fé, pela consideração dos benefícios disso resultantes;

— para o corpo, o espírito, o coração, a honra do homem, sua felicidade, seu caráter (pela distinção nos pensamentos).

Viver em contacto com as mais altas inteligências, é nutrir-se de sua alma, impregnar-se de tudo o que nelas há de elevado e nobilitante.

c) Fazei diariamente vosso exame de consciência.

É preciso ver claro em si mesmo; neste exame particular, as faltas, as tendências malévolas, como as boas ações, as possibilidades crescentes, vêm à tona. Tem-se pelo menos um idéia exata das próprias qualidades, das inclinações, das fraquezas, dos obstáculos a vencer, e do bom caminho a seguir no cumprimento dos deveres.

— Em suma, os conselhos acima esboçados têm por fim não só aler-

tar e aproveitar a maioria dos companheiros de boa vontade, bem formados e armados para a vida militar, como igualmente concorrer sem cessar para o desenvolvimento mais harmonioso de sua personalidade.

II — Pôsto isto, duas considerações essenciais nos ocorrem:

— a primeira, de ordem puramente intelectual: achamos que é preciso atacar diretamente os problemas difíceis e concretos, da atualidade, através de alguns livros úteis e de farta documentação; esta de diferentes espécies:

Documentação:

— de método;

— de estudo e informação (aí compreendidos os jornais e revistas);

— para composição. Tal é o estudo principal; mas, estimamos também a necessidade, — para que este estudo principal seja proveitoso, — de se conhecer bem, certas matérias de base. É o estudo complementar (não dizemos secundário), que por seu turno é indispensável;

— a segunda consideração, de ordem material, subsidiária, que compreende, de um lado, as dificuldades de encontro e aquisição de livros e documentos importantes que possam constituir uma biblioteca; e, doutro, a forma adequada para o registro das notas, tópicos e recortes de utilidade, resultantes do trabalho intelectual.

Nosso plano decorre, mormente, da primeira consideração: um estudo principal, DAS ATUALIDADES; um estudo complementar, mas essencial ao precedente, DAS BASES.

Para atualizar, renovar e, mais ainda, ampliar e aprofundar os conhecimentos, exporemos aos camaradas um método de estudo, pondo em ordem sua cultura.

Em seguida (segunda consideração) procuraremos mostrar como reunir e acumular esta espécie de tesouro individual, "nossa memória pessoal em papel", parodiando SCHOPENHAUER que denominava "os livros, os documentos a

memória em papel da humanidade".

Sabido como é, porém, que a memória não pode ser a fonte única de toda documentação, nada mais acertado do que ajudá-la, completá-la por uma coleção de notas, à qual se possa e se saiba recorrer no momento preciso.

Visa-se, deste modo, neutralizar o fenômeno biológico do esquecimento e obedecer ao princípio básico segundo o qual todo ensinamento, toda idéia apreendida e registrada deverá estar sempre em condições de ser aplicada, bastando surgir oportunidade.

De acordo com o que é basilar em nossa vida profissional, cabe-nos reunir, guardar através da audição, da leitura, da observação, da reflexão, em todas as circunstâncias: durante a conversação, as viagens, as visitas e recepções, as sessões de estudo, etc., todas as notas, todos os conceitos e informes interessantes. Teremos assim, à nossa disposição, materiais preciosísimos, com possibilidade de explorá-los imediatamente.

Se o tempo nos assistir, se dispusermos de lazer suficiente, então poderemos documentar-nos melhor, aproveitando as bibliotecas, por seus catálogos e, sobretudo, seus bibliotecários, cujo tirocínio é sempre proveitoso. São ótimos informantes e guias para os leitores.

Paralelamente, fazemos a organização material (arquivo) e o correspondente sistema de fichas de cartolina, que podem conter notas com referência às obras e autores e servem de índice do que está arquivado. Essas fichas, modelo vertical ou horizontal, são devidamente classificadas de preferência pelo método decimal (pois que o outro sistema, o alfabético, bastante complicado, é de uso menos frequente).

Um Sociólogo eminente, publicista, admirava-se da facilidade com que o Sr. Jean Flory, outro autor e homem de letras, extraía instantaneamente do seu fichário, as notas de que necessitasse.

"Eu, dizia ele, sempre que tenho uma composição a fazer, numa busca interminável, revolvo os pa-

péis de minhas gavetas, chegando, às vezes, a emborcá-las para achar o que me interessa". Esta operação tornava-lhe horas e horas.

Ao ser-lhe mostrada a classificação decimal, ficou maravilhado; mas, lamentou que fôsse tarde de mais para reorganizar-se, pois contava 54 anos de idade.

Classificação Decimal.

Muita gente julga que nada é mais simples, para a classificação das fichas, do que o método alfabético. É puro engano. Se há sistema a eliminar, este é um deles. Primeiro porque os sinônimos são numerosos na língua portuguesa. Uma ficha na qual, por exemplo, se deseje registrar atos de caridade, pode ser preenchida com mais as seguintes palavras: *beneficência, esmola, generosidade, filantropia, assistência, simpatia, etc.*

Para encontrar esta ficha, será então necessário examinar todas essas palavras, sucessivamente. Será o mesmo que folhear um dicionário, onde se alinham termos dispares, apenas obedecendo à ordem alfabética.

A busca de conjunto imporá, então, um trabalho infinitamente complicado, senão impossível.

Visto, assim, que o sistema alfabético é contra-indicado, qual será o outro sistema a adotar?

Desde muito tempo, procurou-se numerar as idéias, mas com isso novas dificuldades surgiram.

Se, durante um estudo, percebe-se que é necessário subdividir um capítulo, como numerar as diferentes subdivisões?

Por meio de bis, de tér, de letras adotadas, como é o caso algumas vezes, do alfabeto latino, do grego e até do hebraico? Percebe-se a grande complicação.

É a isto que pretende remediar o sistema decimal.

Inventado em 1872, pelo Americano Melvil Dewey e aconselhado mais tarde por Chavigny, e outros, seu destino primitivo era a boa arrumação dos livros nas bibliotecas públicas.

A seguir, foi revisto e completado, em épocas sucessivas, pelo

instituto Internacinal de Bibliografia de Bruxelas, para a classificação de documentos de todos os géneros, notadamente artigos de jornais e revistas.

Hoje em dia, pode dizer-se que o sistema decimal é o mais prático e simples para a classificação das fichas.

A totalidade dos conhecimentos humanos sendo representada pela *Unidade*, pode dividir-se em dez partes, numeradas de 0 a 9.

(Vide Esquema n. 1).

- 0 — Generalidades, obras gerais.
- 1 — Filosofia.
- 2 — Religião, Teologia.
- 3 — Ciências Aplicadas.
- 4 — Filologia.
- 5 — Literatura.
- 6 — Ciências Sociais.
- 7 — Belas Artes e Desportos.
- 8 — Ciências Naturais, Físicas e Exatas.
- 9 — História, Geografia, Biografia.

Partindo deste princípio, as subdivisões podem ser feitas sempre por dez e sem limite até o esgotamento das minúcias de todos os assuntos.

Deve-se, contudo, evitar a minúcia excessiva que, então, levará à confusão, prejudicando a finalidade do sistema.

Quando organizado sob o aspecto militar, que nos interessa diretamente (Vide Esquema n. 2), denominamos o *fichário decorrente*: REGISTO DE NOTAS PROFISIONAIS.

Uma das convenções do sistema decimal é que os algarismos com que se cataloga uma obra, uma nota ou uma ficha, não serão lidos como números inteiros e sim, decimais. A primeira divisão, o primeiro algarismo de um número, à esquerda, designa a classe de primeira ordem; o segundo algarismo indica uma subdivisão da que precede à sua esquerda, e assim por diante. De sorte que, se encontrarmos na classificação notas que encerrem, por exemplo, os índices 1136, 179 e 11, tais notas não serão classificadas como se fossem números inteiros.

Com efeito, se fossem números inteiros, o mais lógico seria adotar a ordem numérica simples e ordenar da seguinte forma:

11
179
1136

Mas, tal não sucede: a disposição se faz a começar do primeiro algarismo da esquerda; as três notas indicadas estão, por conseguinte, dentro do mesmo número inicial 1. Depois, leva-se em conta o segundo algarismo e vê-se assim, que os ns. 11 e 1136 estão próximos um do outro, porque suas primeiras subdivisões são comuns.

Pôsto isto, para classificá-los entre si, passa-se ao terceiro algarismo do número e, em seguida, verifica-se que 1136 é uma subdivisão ulterior do grupo 11. A comparação dos algarismos se estabelece, portanto, segundo a tabela:

1ª Categoria	2ª Categoria	3ª Categoria	4ª Categoria	... Categoria
1	1			
1	1	3	6	
1	7	9		

e resulta a seguinte classificação:

1. 11
2. 1136
3. 179

Se tomarmos como exemplo o grupo 1 — *Guerra de Amanhã* (V. Esquema n. 2), do qual preenchemos apenas duas partes: Estratégia e Tática, veremos que a esta corresponde o n. 11. Este grupo 11, de Tática, divide-se como segue:

- 110 — Emprego das Unidades Elementares — Pequenas Unidades.
- 111 — Emprego da Unidade Tática: (Btl. e Gr.) — Tática de Arma.
- 112 — Combinação da Ação das Armas: (G.T., D.I. e C. Ex.) — Tática Geral.
- 11 — **TÁTICA**
 - 113 — Comando e Estado-Maior.
 - 114 — Movimentos Preparatórios e Estacionamentos.
 - 115 — Movimentos Táticos.
 - 116 — Elementos do Combate.
 - 117 — Combate Ofensivo.
 - 118 — Combate Defensivo.
 - 119 — Movimentos Retrógrados.

Cada um destes ramos se subdivide, por sua vez, ajustando-se ao método decimal.

O ramo 113, de "Comando e Estado-Maior", por exemplo, pode ser desdobrado do modo seguinte:

- 113.0 — Princípios Gerais.
- 113.1 — Estado-Maior Geral.
- 113.2 — Estado-Maior Especial — Outros tipos de E.-M.
- 113.3 — Subcomandante da D.I. (G.U.).
- 113 — **COMANDO E ESTADO-MAIOR**
 - 113.4 — Comandante da Artilharia.
 - 113.5 — Organização, Administração, Funcionamento e Instrução do Estado-Maior.
 - 113.6 — Estudo da Situação.
 - 113.7 — Planejamento.
 - 113.8 — Ordens.
 - 113.9 — Mementos.

O "Estudo da Situação" corresponde ao número 113.6, e assim sucessivamente.

Os Esquemas n. 1 e n. 2, dão idéias muito mais clara do que a conseguida depois da ampla explicação que acabamos de fazer sobre a classificação decimal.

Compreendem, de per si, um círculo dividido em dez setores, e estes, por sua vez, subdivididos à proporção que se afastam do centro.

III — ESTUDO DAS ATUALIDADES — ESTUDO DAS BASES

Todo oficial, de acordo com suas responsabilidades e, à proporção que ascende na hierarquia, tem o dever de cuidar dos seus conhecimentos e mantê-los em dia, por maneira a, em ocasiões diversas, poder demonstrar, provar sua cultura e sua aptidão geral, sua competência profissional, enfim.

Um pouco de força de vontade e compreensão dêste dever é o bastante para conservar ou despertar o gosto pelo trabalho intelectual, elevar a cultura geral e profissional, para orientar o espírito no estudo das questões importantes, mantendo-se ao corrente da evolução das idéias no domínio, não só militar, mas também literário, diplomático e científico.

Para isso, desde logo, ressurgem à nossa mente as duas idéias já mencionadas:

- 1ª. É preciso conhecer e compreender a atualidade, as questões do presente.

Este estudo das atualidades, estudo principal, exige:

- a constante busca de uma documentação variada e atual;
- seu exame metódico, completo, profundo.

Abrange a nosso ver, o seguinte:

Geopolítica; — Política mundial; — Ensinamentos da Guerra de 1939-1945 e da recém-finda Campanha da Coréia (nos domínios militar, econômico, político e técnico); — Ensinamentos da Geografia do Globo; — Línguas Estrangeiras; e outras questões do momento.

- 2ª. É indispensável o conhecimento das matérias básicas.

— Na verdade, como estudar a aplicação de certas teorias sem conhecê-las previamente?

— Como explicar as modificações que a guerra de 1939-1945 impôs à estrutura da produção mundial, sem saber o que é essa estrutura? Proceder de outro modo seria construir na areia.

Praticamente, como já referimos, somos conduzidos a um estudo complementar, — aprendizagem para uns ou revisão para outros, — dos elementos cujo conhecimento é necessário ao estudo das atualidades.

Achamos que as matérias pertencentes à categoria básica, matérias eternas, são: História Geral (sempre necessária); História Militar (especialmente da guerra de 1939-

1945 e da Campanha da Coréia); Direito Constitucional (Simples); Economia Política e Social; Direito Internacional Público, mormente o Brasileiro; Geografia do Globo (imensa, mas simples).

IV — PRINCÍPIOS DE UMA ORGANIZAÇÃO INTELECTUAL

1 — Trata-se, respeitando a personalidade de quem trabalha, de desenvolver pelo estudo das matérias acima referidas, sob seu aspecto mais recente, a alta cultura. Quanto mais o espírito se eleva, mais ele exige o conhecimento das bases. Devemos, portanto, aguçar, despertar em nós mesmos o gosto e a disciplina do estudo e da composição.

Tendo sempre a atenção voltada para o mundo novo em que vivemos, complexo e extraordinariamente evolutivo, cumpre-nos estabelecer um quadro geral, uma espécie de vasto plano de atividade, que trace diante de nós larga estrada bem reta. Seguindo-a, não tememos perder-nos pelos falsos atalhos, pelos caminhos divergentes ou tortuosos; pelo contrário, poderemos com o mínimo de dificuldades, atualizar, ampliar, renovar a cultura adquirida, amadurecida no labor profissional, em que a tática se apresenta como principal ramo de esforço, e também aplicar, dar provas de nossas qualidades de iniciativa e julgamento.

2 — Indicaremos aqui os métodos de estudo que adotamos e vimos procurando melhorar desde 1927 (quando ingressamos na ESCOLA DE ESTADO-MAIOR), não para que os camaradas os sigam à risca, mas para que sintam bem a necessidade de um método (método geral e método por matéria) de uma disciplina, para que precisem bem e afinem as suas possibilidades.

3 — Focalizaremos também, com fim idêntico, um método para composição, destinado à cultura elevada. É procurando executar trabalhos de cultura geral que penetramos e adquirimos a arte da composição; é sujeitando-nos, ou me-

lhor, aceitando as correções de nossos trabalhos, nós que já fomos durante tantos anos estudante e hoje continuamos aprendendo, que compreendemos a crítica construtiva, fundamental, os conselhos úteis e os remédios necessários e adequados.

4 — Antes, porém, da exposição dos métodos e, dentro nestas idéias, vejamos alguns aspectos que julgamos essenciais ao desenvolvimento intelectual para nós militares. Apontemos igualmente, quais as possibilidades a demonstrar, após um período considerável de estudos e trabalhos.

Ei-los:

1º) Aplicação Tática:

Diante de uma situação tática determinada, fazer um esforço médio de algumas horas ou de poucos momentos, conforme as circunstâncias, tomar e discutir uma ou várias decisões em qualquer escala de comando (por exemplo: D.I., G.T., G.B., G.A.T. ou elemento subordinado), inclusive quanto aos serviços interessados. Redigir ou ditar as ordens disso resultantes. Tais efeitos somente serão possíveis quando tivermos desenvolvido os conhecimentos militares num plano geral, livres da preocupação da melhor realização ou do sucesso escolar imediato, (para aludir a certos casos registrados em Escolas Superiores), mas satisfeitos intimamente, pela constante aplicação de nosso raciocínio tático.

Noutros termos, quando conhecermos perfeitamente:

a) *Organização das unidades, missões e processos de combate das diversas armas. Emprego no combate da unidade tática (Btl., Grupo): é o domínio da tática da arma. A tática aciona fogos.*

— *Emprego e combinação destas na manobra do grupamento tático (já compreendidos o G.B. e G.A.T.). Combinação das armas.*

— *Características principais dos materiais e armamentos em serviço.*

Manobra no âmbito da Divisão. É o domínio da Tática Geral.

b) *Organização, missão e emprego dos serviços, especialmente de Material Bélico, Intendência e Saúde em campanha. Funcionamento desses serviços e organização dos reaprovisionamentos e transportes no quadro da Divisão.*

c) *Apóio aéreo das forças terrestres: informações, apóio de fogos, transporte e reaprovisionamentos pelo ar.*

d) *Unidades aerotransportadas — Para-quedistas — Manobra vertical.*

2º) Estratégia:

Considerando o conjunto das forças opostas num ou vários teatros de operações, realizar a superioridade dos meios nos campos de batalha escolhidos. A estratégia aciona massas.

É da alçada do Comando-chefe e tem por objeto a conduta superior das operações: fixam-se objetivos, movimentos e disposições das forças para a batalha. Compreende o emprego das Unidades superiores (Destacamento de Exército, Exército, Grupo de Exércitos).

3º) Aptidão Geral:

Dispondo-se de uma documentação apropriada, redigir num prazo amplo, da ordem de 7 (sete) horas, uma exposição, fazendo apelo:

— de um lado, à inteligência, ao julgamento e às facilidades de análise e síntese, rapidez de apreensão, assim com às qualidades de redação e clareza na exposição das idéias;

— de outro lado, aos conhecimentos adquiridos, especialmente no domínio dos ensinamentos da história militar (guerras de 1939-1945 e da Coréia, compreendidas) e da geografia geral.

4º) Cultura Geral:

Fornecer, num prazo médio de duas ou três horas, sem o socorro de documentação, um trabalho curto, versando sobre questões de atualidade, ao corrente das quais todo oficial deve manter-se. Dois assuntos principais se apresentam nesta composição: em princípio, um de ordem científica ou técnica,

outro tirado da Geopolítica ou da Economia Política. Esta prova que não comporta documentações, exige evidentemente o SABER; o conhecimento da ATUALIDADE IMEDIATA.

A priori, a composição de aptidão geral e a composição de cultura geral parecem idênticas. Tal, porém, não se verifica.

A diferença reside no tempo concedido e na possibilidade ou não de consultar documentos.

A Aptidão Geral, mais demorada, permite redigir "uma exposição clássica", tanto do ponto de vista do conhecimento do assunto, como da composição. Obedece às mesmas regras da Cultura Geral, mas se torna mais fácil porque, como vimos, dispõe-se de documentação para ser consultada.

Na Cultura Geral, o curto prazo admitido constitui a maior dificuldade do trabalho. O tempo se escoa rapidamente na reunião dos fatos e idéias conhecidos, no seu complemento e classificação, para se estabelecer, enfim, o plano indispensável, com os quatro atos da composição, que conservam toda sua importância.

Uma exposição sintética é sempre mais difícil de fazer do que uma exposição longa. É preciso ter, antes, a "intuição da composição" do que propriamente a "ciência da composição".

Os quatro atos:

São abordados com os mesmos processos, mas não com o mesmo espírito, com os mesmos princípios. Estes serão expostos com maior presteza como segue:

a) *Compreensão rápida do texto proposto*: "De que se trata?"... e ter uma noção rápida do que deve ser a essência, a substância da questão.

b) *Estudo do texto*:

Análise profunda, em vista da síntese final:

— constituição duma idéia mestra curta e forte; visão de conjunto nítida;

— síntese final, conduzindo a um trabalho concentrado, muito curto,

a um tempo sólido e potente, contendo o essencial (com clareza).

c) *Estabelecimento do plano*.

d) *Redação*: fundo, forma; personalidade, elevação de pensamento.

Como exemplo, citamos o seguinte fato:

Durante a guerra de 1914-1918, um oficial de ligação, a quem o Marechal Foch admoestava por lhe haver apresentado um trabalho (relatório) excessivamente longo, respondeu: "Meu General, V. Excia. não me concedeu o prazo suficiente para sintetizar"; e o General chamou-o para fazer parte do seu E.-M.

Só um espírito muito sintético pode fazer boa exposição em curto prazo sobre questão talvez não estudada previamente; este, o termo, o climax da cultura.

Em suma, uma e outra das composições supra-mencionadas, não exige conhecimentos enciclopédicos particulares; pode ser tratada e resolvida por qualquer oficial que tenha faculdade suficientemente extensa.

5º) Línguas Vivas:

Poder-se-á admitir versão e tema, com uma duração aproximada de 4 (quatro) horas, sem dicionário para o inglês, o francês e o espanhol; versão facultativa do alemão, com dicionário.

No momento presente, com a situação mundial conturbada em que vivemos, complexa e estranha como já assinalámos, pelas idéias político-sociais dos povos e as espantosas descobertas científicas, a documentação tornou-se um instrumento capital de estudo.

Dado especialmente o acervo de domínios aos quais se liga hoje a arte da guerra; considerada a diversidade de questões que os chefes, de todos os postos, têm de acompanhar *pari passu*, imaginamos, sem pretensão de apresentar solução definitiva, um exemplo de esquema de classificação, nos moldes do geral, cuja adoção parece bastante útil para o estudo das matérias essenciais acima menciona-

s e de outras complementares da cultura do oficial.

(Vide o Esquema n. 2 — Classificação das matérias (assuntos) fundamentais para a cultura do oficial:

1 — Guerra de Amanhã:

a) Tática (emprego das armas e materiais):

— nas unidades elementares e pequenas unidades, do G.C. até o escalão Cia.;

— no âmbito da unidade tática (atl. Grupo): tática da arma;

— no Grupamento de unidades táticas de todas as armas em composição (G.T.); ou da Grande unidade elementar (D.I.) até o Ex.; domínio da Tática Geral.

b) Estratégia (emprego dos G.U. superiores): Dest. Ex., Ex., Grupo de Exércitos.

2 — Forças Armadas:

Organização e Instrução.

3 — Defesa Nacional:

a) Pesquisas e conhecimentos científicos, Potencial de Guerra, Economia de Guerra, etc.

b) Proteção Nacional (concessão de terras, abertura de vias de comunicação, instalação de meios de comunicações, estabelecimento ou melhoria de quaisquer indústrias de interesse à segurança do país, construção de pontes internacionais, construção de estradas internacionais).

4 — História:

a) História Geral;

b) História Militar (especialmente os ensinamentos da Guerra de 1939-1945 e da Campanha da América, nos domínios: econômico-militar, político e técnico.

5 — Política:

a) Política Mundial;

b) Geopolítica.

6 — Economia Política e Social.

7 — Direito:

a) Constitucional;

b) Internacional Público.

8 — Geografia:

a) Geografia do Globo;

b) Corografia;

c) Geografia Pormenorizada;

d) Geografia Política.

9 — Línguas Estrangeiras.

10 — Diversos (questões).

V — MÉTODOS DE ESTUDO E PARA COMPOSIÇÃO

Os métodos de estudo e os para composição são estreitamente ligados.

Nada obstante: ao estudo convêm certos processos; — à composição condizem outros processos.

O método para composição é a aplicação concreta, adaptada a um caso particular, do método de estudo. É de algum modo, a conclusão, a prova do método de estudo.

Permitindo adquirir o preparo máximo no mínimo de tempo, esses métodos têm por fim essencial o desenvolvimento do ser, da personalidade: aprimoramento do espírito, da vontade, do caráter.

Podemos admitir dois "gêneros" da composição:

1º. Sem documentação: como vimos acima é difícil porque exige em curto prazo, a conexão dos fatos e idéias comuns, seu complemento e classificação, antes de se estabelecer o plano de redação. Caracteriza a cultura geral.

2º. Com documentação. Este gênero por sua vez, se subdivide em dois:

No primeiro, deve fazer-se a análise, depois a síntese do "dossier", da documentação que pode ser completa ou exigir complemento, e certa iniciativa: é o gênero "Estado-Maior": o General dá a um de seus oficiais uma documentação, que ele deve resumir, sintetizar; em vez de ler esse dossier, o General lerá o resumo. Este trabalho, relativamente fácil, não exige grande preparo, senão cuidadosa atenção. Por exemplo: Manobra de Mato Grosso — Resumi-la para o Chefe.

O segundo gênero, porém, é muito mais difícil: a documenta-

ção serve apenas para despertar a atenção, sobre os elementos principais da questão. Exige não só preparo sólido e prática, mas também saber, forte cultura. Caracteriza a Aptidão Geral.

Noutros artigos que o tempo permitir, trataremos dos métodos de Estudo, iniciando pelo geral. Depois abordaremos, sucessivamente, os métodos particulares a cada matéria da nossa cultura geral e profissional, e daremos paralelamente, alguns exemplos simples da aplicação desses métodos.

PRINCIPAIS FONTES DE CONSULTA

— "Organización del Trabajo Intelectual" — P. CHAVIGNY.

— "Conseils sur le Travail Intelectuel" — L. RIBOULET.

— "La Vie Intellectuel" — SERTILLANGES.

— "Les Caractères" — LABRUYÈRE.

— "Simple Conseils pour Étudier" — JEAN FLORY.

— "Instrução para o Estágio de Aspirantes" — PP40-10 a Oficial da Ativa.

— "Sistemas de Classificação" — JOSÉ SOARES DE SOUZA.

— "Projeto de Regulamento para o Expediente e Arquivos do Exército".

— "Revue D'Etudes Militaires" — Paris.

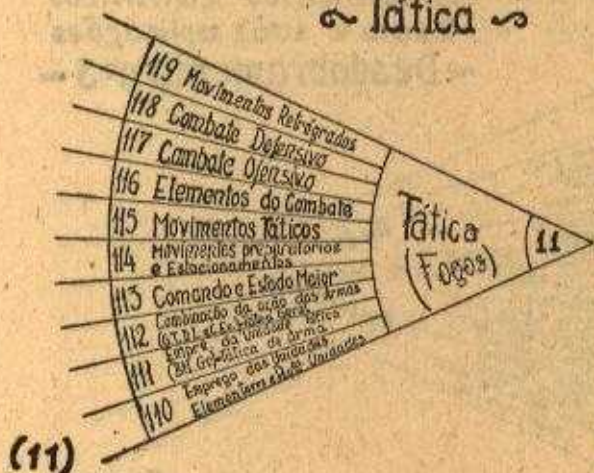
— "Enciclopedia Française".

— "L'Art de la Conférence et de la Diction" — Col. BERNARD.

— Etc., etc...

GUERRA de AMANHÃ

~ Desdobramento nº 2 ~
~ Tática ~



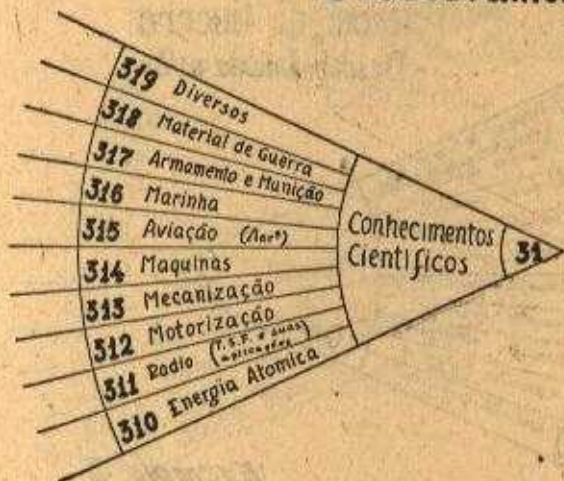
Exemplo 1

(31)

DEFESA NACIONAL

CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS

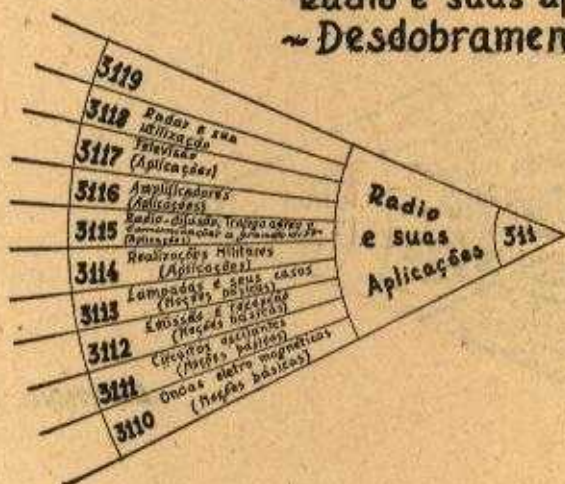
~ Desdobramento nº 2 ~



Exemplo 1A

(311)

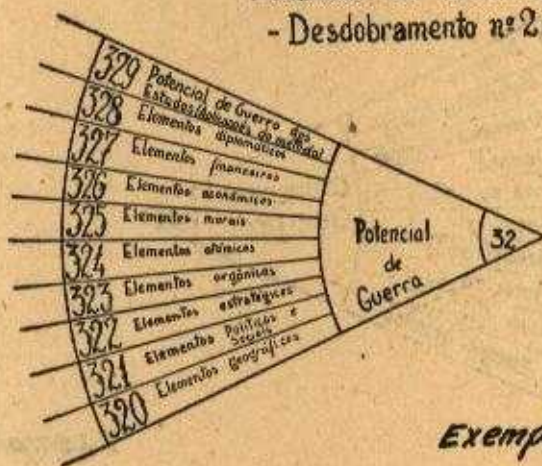
Esquema nº 2
DEFESA NACIONAL
 CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS
 Radio e suas aplicações
 ~ Desdobramento nº 3 ~



Exemplo 2

(32)

DEFESA NACIONAL
 Potencial de Guerra
 - Desdobramento nº 2 -



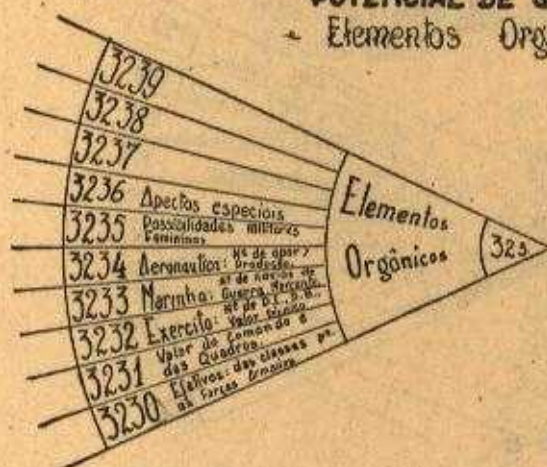
Exemplo 3

(323)

DEFESA NACIONAL

Desdobramento nº 3
POTENCIAL DE GUERRA

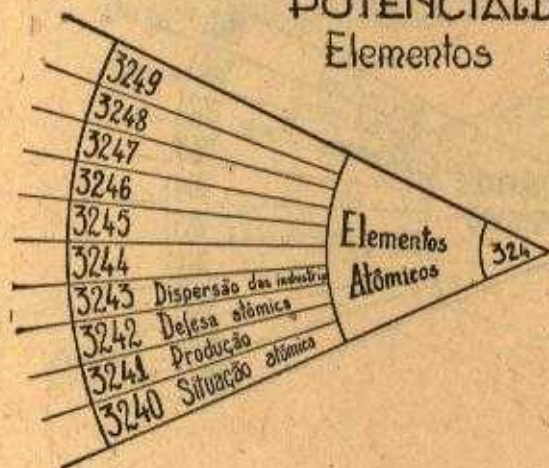
- Elementos Orgânicos -



Exemplo 4

(324)

DEFESA NACIONAL

Desdobramento Nº 3
POTENCIAL DE GUERRA
Elementos atômicos

Exemplo 5

DIREITO

Desdobramento nº 2

Ciência do Direito

(75)



Exemplo 6

DIREITO

Desdobramento nº 2

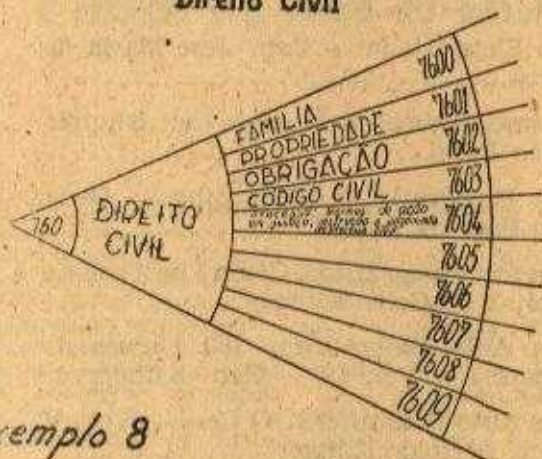
Direito Positivo (Privado)

(76)



Exemplo 7

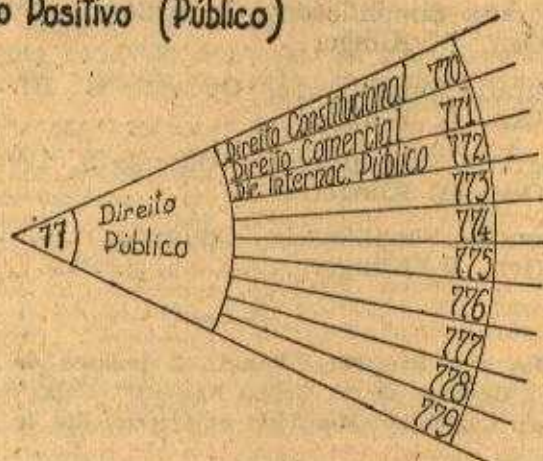
DIREITO (760)
Desdobramento nº 3
DIREITO PRIVADO
Direito Civil



Exemplo 8

DIREITO (77)
Desdobramento nº 2
Direito Positivo (Público)

Exemplo 9



(77)

O HOMEM E A TERRA NO BRASIL

ROBERTO PINTO DE SOUZA

Transcrito do "Digesto Económico", de março de 1953.

Nada há de mais espantoso do que a marcha incessante do café pelo território brasileiro. Dir-se-ia estar calçado com as botas de sete léguas, tal a rapidez com que caminha, desbravando matas, devorando terras virgens e deixando no seu rastro solos exaustos só apropriados às invernadas, prenúncio do deserto que se aproxima. As primeiras vítimas a serem imoladas foram as terras fluminenses, depois as do Vale do Paraíba, no final do Século XIX as de Campinas e adjacências, na década dos anos dez e na dos anos vinte as da paulista, da sorocabana e da noroeste, na dos anos trinta as da alta paulista e da alta Sorocabana, na dos anos quarenta as do norte do Paraná e na presente as de Goiás e Mato Grosso. Os jornais informam que vai mais longe; o cafeeiro ultrapassa os limites do Brasil para, transpondo as fronteiras nacionais, ingressar no Paraguai.

Não me furto ao desejo de chamar pelo testemunho de meu antigo professor e amigo, Pierre Mombeig, que, numa brilhante conferência, apresentou o seguinte quadro, colhido por observação pessoal, quando a rubiácea principiava a dar os seus primeiros passos no norte do Paraná. Conta-nos o professor: "Lembro-me da minha surpresa, numa de minhas primeiras excursões pelo interior quando, no norte do Paraná, encontrei um grupo de siltantes da Araraquarense, plantadores de café, que vinham a Londrina para comprar novas terras; quando

perguntei sobre os motivos daquela migração a resposta foi, naturalmente, a crise do café e seu baixo rendimento. Minha surpresa de neófito cresceu ainda mais quando, interrogados sobre o que pensavam plantar no norte do Paraná, a resposta foi: café. Esses homens, vencidos uma vez, em lugar de se prenderem a seu pequeno pedaço de terra, conquistado após longos anos de labor, estavam, corajosamente, prontos a recomençar. Pensei na sucessão de ruínas que margeavam a rota dessas poucas famílias: na fazenda onde conquistaram seu modesto capital inicial, em Campinas ou Ribeirão Preto, onde se arrancaram milhares de pés de café; depois seus sítios nos arredores de Araraquara, com seu pequeno cafezal, sua roça de milho, suas poucas árvores frutíferas, agora abandonadas, comprados por algum negociante da cidade que os transformará em invernadas. Quando chegará a vez dos sítios recém-nascidos do norte do Paraná? E até onde se deslocarão eles?"

Que estranha força andeja é essa que impele a rubiácea? Qual quer agricultor a indicará com a maior facilidade — terra cansada. Mas será efetivamente esse o fator essencial? Não haverá outro mais profundo por ele responsável?

Não desconhecemos que em todas as regiões tropicais esse fenómeno se repete, seja no Sul dos Estados Unidos, seja em Madagascar, no Catanga belga ou no Sudão francês: posta abaixo a floresta primitiva, os solos se exau-

rem em poucos anos pela facilidade com que a erosão carrega o húmus e lixivia a terra. Não nos conformamos com essa explicação baseada na inexorabilidade das leis naturais em ação nos países localizados nas zonas quentes e úmidas. Acreditamos antes, como assinalou o ilustre professor Mombeig, que o esgotamento é mais consequência do desajustamento das relações entre o homem e a terra do que propriamente dos elementos físicos em atuação nos trópicos. Desajustamento proveniente da ignorância, do espírito de especulação e do tipo de agricultura herdado pelos atuais lavradores dos nossos antepassados coloniais.

De fato, quem observa o roteiro do café, sente logo o que há de anárquico, de aventura, de ganância na "moving frontier" da economia cafeeira. Assim, o ingresso de toda zona nova no sistema de produção da rubiacea se faz pela especulação da venda de terras. Escapa à regra o velho processo paulista de penetração na zona norte e na central e o recente pôsto em prática pela Cia. de Terras do Norte do Paraná. Apelo mais uma vez para a autoridade do professor Mombeig, pois a descrição por ele apresentada da forma de ocupação da terra pelos agricultores paulistas é cheia de vida e de cor e merece ser conhecida, daí transcrevê-la, apesar de ser longa.

"Toda a colonização do interior do Estado de São Paulo, diz o mestre, efetuou-se e se efetua ainda com extrema simplicidade, sem planos muito precisos nem grandes aplicações de capitais, mas com tal conhecimento das cousas e tal fé no sucesso, que este raramente tem falhado. Há sempre, nos empreendimentos desse gênero, a posse por parte de um homem ou de pequeno grupo familiar de grandes extensões de matas, mantidas intactas pelos primeiros proprietários, à espera do momento favorável. Eles têm até de lutar

contra os desbravadores isolados que se instalam e se implantam em suas terras e dos quais com dificuldade conseguem desvencilhar-se no fim de alguns anos; o despistamento dessa espécie de contrabandista do desbravamento é uma preocupação constante para todo proprietário do sertão. Quando vê a civilização chegar a 200 ou 300 km do seu domínio, ele se decide, então, a abrir uma fazenda, recrutando nas zonas velhas o administrador e um punhado de colonos. Como tal fato se reproduz em toda a região, começa-se a prestar atenção a ele: afluem ofertas de compra, quer por parte de colonos enriquecidos nas fazendas antigas, quer de verdadeiros empreiteiros de colonização rural que compram 200, 300 alqueires paulistas e efetuam o loteamento. Porém o primeiro dono (não historicamente, mas nesta fileira que termina na partilha para o desbravamento) vende só muito lentamente, pois quanto mais se povoa a região e mais aumenta o preço da terra, mais se valoriza sua própria fazenda. Especulação feliz, às vezes, mas quão aleatória, se se pensar que, no momento em que nasce a esperança de realizar-se um bom negócio apenas se conhecem os limites da propriedade, mas não o solo nem a topografia e ninguém poderá com segurança prever se o povoamento se orientará nesta ou naquela direção, nem onde passará a estrada de ferro ou a de rodagem. Esta sucessão de operações realizadas nas vendas das terras é encontrada na zona de Marília, ainda virgem em 1914, pertencente em parte à Companhia Pecuária e Agrícola Campos Novos (1). O governo do Estado fez abrir então uma picada partindo de Platina (na Alta Sorocabana) em direção à zona de Noroeste, então em via de povoamento, e aí se constituiu de cada lado desta pista uma vasta propriedade particular de 3.600 alqueires; a pri-

(1) Além de uma viagem realizada em outubro de 1936, a Marília e sua região, devo muitas informações ao trabalho inédito da Srta. Ruth Alcântara.

meira exploração foi uma criação de porcos, completada em 1915 pela plantação de 100.000 pés de café, destinados a marcar definitivamente o apossamento do solo. Entretanto, cafezal e criação foram logo abandonados; a floresta tudo havia reconquistado, quando alguns anos mais tarde novo comprador começou a vender lotes. Por seu lado, a Cia. Pecuária e Agrícola pôs-se a lotear seus domínios de sorte que os desbravamentos, a princípio isolados, depressa se encontraram, e quando em 1922 foi anunciada a construção de uma nova estrada de ferro, a notícia desencadeou a divisão de todas as grandes reservas florestais vizinhas. Na Alta Sorocabana, a penetração moderna foi igualmente devida aos trabalhos de construção da estrada de rodagem, ou antes do trilho para o gado mais exatamente, pois que se tratava de estabelecer um caminho para as boiadas vindas de Mato Grosso. Depois, em 1917, enquanto se elevavam os preços do arroz, do milho, do feijão, graças aos acontecimentos europeus e que, ao contrário, não se podia transportar café, enquanto os colonos enriqueciam-se e os fazendeiros arruinavam-se, realizaram-se os primeiros loteamentos em Santo Anastácio e Indiana, vendidos pelos fazendeiros, comprados pelos colonos (2)".

Como se vê, o movimento de ocupação da terra é feito no sentido exclusivo de fazer fortuna rápida. Não há a menor preocupação de conhecer o solo e de orientar a agricultura de forma a obter melhor resultado ou de pôr em cultura apenas as regiões cujas terras são mais apropriadas para o cafeeiro. Por esse motivo, o desbravador inflingiu e continua inflingindo ao solo grandes prejuízos, como diz Setzer, pois na época em que o café enriquecia com relativa facilidade àquele que o plantava, foram desvastadas regiões e arrasadas matas de solos

impróprios para o cafeeiro por serem demasiadamente arenosos, secos, pobres e ácidos ou excessivamente rasos ou ainda de topografia pronunciadamente acidentada. Não se notaram êsses inconvenientes no início, porque a terra ainda virgem conservava o húmus depositado pela mata e pela humidade seculares, o que permitiu colheitas razoáveis ou boas a princípio, mas, passados alguns anos e abaixado o teor de húmus dos solos arenosos, ou depois que nos solos rasos as raízes encontraram a rocha, as colheitas decaíram e as culturas se tornaram antieconômicas, forçando os lavradores a abandoná-las. Dessa forma, em áreas enormes os solos foram erodidos, lavados, prejudicados em seu equilíbrio e de tal forma que ainda continuam a se empobrecer, apesar de decorrer mais de uma dezena de anos desde a eliminação dos cafezais.

Nas regiões de terras apropriadas para o cafeeiro a técnica agrícola utilizada não permitiu conservar os característicos iniciais do solo. Não foram feitas curvas de níveis e nem devolvidos elementos retirados pelo café ou acrescentados outros não existentes ou existentes em quantidades mínimas. O resultado teria que ser fatal, como o foi. Em duas dezenas de anos o solo se esgotou, lavado pela erosão e depauperado pelos cafezais.

Assim, o que antes era mata e constituía riqueza natural se tornou hoje campos pobres, voçorocas, morros de campos limpos impróprios para a cultura, portanto, semidesertos afeitos apenas ao pastoreio. E o pior é que soma em São Paulo extensão maior do que a área total cultivada. A prosseguir esse processo bárbaro de cultivo, dentro em pouco transformar-se-ão em desertos solos antes recobertos de vegetação luxuriante, ao mesmo tempo que será eliminada do Estado a agricultura.

(2) Cl. João Carlos Fairbanks, "Ensaio Antropogeográfico da Alta Sorocabana", ano 1, ns. 1 e 2, págs. 22-31 e 12-21, janeiro e fevereiro de 1936, S. Paulo.

O desbravamento primitivo, o que deu início ao movimento do café, era compreensível na sua técnica destruidora, pois se inaugurava num Estado pobre a cultura que o ia enriquecer. Além disso, os paulistas, antes palmilheiros do sertão, não possuíam suficiente tradição agrícola e nem conheciam a cultura cafeeira. Lançaram-se à agricultura com o mesmo espírito aventureiro com que percorreram as terras deste Brasil à procura de ouro e índio. A riqueza que muitos obtinham se constituía em emulação para outros, enquanto a tarefa árdua, mas passível de ser executada com pequenos cabedais, favorecia o empreendimento.

De fato, nada mais simples, sob o aspecto econômico bem entendido, do que a constituição de uma plantação de café naquela época. A terra não era de preço exagerado, se bem fôsse elevado em confronto com o seu valor real, e a mata que a recobria, apesar de ser extenuante o esforço para vencê-la, fornecia os elementos econômicos essenciais para a abertura da futura fazenda ou sítio, visto o trabalho de a destruir ser por si só rendoso, pelo aproveitamento das madeiras de lei nela existentes. Isto explica apresentar toda zona pioneira (no passado como nos dias presentes) intensa atividade madeireira. Além disso, a casa e tudo mais que o lavrador construía e utilizava era feito dessa matéria-prima extraída com facilidade das matas.

Posta abaixo a vegetação inútil e feita a queimada dos destroços, quentes ainda as cinzas da extinta fogueira, plantava o desbravador os primeiros cereais que lhe iam garantir a subsistência e permitir obter algum dinheiro no mercado local, enquanto preparava a terra para o plantio do café e aguardava a primeira colheita. Os resultados financeiros obtidos com as safras seguintes (a produção é sempre alta no início pela existência de abundante húmus legado pela floresta destruída) permitiam ao pioneiro melhorar as

instalações, construir casas de moradia para si e seus trabalhadores, ladrilhar o terreiro e comprar máquina para beneficiar o produto. Assim, de um capital mínimo, em poucos anos conseguia o paulista fazer uma fortuna, que mais se consolidava quando invertia o capital, dessa forma obtido, em abrir outras fazendas mais adiante, nas novas zonas pioneiras, ou quando vendia a propriedade organizada e embrenhava-se na floresta para fundar outra fazenda maior que a primitiva, para abandoná-la, quando percebia que o cafeeiro apresentava os primeiros sinais de redução de safra.

O processo, não há dúvida, era destruidor, porém, teve, como já disse, a vantagem de ser o iniciador do sistema de colonização do planalto e de formação do capital paulista, que haveria de financiar a construção de estradas de ferro e de rodagem, de fundar indústrias, de expandir a cidade de São Paulo e o porto de Santos, de levar avanti, em suma, a economia deste Estado e a do Brasil. Exerceu, portanto, função importante, o que até certo ponto justificou os prejuízos que determinou. Hoje, porém, nada mais apoia o seu prosseguimento. Já se possui mais de um século de tradição agrícola cafeeira e já se constituíram os capitais iniciais necessários a uma agricultura avançada, enquanto a devastação deixada no roteiro do café é testemunho eloquente do mal que a técnica primitiva causa, na sua continuidade, à economia da nação.

De fato, não há exemplo na história de maior descapitalização do que o apresentado pelo café no Brasil. Primeiro, foram eliminadas as matas com prejuízos incalculáveis pelo escasso aproveitamento das madeiras nelas existentes. Segundo, foram postos a serviço da rubiácea solos impróprios, o que levou ao rápido abandono dos cafezais neles plantados, largando o solo ao sabor das enxurradas, que o liquidaram, quando, preliminarmente, conhecidas as

suas características, poderia ter sido aproveitado em outras culturas, tornando-se então rendosa a exploração nêle realizada. Terceiro, o corte obrigatório de milhões de cafeeiros. Quão diferente acharia a paisagem do interior do Estado, aquele que o tendo percorrido em 1928, tornasse a percorrê-lo só em 1950! Mudança fantástica no aspecto, não há dúvida, porém mudança substancial na ordem econômica. Da antiga riqueza representada pelo mar de cafezais que ladeava a estrada de ferro, hoje não sobram nem vestígios. É preciso viajar horas a fio, atingir a região de Marília ou a Alta Sorocabana para encontrar o café. Pode o viajante daí avaliar o capital imenso de que a lincúria dos desbravadores despojou a nação. Sim, porque o cafeeiro é um bem de produção e para formá-lo é preciso vários anos e trabalho árduo. Plantar café significa investir, criar capitais. Pôr abaixo cafeeiros traduz o inverso, desinvestir. Desinvestimento num país escasso em recursos financeiros, principalmente no montante afetado pelo corte dos cafezais, representa atraso de muitos anos de progresso econômico. Poderíamos, sem dúvida, estar muito mais prósperos se a exploração cafeeira tivesse, desde o início, sido efetuada em moldes técnicos mais avançados.

A tremenda lição pouco serviu de exemplo: continua a substituir na abertura de fazendas e sítios, nas zonas novas, o sistema tradicional de técnica primitiva. Assim, hoje como outrora, prossegue o cafeeiro a sua marcha arrasadora.

É que não se tomou o cuidado de ordenar o movimento de penetração do homem pelo interior. Este caminha movido pelo mesmo ímpeto individualista e aventureiro que impeliu os seus antepassados. Os governos estaduais favorecem-no, pois vêem com olhos imediatistas o aumento de suas receitas. As autoridades federais, imersas na imensa tarefa de despachar os processos administrativos que afluem de todos os recantos do país e de resolver os proble-

mas intrincados da política da União e as difíceis questões econômicas de ordem internacional, esquecem-se do mal que os devastadores de terras das zonas pioneiras do norte do Paraná, de Mato Grosso e Goiás causam aos solos e economistas daqueles Estados.

Contrista ao observador o pouco caso voltado às coisas importantes do país sob o ângulo da economia agrícola. Isto é explicável, porém, injustificável. Explicável porque o centro atual das atenções são os fenômenos econômicos urbanos, ou melhor, a produção industrial. São os sinais do tempo. Aliás, nada recrimináveis — o caminho da independência econômica de um país se encontra na expansão do parque industrial. É preciso, no entanto, não descurar da produção agrícola, principalmente num país como o Brasil, que reúne condições favoráveis à exploração do campo. Além disso, a lavoura tem para o nosso país outra função, de extrema importância, visto permitir, com pequenos recursos iniciais, pôr em movimento um processo de formação em larga escala de capitais. Foi o que nos ensinou a expansão do café em Piratininga. Sob o aspecto do investimento a expansão do cafeeiro foi obra colossal e alívio para nação pobre como o Brasil da época. Isto porque se necessitavam de pequenos recursos financeiros, de pouca mão-de-obra e de quase nenhum equipamento para desenvolver as plantações de café, enquanto se acumulavam, à medida que se alargava o plantio, somas apreciáveis de capitais.

Preservar esse capital é dever imperioso, como imperiosa é a obrigação do governo de melhor orientar as plantações de café que ora se realizam nas áreas pioneiras dos Estados citados, a fim de preservar os solos que são postos em cultura e as plantações que nêle se efetuam. Essa tarefa deve ser realizada pela colaboração da ciência, da administração e dos próprios lavradores. Têm as autoridades brasileiras um exemplo fá-

cil de ser imitado no "regional planning" dos norte-americanos.

O governo daquele país, em face do esgotamento dos solos, da tremenda erosão, das migrações internas e das crises rurais, resolveu intervir na vida rural para ordená-la e evitar perdas maiores. Querendo, porém, fugir ao caráter de imposição, aventou uma fórmula de cooperação entre os três elementos indispensáveis: governo, cientistas e lavradores. Para isso formou nos condados rurais mais importantes, que depois se disseminaram por quase todos os condados, "comitês" que reuniam os três elementos apontados. A função desses "comitês" se resume em examinar tudo aquilo que interessa à atividade agrícola, como o levantamento de mapas topográficos, conservação de estradas, melhoria da distribuição de energia elétrica, irrigação, reflorestamento, adubação, necessidade de mão-de-obra e defesa econômica da produção.

Todas as sugestões, reivindicações e estudos são encaminhados ao "comitê" central existente em cada Estado, que por sua vez, reunindo todo esse material, traça a orientação geral para a economia agrícola do referido Estado.

Vê-se que o sistema permite, além de coordenar todos os interessados na economia agrícola, elaborar planos de exploração racional dos solos, de acordo com as condições físicas e econômicas das várias regiões. Isso porque a orientação impressa pelos "comitês" é fundamentada em documentação científica pormenorizada, especialmente no aspecto cartográfico, pedológico e econômico, o que permite organizar em cada Estado, cada condado e cada propriedade, o "zoning" agrícola. O objetivo é fixar planos de utilização dos solos para um largo período, procurando assim afastar toda exploração especulativa e transitória.

Com o estabelecimento dessa política agrícola, nova fase se inaugurou para a economia rural dos

Estados Unidos. "Depois dos períodos de rush e de febre, escreve o prof. Mombeig comentando a política agrícola norte-americana, depois das fases ora bruscamente felizes ora bruscamente infelizes, depois da época das migrações sem fim e das paixões sucessivas por um produto ou outro, se inaugura uma era de fixação, de estabilidade e de relações mais íntimas e também mais delicadas entre os homens e o conjunto das possibilidades naturais: talvez seja o alvorecer de uma "paysannerie" norte-americana".

É inegável que o processo utilizado pelos Estados Unidos seria de grande utilidade para o Brasil. Permitiria terminar com a fase anárquica, desbravadora e especulativa da agricultura nacional, para dar lugar a uma lavoura que se desenvolveria de acordo com os ensinamentos da pedologia no aproveitamento dos solos, da ciência no trato das culturas e da economia no financiamento e negociação das safras. Por que, então, não adotá-lo?

FABRICA BANGU





EXIJA NA OURELLA

BANGU - INDUSTRIA BRASILEIRA

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, SUA DEFESA E O EXÉRCITO

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Professor A. MIRANDA LIMA.

Registrado no Ministério de Educação e Saúde.
Certificado de Técnico de Ensino da D.E.E.

O observador consciente do problema que ora se lhe apresenta, julga-o de alta relevância e de máxima importância para um país.

Certos e meritórios têm sido os estudos a que, desde alguns anos, se vem procedendo a respeito, porém, sentimos a enorme necessidade, em nosso país, de aplicá-los com mais esmero e cuidado, a fim de conseguirmos um coeficiente cultural e educacional conforme há tanto tempo já deveríamos ter alcançado.

Reconhecemos, é verdade, que, de alguns anos para cá, o problema da educação profissional há sido estudado mais acuradamente, dele se tendo ocupado algumas das mais esclarecidas e puras inteligências do nosso país.

Não podemos contestar que do magno problema da educação nacional não se tenham preocupado grandes vultos.

Não relacionando as iniciativas precursoras de Januário Barbosa e Martin Francisco, os célebres pareceres do egrégio Rui Barbosa, de 1882 e 1883, deixaram no ar duradoura vibração, a que se referira o "credo grego", não deixando que ficassem a dormir no Parlamento, a norma político-administrativa do ato adicional de 1834, que tirou ao Governo Central as prerrogativas de planejar e dirigir a educação nacional, manter-se-ia por força de tradição e influências européias, no regime republicano de 1891, transmitida por uma limi-

tação recíproca dos âmbitos de ação da União e dos Estados.

Realmente, não se tratava do rigorismo lógico do sistema dualista francês. Tratava-se, no entanto, da falta de preceitos que atendessem às necessidades reais do país, resultando, assim, num processo educativo anti-democrático e anti-econômico, prejudicando, ao ensino secundário e superior, pela sua forma intelectualista e ornamental.

Felizmente, após a primeira guerra mundial, observamos que, libertando forças latentes ou recalçadas, apresentara transformações profundas na organização dos sistemas educativos das nações de cultura ocidental, demonstrando, com exceção dos países totalitários, a importância do indivíduo em relação ao Estado. Aliás, o processo de educação, como demonstrou Kandell, entrara a ser invertido; ao invés de partir do Estado e suas necessidades para o indivíduo, partia do indivíduo e seus direitos para a mais rica e mais perfeita realização de sua personalidade, independentemente de suas condições sociais ou de quaisquer distinções de classe.

A educação comum de todas as crianças, pelo mais longo prazo possível (Enheintschule, Grundschule, école unique, etc.); o aumento de facilidades educativas para os alunos mais aptos; a variedade e flexibilidade do sistema educativo, para atender às diferenças de capacidade e de inte-

ressões; a maior aproximação entre a escola e o pai, procurando-se a cooperação da família na obra educativa; uma preocupação mais viva pela saúde e eficiência física do indivíduo, foram idéias e tendências que entraram a trabalhar a escola primária e a escola secundária, no sentido de adaptá-las à sua nova finalidade — habilitar o aluno a descobrir-se a si mesmo e a compreender o seu meio.

A organização do ensino primário e do ensino secundário dentro da mesma finalidade cultural redundaria no seu primeiro resultado, com o fim de formar, ou melhor, libertar a personalidade da criança ou do adolescente.

Solarmente claro que o problema tomou grande vulto em nosso país, porém, o ensino primário, apesar de sofrer grandes reformas em vários Estados da União, manteve-se prejudicado por questão financeira, deficiência e escassez de professores e outros elementos técnicos habilitados.

Em 1930, com a criação do Ministério da Educação, proclamara-se que seriam determinadas providências para que fôsem sanadas tais entraves com respeito ao ensino, porém, o que observamos foi que a solução do problema pouco avançou.

A Constituição de 1934, que deveria condensar em seus dispositivos, qualidades e determinativas nesse sentido, não chegou a formulá-las no plano nacional, cedeu lugar à política educacional do Estado Novo, estribada no equívoco de confundir movimentos de liberdade com início fecundo de uma nova era.

Notamos que os Estados, com seus próprios esforços, lutando pelo aperfeiçoamento dos sistemas de ensino primário, viram-se mantidos pela esperança da realização do plano centralizado a que deveriam ser subordinados, situação que jamais se realizou.

Quanto ao ensino secundário, também não fomos mais felizes, pois a reforma de 1931, não procurando coordená-lo com o ensino primário, tampouco se eximiu da preocupação de fazê-lo o curso de

formação da elite intelectual do país, ainda que não exclusivamente preparatório para matrícula nos cursos superiores.

A Constituição de 1934, que concedia com o "Plano Nacional de Educação" possibilidades a uma perfeita reforma, originada do sadio movimento cujas reivindicações se haviam inscrito nos seus dispositivos, teve de dar lugar ao que determinaria a Carta outorgada de 1937: a infância e a juventude a que faltassem recursos necessários à educação e instituições particulares, assegurassem a União, os Estados e os Municípios, pela fundação de instituições públicas de ensino, em todos os graus a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais, entretanto, apenas se acenava "às classes menos favorecidas" com o ensino pré-vocacional e profissional, aliás, isto, como primeiro dever do Estado. Ora, assim determinada, observamos que semelhante dispositivo marcava uma divisão de oportunidades educacionais por processo econômico de todo ponto de vista injustificado sob o aspecto social e educacional.

Realmente, temos que reconhecer que as reformas de 1942 e 1943, com respeito ao ensino secundário, industrial e comercial, até certo ponto baniam esses princípios, admitindo maior articulação entre o primeiro ciclo secundário e os cursos técnicos, e, ainda, pela primeira vez na história de nosso ensino, a ascensão até a Universidade através dos cursos profissionais.

Entretanto, as idéias políticas naquela época, a burocracia e o plano centralizador que o deviam seguir, dominaram a execução das referidas reformas, de tal modo que somente depois da Constituição de 1946 é que essa articulação e ascensão puderam tornar-se uma realidade, obedecendo a uma regulamentação adequada.

Muito se tem versado respeito à centralização e descentralização do ensino, porém, este não é o ponto mais acentuado na Constituição Federal, no capítulo sobre educação.

A descentralização é princípio fundamental adotado pela Constituição, decorrente dos conhecimentos elementares no processo de ensinar, como da variedade e extensão do país, que impusera na sua organização a fórmula federativa.

O ensino tem de ser descentralizado, pois o seu processo exige autonomia na execução e o nosso país é muito extenso e variado para um modelo único.

Citaremos aqui os erros observados por Tavares Bastos, que a centralização resulta sempre na "criação de um país oficial diferente de um país real em sentimentos, em opiniões e em interesses".

Diz ele que, baseado no apoio daquele, o Governo perde de vista as tendências deste.

Já Alberto Tórres julgava que autonomia e soberania, descentralização local e força política da União, deixam de ser elementos discordantes para se tornarem verdadeiros tecidos que se completam e se integram no fim comum do bem da terra e do homem; aliás, como o próprio Alberto Tórres marcava, "o problema da centralização e da descentralização não é mais de antagonismo, senão, antes, de harmonia, penetração e equilíbrio entre a função particular de cada órgão e as funções gerais de nacionalidade".

Ora, o que hoje assinala a nossa Carta Magna nos seus dispositivos a respeito do ensino, é a oportunidade que abre para um sistema contínuo e articulado de educação para todas as classes, desde o ensino infantil até ao superior.

A Carta de 1934 chamava com alguma coisa idêntica, esperança que muito cedo morreu. Atualmente, surge por encanto como nova era e parece-nos uma justa oportunidade de organizar o ensino e o sistema educacional no país, de maneira a permitir a qualquer um, pobre ou rico, dos campos ou da cidade, uma ocasião de galgar o que os anglo-saxões chamam escada educacional, até ao

degrau final, somente dependendo dos seus talentos e dotes pessoais.

Anísio Teixeira, na sua máxima, diz que é a redistribuição da juventude, sem entraves, pelas ocupações úteis, o objetivo primordial da educação. Apresenta a possibilidade de se planejar uma educação das massas em grande escala, projetando um sistema por intermédio do qual seja possível, através da escola primária, fazer subir os verdadeiramente capazes, apesar de sem recursos, à esfera dos que, pela educação superior, constituem as classes dirigentes do país.

Vivendo todas essas situações, observamos que tivemos uma grande conquista e esta foi a unicidade do sistema educacional brasileiro, cujas variedades estaduais obedecerão ao princípio da equivalência pedagógica em substituição ao falso princípio da uniformidade pedagógica. Aquêl principio comprovado em matéria educacional nos exemplos eloquentes da França e Inglaterra, confirmados pelos Estados Unidos.

Observamos que a descentralização do sistema educacional no Brasil, é de necessidade primordial, porém, precisamos uniformizá-la e padronizá-la, procurando transformar numa realidade o problema que há tanto vem sendo debatido e que, no entanto, de verdadeiro e profícuo, somos forçados a confessar, existe muito pouco.

Não culpamos aqueles que têm sido verdadeiros bandeirantes neste assunto de tão grande importância para o nosso país; culpamos, sim, aqueles que, deixaram, não sabemos porquê, no olvido, projetos, estudos fecundos, a respeito de nomes egrégios.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Não nos seria possível estudar o assunto da educação profissional, sem que primeiro versássemos, num âmbito geral, o problema magno: a educação nacional. Nela é que vamos encontrar elementos que nos vêm comprovar o quanto estamos atrasados em tal mister.

1. A importância da educação profissional média:

Antigamente, era uma afronta ganhar a vida pelo trabalho e para a sociedade contemporânea a desonra está em não ter ocupação.

A Constituição nacional diz que o trabalho é obrigação social. Diante destes pontos de vista, com muito acerto, Anísio Teixeira diz que "a educação escolar é um esforço para redistribuir os homens pelas diversas ocupações e meios de vida em que se reportem as atividades humanas", e que, em última análise, "toda educação é profissional".

Entretanto, no sentido convencional da taxinomia administrativa, a educação profissional de grau médio é a que se ministra aos adolescentes que, por suas condições pessoais, encerrarão nesta altura o ciclo de sua educação escolar, sendo imediatamente lançados ao trabalho produtivo.

Assim falou o engenheiro Roberto Urange, com a lhanza e objetividades que o caracterizam, da falta lamentável de profissionais de grau médio no Brasil. ("A preparação de braços humanos para a indústria", 1945).

Uma sua síntese classificadora foi ampliada para que coadunasse todas as atividades econômicas, compreendendo três categorias básicas:

1ª, a de nível primário, desde o simples operário até ao mestre;

2ª, a de nível médio, com os técnicos que exercem funções de controle e comando na produção e cooperam nos estudos de organização e planejamento;

3ª, a de nível superior, de graduação universitária.

Destaca o ilustre engenheiro: "cada uma dessas categorias constitui um dos três elos que formam a corrente através da qual se exerce o esforço da produção". E continuando: "Há necessidade, portanto, de se cuidar de desenvolver os três elos, isto é, as três categorias acima definidas, de um modo homogêneo, reforçando-os de maneira uniforme e contínua".

2. Situação do ensino profissional brasileiro:

Realmente, no Brasil, esses três elos da cadeia são fráquíssimos, e, com isto, vemos o nosso país tolhido no seu desenvolvimento.

Infelizmente, o elo mais fraco é o intermediário — o dos técnicos — técnicos para a indústria, agricultura, pecuária, comércio, os serviços atuariais, os serviços de saúde e os vários tipos de serviços sociais. E com a educação profissional, consideramos, que se pretendem fortalecer primordialmente essa ligação deficiente da corrente do trabalho, cuja fragilidade compromete o conjunto e, conseqüentemente, a eficiência do sistema produtivo.

Recentemente, a educação profissional brasileira foi estudada em sua evolução histórica, por João Luderitz e Adolfo Morales de los Rios, desde o nascedouro, o preconceito milenário que vinha estigmatizando o trabalho. Assim a distinguíam: no grau primário, era destinada aos filhos de escravos, aos desvalidos, aos órfãos, aos pequenos mendigos, aos incorrigíveis, e, no grau médio, como a evitavam as "boas famílias" e os candidatos à ascensão social, nem de longe lograva competir com o florescimento do ensino secundário.

Além disto, ela mesma, pela voz de alguns dos seus orientadores, renegava de seu seio a cultura geral, tendia para a especialização, parecendo-lhe que formação cultural e formação profissional *hur-
lent de se trouver ensemble*.

3. Educação profissional e cultura geral:

Como observou a Comissão harvardiana de 1946, a especialização modifica os homens e os separa, perturba as forças centrífugas do convívio social, exigindo, porém, como elemento de equilíbrio, o contra-impulso da educação geral. Além disto, observamos que o especialista inculto, fechado em seu ofício, não tem a flexibilidade que impõe o mundo moderno, cujas técnicas, necessidades e mercados de trabalho se modificam continua-

damente. Assim, concluiremos que a educação profissional média deverá ter como finalidade formar o cidadão e o trabalhador, facilitando a este, entretanto, um cabedal de cultura que lhe permita uma adaptação fácil a condições novas e imprevisíveis.

Hoje, vemos que é bastante sugestivo que seja essa a orientação dominante, aliás, tanto no país mais industrializado do mundo — os Estados Unidos — como naquele que seremos justos em considerar como o mais forte reduto da cultura geral — a França. O *Anuário Internacional de Educação* de 1937 registra, na grande federação americana, "a tendência a criar maior número de cursos gerais que deem à juventude uma preparação permitindo-lhe adaptar-se às mudanças de profissão". O *Anuário* de 1936 diz, quanto à França, nas escolas profissionais médias, o seguinte: "previa-se que metade aproximadamente do horário seria atribuída à formação geral orientada para a profissão, a metade à preparação mais diretamente profissional" acrescentando-se "o acôrdo unânime sobre a necessidade de uma formação verdadeiramente humana", na qual o desenvolvimento intelectual e moral seja sacrificado à formação propriamente profissional. Já em 1932, partindo desta concepção, nascera, no Distrito Federal, a experiência de Anísio Teixeira com a organização de escolas profissionais que, "refletindo essa imensa conciliação entre o pensamento e a ação, a ciência e a indústria", deveriam "unir e pacificar objetivos supostamente hostis de cultura e de profissão, de teoria e de prática, de pensamento e de trabalho".

Assim prelecionava o educador patricio: "transferidos para as escolas profissionais os programas das escolas secundárias, operávamos uma transferência da seiva social, que endurecia o ensino secundário parasitário, para o tronco forte mas abandonado do ensino profissional, que poderia vir a florescer na verdadeira educação integral de adolescente brasileiro.

Semelhante impregnação de cultura geral, base da cidadania, elemento de progressão individual e de flexibilidade utilitária, aliás, é o aspecto fundamental, básico da educação profissional do grau médio".

4. Relações com os cursos secundários e superior:

A outra feição do sistema está em abrir amplos caminhos que o liguem com o sistema paralelo de ensino secundário ou que o encaminhem até a Universidade. Recentemente, já pelo anteprojeto proposto na legislatura passada, observamos, positivamente, a possibilidade de transferir do primeiro ciclo secundário para o segundo profissional, ou reciprocamente, do segundo ciclo profissional para o segundo cultural, como também oferece aos alunos que tenham terminado o segundo ciclo profissional, ponto de acesso ao colégio universitário correspondente. Por conseguinte, uma ampliação do que trata a reforma Capanema, em vigor. Por causa dessas articulações, matricular-se em qualquer curso profissional do primeiro ciclo já não equivale a dirigir-se por um beco sem saída, nem a renunciar à ascensão aos cursos superiores.

No Brasil, a formação de trabalhadores qualificados para a indústria vem sendo processada por dois caminhos paralelos, que são:

a) Um, que se destina aos adolescentes cujos pais dispõem de meios para os manter fora de empregos e só presos aos estudos numa escola industrial durante um período, não menos, de quatro anos;

b) Outro, com o fim de atender à situação dos jovens que desde cedo são atraídos ao trabalho das fábricas, com o objetivo de ganhar um salário pequeno, restrito às suas necessidades.

Sendo muito grande essa condição econômica que obriga a maioria dos jovens ao abandono muito cedo da escola à procura de um emprego, tornou-se imprescindível a reestruturação do ensino indus-

trial para considerar essa imprecisa realidade.

Com o decreto n. 1.238, de 2-V-939, começou-se estudar a adoção de um sistema escolar que beneficiasse também a esse pequeno operário que, devido a circunstâncias econômicas, não se podia aproveitar das oportunidades educativas do sistema de escolas industriais mantidas pelo Governo. Neste sentido, então, organizou-se novo tipo de escolas de trabalhadores, articulando-se diretamente com as fábricas.

Com o decreto n. 4.048, de 1942, este plano adquiriu feição mais objetiva, criado que foi o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), com a finalidade de instituir e manter escolas em articulação com empresas fabris.

Desta época em diante, temos no Brasil dois sistemas escolares completamente paralelos, integrantes do ensino industrial do país: o das "escolas industriais" e o das "escolas de aprendizagem".

Obedecendo a este plano de ensino, encontramos escolas industriais de tempo integral, de aprendizagem de tempo parcial, de tempo parcial entregues à indústria.

Assim, vem o nosso país batendo-se a fim de poder organizar equipes de profissionais técnicos, conforme os seus meios, porém, ainda bastante retardado na sua prática.

Observando o contacto do SENAI com as indústrias de cada região, sentimos que muitas vantagens se apresentaram desse tipo de organização. Uma das principais é a que oferece uma articulação quase que total, entre o ensino a ser ministrado e as necessidades variáveis da indústria de cada região, cidade e até mesmo com a situação particular de cada estabelecimento.

Esta maleabilidade permite uma continuada e rápida capacidade de adaptação às novas formas e condições que a indústria vem demonstrando com a sua evolução do todos os dias.

Vemos, ainda, que semelhante situação obriga o empregador a participar das responsabilidades na resolução de problemas complexos,

como sejam os da mão-de-obra qualificada.

O SENAI é uma organização perfeitamente descentralizada e de sentido federativo.

Conforme acabamos de expor, julgamos que o SENAI deverá existir em todos os Estados do Brasil, perfeitamente autônomo, funcionando de acordo com as necessidades de cada região, obedecendo a um plano de seleção e orientação profissional, a fim de que possamos ter especialistas à altura da evolução da nossa indústria ainda tão incipiente.

Devemos, também, formar técnicos de nível médio. Sim, as nossas organizações deverão ser estatuidas e constituídas com o fim de poderem ministrar cursos de aperfeiçoamento para técnicos do curso secundário e universitário, assim cooperando para maior nome na ciência e no engrandecimento do nosso país.

Quanto à produção no Brasil, sentimos que, apesar de poder produzir tudo, ainda vive enormemente da produção de outros países. O motivo se nos apresenta bem claro. Falta-nos capacidade intelectual? Faltam-nos meios e ambiente? Não, falta-nos saber querer e reconhecer que o Brasil é privilegiado pela Natureza, de um modo integral, e que realmente é grandioso.

Vemos consternados que esta imensidão de terra (8.500.000 km²) dividida em Estados e Territórios, descoberta há tantos anos, havendo passado por várias formas de governo, ainda continua como uma neófito em sua produção.

Sim, neófito porque quando em lendo e estudando as estatísticas, não encontramos aquilo que todos nós brasileiros almejamos e continuamos a almejar: produzir para assegurar a sua independência econômica e social.

Temos uma terra na qual tudo que se plantar dará, porém, para explorarmos estes ou aqueles produtos, precisamos da máquina, do técnico que a construa e faça funcionar, e, em suma, precisamos de muito capital para industrializá-los.

Infelizmente, quando no Brasil falamos em produção, lembramos logo do Estado de São Paulo, como rei da balança.

No entanto, o Brasil é constituído por vinte Estados e alguns Territórios, que sempre concorreram para esta grande locomotiva que, segundo a opinião de muitos brasileiros, puxa estes vários vagões. Aliás, em princípio, somos obrigados a reconhecer e a aceitar tal opinião; entretanto, sabemos que o Estado de Minas Gerais é multimilionário, tem tudo, principalmente minério, porém produzir aqui, digo, somos francos em afirmar que a sua exploração, ainda arcaica, não poderá produzir aquilo que realmente produziria se tivéssemos uma exploração industrializada e moderna como nos países europeus e americanos.

A indústria de laticínios tem evoluído enormemente.

O povo mineiro reconheceu, felizmente cedo, a necessidade de aproveitar uma das suas grandes fontes de renda. Para isso, montou fábricas e recrutou técnicos especializados, fazendo funcionar cursos e preparando especialistas em tal mister.

O Estado de Minas Gerais, de acordo com a sua situação geo-econômica, podemos presagiar, constituirá um baluarte para o Brasil.

O Estado de Pernambuco entra na balança com o açúcar, como o maior produtor, tecidos e outros vários produtos já plenamente industrializados.

Os Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte produzem algodão em grande escala. Paraíba, ainda produz açúcar em pequena escala, sendo também bastante rica em minérios. Rio Grande do Norte, considerado como o maior produtor de sal, é também rico em minérios.

O Amazonas produz borracha, madeira e uma série enorme de produtos, porém, pobre em sua exploração.

Pará, côco babassú, guaraná e outros vários produtos.

Alagôas, também produz açúcar, tecidos e outros produtos, porém em pequena escala.

Ceará, que apesar de consumido pelas secas devastadoras, produz o algodão melhor do país, a sica, cera de carnaúba e outros produtos que o tornam grande.

Bahia, produz cacáu, grande fonte de renda para o Brasil e outros.

Realmente, todos os Estados do Brasil, entram na balança econômica, alguns com poucos elementos, porém, o Brasil é grande e rico, mas falta-lhe ainda o primordial, é o homem reconhecer o seu valor e querer seguir as leis sadias para torná-lo o formidável Brasil, que o é e ainda será para um futuro, pensamos muito próximo, se Deus quiser, porque os brasileiros ainda deverão de reconhecer.

O Exército:

1) Nem todos olham para os militares do Exército, como profissionais operosos, que verdadeiramente o são, porém, como um peso morto para os cofres públicos. Ora, trata-se de uma blasfêmia, pois não conhecem ou fingem não conhecer o papel preponderante dos profissionais do Exército na alfabetização do sertanejo, homem que só depois da idade militar, por motivos vários, é que vem receber ensinamentos no Exército, desde o curso primário até o superior.

É negável que o Exército é uma grande escola. Aquêles que assim não o julgam, pensamos seja por despeito ou por tacinha de espírito, pois, o Exército, além de constituir o maior alfabetizador no Brasil, ainda com os meios que dispõe, concorre para a educação moral, física e cívica da nossa juventude.

Já de longa data vem o Exército contribuindo para a formação de profissionais, técnicos e especialistas; entretanto, somos sinceros em dizer que isto se vem procedendo de há uns vinte anos para cá, pois além daquilo que o Exército já possuía, nestes últimos anos se vem processando uma transformação fantástica. Isto comprovamos com o número já bem elevado de técnicos e especialistas que deixam as escolas do Exército, desde as de formação para praças, como as de

formação para oficiais e grande número quando terminado o seu tempo no serviço ativo do Exército, passando a constituir a reserva, vem se dedicar no meio civil à indústria, comércio ou em funções nas quais se tornaram especialistas.

Como é sabido, o Exército é constituído por 10 regiões, assim compreendidas: 1ª Região Militar, no Rio de Janeiro; 2ª Região Militar, em São Paulo; 3ª Região Militar, no Rio Grande do Sul; 4ª Região Militar, em Juiz de Fora; 5ª Região Militar, no Paraná; 6ª Região Militar, na Bahia; 7ª Região Militar, em Pernambuco; 8ª Região Militar, no Pará; 9ª Região Militar, em Mato Grosso, e 10ª Região Militar, no Ceará. Estas Regiões Militares têm as suas sedes nas capitais, porém, têm Unidades várias distribuídas pelas cidades dos vários Estados. Contam com todas as armas e serviços, constituindo uma perfeita organização, na descentralização da administração geral do Exército.

Somente se estudando o assunto na sua profundidade é que se poderá demonstrar o valor real e o papel primordial do Exército na educação profissional do Brasil.

2) Quanto às relações do ensino técnico profissional com a educação primária e secundária, já tivemos oportunidade de versar a respeito, dentro de itens deste trabalho.

3) O ensino do trabalho a que se vai dedicar o indivíduo é uma necessidade, sobre todos os pontos de vista, pois a orientação sadia e inteligente fornece aos meios industriais, comerciais e demais, digo às funções da vida pública, técnicos profissionais e especialistas aptos a um rendimento considerável no metier para que foi orientado.

4) Os problemas sociais que esta situação nos sugere, são vários, pois para que tenhamos especialistas e técnicos profissionais à altura do que desejamos e necessitamos, é preciso que haja escolas em grande número, para formação deste pessoal, professores especialis-

tas aptos a administrarem o ensino, como estabelecimentos completos.

5) Em estudando a questão do planejamento geral de ensino profissional, observamos que esta, apesar de vir tomando um grande incremento, ainda existem sérios problemas a serem postos em prática. Sabemos que se trata de assunto bastante complexo; entretanto, há grande interesse de coadunar princípios e elementos, a fim de que se torne uma realidade o ensino profissional no Brasil.

6) O planejamento geral do ensino profissional é possível desde que haja interesse cabal na administração geral do país, e que esta preserve ao ensino profissional o valor primordial que ele representa na evolução social, política e econômica do país. Além disto, devemos observar que o Brasil, por ser um país ainda novo, com muito maiores possibilidades poderá, se o desejarem os seus dirigentes, uma forma perfeita de orientação, seleção do pessoal e organização padrão do mister.

7) Quanto à sua conveniência, somos unânimes em afirmar que constitui ponto capital à sua evolução e à sua organização para um país e principalmente para o nosso, que precisa em grande escala de técnicos e especialistas profissionais em todos os setores de suas organizações e instituições públicas e particulares.

8) Como acima já tivemos oportunidade de falar, somos de opinião que o planejamento da educação profissional para todo o país deverá processar-se de acordo com as necessidades de cada Estado ou região, a fim de que possam suprir as suas necessidades e ter número suficiente de profissionais e técnicos, com a devida formação e perfeitamente selecionados.

9) Devemos reconhecer que um completo planejamento a respeito do problema no momento versado, muito concorrerá para um porvir promissor do nosso país, constituindo, por outro lado, uma reserva de técnicos e especialistas, totalmente necessária às nossas Forças

Armadas. Estas, podendo dispor dessa reserva, sempre que precisassem de técnicos e especialistas, ficariam desobrigados da preparação destes.

Quanto aos dados que as nossas Forças Armadas poderiam fornecer, concernentes aos inúmeros especialistas e profissionais técnicos, que as mesmas têm dado ao meio

civil, com formação e seleção próprias, sentimo-nos impossibilitados de fornecê-los, por não existir estatística, a respeito, disponível.

Assim, deixo aqui as minhas observações a respeito deste problema que é tão importante para o Brasil e o seu povo, certo que cumpro um dever em publicando o presente trabalho.

AOS COLABORADORES !

Como **COOPERAÇÃO** muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SÓ FACE DAS FOLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.

2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.

3. Coloquem, preferentemente, em folhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).

4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.

5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, cite essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.

6. **REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS** observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).

7. Assinem a última folha e **INDIQUEM O ENDE-REÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

Geografia e História Militar



GEOPOLÍTICA DO BRASIL

Conferência pronunciada na E.A.O., no dia 7 de agosto de 1953, pelo Cel. ADALARDO FIALHO

1ª PARTE

Antes de abordar a Geopolítica do Brasil, propriamente, vamos dizer alguma coisa sobre Geopolítica, em geral, principalmente situá-la no quadro das ciências.

Não há uma Geopolítica teórica, por isso que geopolítica é ciência de aplicação.

Onde situá-la? Quais os seus inventores? A questão nos remete à ciência do Estado, isto é, à Política, por onde, para sermos metódicos, comecaremos.

O Estado abrange os seguintes elementos:

- País;
- Povo;
- Potencial econômico e militar;
- Governo;
- Sociedade.

Quem diz país, diz território e quem diz povo, diz nação.

Alguns desses elementos são tangíveis ou naturais, como o país, o povo e o potencial econômico e militar.

Outros são elementos de direito ou culturais, como o governo e a sociedade, participando o potencial econômico e militar, também, desta classificação.

Uns são elementos de ordem interna, mas outros de ordem externa. Governo, por exemplo, nos recorda a noção de potência, de Estado como membro de uma comunidade de outros Estados.

Os cinco elementos do Estado não surgiram ao homem de uma só vez.

A princípio, quem falava do Estado, referia-se só ao país e ao povo. Mas depois, deduziu-se que Estado abrangia também outros aspectos.

Dai surgiram os cinco ramos da Política ou Ciência do Estado, na sistematização de Kjellén:

- Geopolítica (país);
- Demopolítica (povo);
- Ecopolítica (potencial econômico e militar);
- Cratopolítica (governo);

— Sociopolítica (sociedade).

— Geopolítica: estudo da política do Estado em decorrência de sua geografia, ou de suas condições geográficas, ou, em última análise, do seu solo;

— Demopolítica: estudo da política do Estado em relação ao povo como nação, ou o estudo da massa humana politicamente organizada;

— Ecopolítica: estudo da política do Estado em decorrência dos fatores econômicos, ou estudo da atividade econômica, ou ainda estudo da "vida da nação em trabalho";

— Cratopolítica: estudo da política do Estado quanto à forma de governo, ou a política do governo, do poder, ou simplesmente política, como querem alguns;

— Sociopolítica: estudo da política do Estado em relação à formação social e cultural do povo.

Kjellén, seguido de Backeuser, no Brasil, divide a Geopolítica em:

— Morfopolítica (refere-se a espaço geométrico);

— Fisiopolítica (refere-se a espaço físico ou domínio e à posição);

— Topopolítica (refere-se à situação geográfica);

— Morfopolítica: estuda as consequências que a forma do país e o seu tamanho impõem às diretrizes políticas do Estado. Detalhando mais, estuda a forma, a linha periférica (fronteiras), a extensão, divisão territorial, o centro de gravidade (capital), o sistema circulatório (como elemento centrípeto na vida política do Estado) e a população (enchimento humano do território);

— Fisiopolítica: estuda aquilo que o território contém, ou seja, a influência nas diretrizes políticas do Estado resultante do "domínio", isto é, do conteúdo do território. Detalhando, estuda o sistema circulatório (no ponto de vista econômico), o domínio vegetal, o animal, o mineral, o fluvial, o costeiro, o energético (fontes de energia) e as influências políticas deduzíveis dos fatores climáticos;

— Topopolítica: estuda os problemas políticos do Estado decorrentes da situação geográfica do país. São problemas referentes a "lugar", daí "Topo". Detalhando, a Topopolítica estuda as consequências da proximidade ou afastamento do mar, da maior ou menor altitude. Seu campo mais importante é o exame da "posição relativa" dos países, pela sua maior vizinhança ou afastamento. Talvez por essa razão Kjellén a classifica em primeiro lugar. A topopolítica é influenciada pelo nível de cultura dos povos, uns em relação aos outros. Em consequência, é precedida do estudo das leis gerais sobre a "situação geográfica" e "nível de cultura" em Geopolítica.

As três divisões da Geopolítica se interpenetram.

Abraçamos, como vimos, vasto campo.

Vejamos, a seguir, quais os vultos que deram corpo às ciências que vimos abordando. O bosquejo histórico que apresentaremos nos fará compreender melhor a razão da subdivisão da Política, a da subdivisão da Geopolítica e o papel desta.

— Ratzel: filósofo alemão que viveu na época de Darwin, o evolucionista. Foi o verdadeiro precursor da Geopolítica. Foi quem criou a teoria dos espaços vitais, sendo por isso, também, um precursor do nazismo.

Nos estudos de antropogeografia, então em moda, filiava-se à escola determinista — alemã e nórdicos.

Fara Ratzel, é decisiva, nos fatos geográficos, a influência quer do espaço, quer da posição e situação. Via, na Geografia, o destino dos povos. Napoleão, que o seguiu, dizia que a Geografia traça o destino dos povos.

Contrapunha-se à escola determinista a escola francesa ou possibilista.

Segundo ela, nem tudo é Geografia. O homem reage, também, sobre o meio, modificando-o, dominando-o.

Delgado de Carvalho, talvez possibilista, diz que a civilização de

um povo é tanto mais adiantada quanto maior é o grau de independência desse povo em relação ao meio ambiente.

Talvez a verdade esteja no meio. A Geografia impõe condições ao homem, mas este reage e às vezes até domina o meio.

Ratzel formulou a "Lei dos espaços crescentes", cujo primeiro item reza: "O espaço dos Estados cresce com a sua cultura". Está-se a ver que tais idéias cabiam como uma luva na política de expansão da Alemanha nazista.

A lei dos espaços crescentes de Ratzel conduz aos Estados de dimensões continentais. Mas Estados continentais exigem vias de transporte e meios de comunicações, porque, sem um máximo de circulação não há unidade política e sem unidade política, máximo nos grandes espaços, não é possível a manutenção de impérios estatais.

A lei dos espaços crescentes encontrou apoio no rápido desenvolvimento do rádio, das vias de transporte e do avião. Foi inspirado nela que Hitler construiu a colossal rede de auto-estradas que rasgavam a Alemanha de fronteira a fronteira e a qual, prolongada, em seus sonhos imperialistas, através dos territórios conquistados, lhe daria o domínio da Europa e quiçá do mundo.

Mas Ratzel, como Hitler, pensava mais em termos de poder terrestre.

Ambicionava, com o poder terrestre, sobrepujar o poder marítimo e, finalmente, abater a Inglaterra.

Não previram, Hitler mais do que Ratzel, que um terceiro poder se levantava, o poder aéreo, em termos tais que soberania nacional, hoje, significa, até certo ponto, liberdade aérea. Mas, digamos de passagem, não superestimemos o só poder aéreo. É da conjugação do poder aéreo com o marítimo e o terrestre que uma nação tira a sua força.

Mas voltemos a Ratzel. Foram Kant e Hegel que formaram o fundo filosófico que levou Ratzel a considerar o Estado como um organismo vivo.

Com efeito, o Estado tem uma cabeça, que é a sua capital. Tem corpo, que é o seu território. Sistema circulatório: são as vias de transporte. Sistema nervoso: são as linhas postais e telegráficas, o rádio. Órgão periférico: são as fronteiras. E tem até uma alma, que é o seu povo.

O território é como que a própria carne do Estado. Perder uma parte do território é como sofrer uma amputação cirúrgica. O Estado só perde sem dor porções de seu território quando ele mesmo já perdeu a vitalidade e entrou em decomposição. Como os seres vivos, os Estados nascem, vivem e morrem. Como eles, agrupam-se em sociedade, amam-se, hostilizam-se, auxiliam-se, destroem-se. Lutam pela vida, tal qual a seleção natural dos organismos vivos. Têm caráter próprio, que os distingue dos demais. Têm sentimentos, ações, objetivos. Há Estados anêmicos, apáticos nas suas relações com os demais, tal qual a China antiga.

Há Estados inquietos, nervosos, irritadiços. Estados agressivos, como a Alemanha nazista. Estados parasitas, que vivem do auxílio de outros. E até Estado que vivem por favor, como os Estados-tampões.

Como os indivíduos, os Estados nem mesmo escapam de levar nomes: John Bull, Uncle Sam, Marianne, etc. Devem, finalmente, reger-se por boas normas morais, se querem ser respeitados na comunidade das nações.

Qual é a ilação lógica que se tira da teoria da comparação dos Estados a organismos vivos?

É que só uma vez os Estados desempenham papel destacado no cenário internacional, entrando e saindo do palco da História, num espetáculo sempre renovado de ascensão, brilho e decrepitude.

Seja como for, Ratzel foi um gênio precursor da Geopolítica.

— Kjellén: suéco, professor na Universidade de Upsala. Foi o verdadeiro sistematizador da Geopolítica e o inventor deste neologismo. Pode mesmo dizer-se que, se Ratzel foi o precursor, Kjellén foi o criador da nova ciência.

Também como Ratzel, buscou nas noções de "espaço" e "situação" a base da Geopolítica. Afir-mou que os Estados procuram se aliar a unidades geográficas, trans-formando-se em unidades naturais. E que os Estados fortes, com uma área de soberania limitada, são do-minados pelo categórico imperativo político de dilatar seu território pela colonização, união com outros Estados ou conquistas de diferentes espécies.

Vê-se, pelo exposto, quanta le-nha Ratzel e Kjellén lançaram na fogueira do nazismo. De qualquer forma, Kjellén ocupa um lugar proeminente na disciplina que fo-calizamos.

— Mac Kinder: geógrafo inglês, professor na Universidade de Ox-ford. Inventou a teoria do "cora-ção do mundo" (heartland) como base da denominação mundial.

Para ele, a região central da Euro-Ásia é o pivô da política do mundo. Sua teoria formula-se nos seguintes termos:

1. Quem governar a Europa oriental, comandará o "heartland";
2. Quem governar o "heart-land", comandará a ilha mundial (Eurásia e África);
3. Quem governar a ilha mun-dial, comandará o mundo.

Mac-Kinder teve, com a sua teo-ria, a visão geopolítica geral, isto é, do mundo. Mas seu fim era ad-vortir a Inglaterra, poder marítimo, da necessidade de se defender ante o poder terrestre que se levantava com o domínio do "heartland".

— Haushofer: general e geógra-fó alemão, prussiano da velha guarda.

Com ele chegamos à época con-temporânea do nazismo. Na classi-ficação que vimos fazendo, ocupa o lugar de grande divulgador da Geo-política. Querendo corrigir os erros que levaram a Alemanha à derrota na I Grande Guerra, esposou as idéias de Ratzel, de Kjellén e deu novo sentido à teoria de Mac-Kin-der. Firmando-se na tese de que "espaço é poder", proporcionou base para a política de expansão do nazismo. O "espaço vital" passou a ser a vanguarda científica de

perfuração guerreira. Fundou uma revista, na qual passou a divulgar questões de Geopolítica e, quando Hitler aderiu às suas idéias e se associou a ele, entregou-lhe a di-reção do Instituto de Geopolítica da Alemanha. Esse Instituto che-gou a fixar os verdadeiros manô-metros geopolíticos pelos quais jul-gava possível avaliar-se um Es-tado:

1. A localização da capital;
2. O grau de urbanização do país;
3. A linha de conflitos, isto é, a linha provável de atritos com os países vizinhos.

O haushoferismo não é mais do que a geopolítica a serviço da es-tratégia, isto é, uma arma de guer-ra. Foi a fase negra da Geopoli-tica, porque a distorsão que lhe deu, atraiu contra ela a antipatia mundial.

Haushofer, além das noções de "espaço" e "posição", incluiu, na Geopolítica, questões de raça, den-sidade demográfica, crescimento da população, índice de nascimentos, localização da capital, autarquia, comércio, ocupação econômica do solo, etc. Em suas mãos, a Geo-política passou a ser uma ciência de Estado Maior, a fornecer, por de-duções, ensinamentos militares. Sob esse ângulo, todos os Estados devem recorrer à Geopolítica para se orientarem nas grandes linhas da estratégia militar, em terra, mar e ar.

Haushofer aderiu à teoria de Mac-Kinder sobre o "heartland" e, por isso, batia-se pela aliança da Alemanha com a Rússia. Mas, aqui é que está a distorsão, nessa aliança a Alemanha devia ter a ascenden-cia, como nação mais culta e mais forte...

Dai o desespero dele quando Hitler declarou guerra à Rússia, querendo assenhorear-se sozinho do "heartland", antes que se ali-ando a essa potência.

Haushofer caiu então na des-graça de Hitler, que o destituiu de todos os seus cargos.

Tomando a nuvem por Juno, os ocidentais passaram a identificar o

haushoferismo com o nazismo e a ver em ambos nada mais que um instrumento do imperialismo.

Mas passada a tormenta, em todos os países se reabilitou a Geopolítica, colocando-se-a no seu verdadeiro lugar. Ela não tem culpa do mau emprego que dela se fez.

— *Mauß*: geógrafo alemão filiado ao grupo de Haushofer. Como fiel discípulo deste, afirmou que a penetração econômica completa tem o mesmo efeito que a ocupação territorial. Para ele, Geopolítica é ciência de aplicação. É Geografia política aplicada. Afirma que, enquanto que a Geografia política é puramente descritiva e, como tal, ciência estática, a Geopolítica, ao contrário, é essencialmente dinâmica.

— *Outros países*: como vimos, a Geopolítica nasceu na Alemanha, sistematizou-se na Escandinávia, divulgou-se na Inglaterra e foi aplicada pela própria Alemanha.

Em outros países, não se encontra nada sistematizado sobre Geopolítica. Só escritores e críticos, como Spikmann, nos Estados Unidos. Nada científico.

Mas, modernamente, sente-se que a Rússia tomou a bandeira de Mac-Kinder e está fazendo sábia aplicação prática de sua teoria. Partindo do "Coração do mundo", firme em suas mãos, está procurando atingir os grandes e livres mares. A guerra da Coreia e a comunização da China são exemplos frizantes. Os russos, há que se reconhecer, são inteligentes. Fazem a guerra por procuração, seguindo o conselho de Lenine: "defensiva, no campo militar e ofensiva no campo político".

— *Everardo Backeuser*: sábio brasileiro, divulgador e pai da Geopolítica do Brasil. Seus escritos são rigorosamente científicos. Possuidor de vasta cultura, Backeuser é discípulo fiel de Kjellén, no que a Geopolítica tem de ciência pura.

É dele a melhor e mais clara definição de Geopolítica que já temos: "é o estudo dos fenômenos políticos influenciados pelo solo, ou seja, pelo país organizado".

Acabamos de ver, através de breve perfil histórico de cada um

dos grandes nomes da Geopolítica, o atribulado caminho que essa ciência tem trilhado.

Digamos, ainda, para bem fixar as idéias, que alguns compararam a Geografia física com a Anatomia, a Geografia Política com a Fisiologia e a Geopolítica com a Terapêutica.

Sabemos que a Terapêutica se refere às condições orgânicas de cada indivíduo. Assim também a Geopolítica deve reger-se por normas baseadas nas condições particulares de cada Estado. A Geopolítica, assim, é uma ciência de aplicação, como dizia Mauß, específica para cada país.

E depende da moral de quem a utiliza: pode ser um bem ou um mal.

Resumindo as características basilares da construção científica que esboçamos até aqui e arrimando-nos em Kjellén, podemos dizer:

— A Política, como os cinco dedos de u'a mão, comporta 5 divisões, correspondendo o polegar, o mais forte, à Geopolítica, ciência que se spolia em algo de concreto, o solo;

— O Estado pode ser considerado como um organismo vivo;

— Uma lei, a Lei da harmonia e segundo a qual o Estado tende, na sua auto-construção, para uma situação de "higidez política".

Essa situação de saúde orgânica se caracteriza:

— no setor geopolítico, pela ocupação final de uma "região natural harmônica", ou seja, um "indivíduo geográfico";

— na demopolítica, pela formação de uma nacionalidade na qual os irredentismos fôssem inexistentes;

— na ecopolítica, pela autarquia, ou independência econômica;

— na sociopolítica, pela "socialidade", ou seja, um conveniente equilíbrio de todos os interesses culturais dignos;

— finalmente, na cratopolítica, pela "lealdade", isto é, pela união sincera do povo ao seu regime e ao seu Governo.

2ª PARTE

GEOPOLÍTICA DO BRASIL

Impossível abordar toda a Geopolítica do Brasil no limitado tempo de que dispomos. Seremos forçados, assim, a tocar somente em alguns pontos que julgamos mais interessantes.

MORFOPOLÍTICA

— Forma :

As formas dos países podem ser :

- compactas (França) ;
- alongadas (Chile) ;
- recortadas (Alemanha) ;
- fragmentadas (Grécia).

As formas compactas são as mais favoráveis à coesão e unidade do Estado. São as que apresentam o menor perímetro para a mesma área, comparativamente com outras formas. Aproximam-se do círculo, que tem essa propriedade, comparativamente com outras figuras geométricas. E perímetro, no caso, significa fronteiras a defender. O Brasil aproxima-se da forma compacta. Sua figura lembra a de um presunto. A nossa forma favorece a união política interna do país, embora outros fatores, de ordem fisiopolítica, a desfavoreçam. Ela permite, conjugada com o tamanho do país, que sejamos envolvidos por quase todos os países hispano-americanos da América do Sul.

Isso já nos leva a uma dedução geopolítica : devemos procurar viver em harmonia com todos eles, porque, do contrário, teremos todos contra nós. É de se notar, porém, que questões de fronteiras os dividem, enfraquecendo a sua unidade. Isso nos favorece.

A nossa forma possui alguns pontos fracos, que repercutem na estratégia. Por exemplo, o ângulo S. Ana — Quaraim — Uruguaiana, onde somos envolvidos pela Argentina e Uruguai ; o ângulo Ponta Perá — Ioz do Apa — Corumbá, onde somos envolvidos pelo Paraguai e Bolívia, para só falar dos dois principais.

— Linha periférica :

O estudo das fronteiras deve nos deter um pouco porque elas nos põem em comunicação com o mundo exterior. Segundo a "Lei da fronteira dos Estados grandes" (é o caso do Brasil), elas assumem, em tais Estados, destacada função de órgão periférico.

As fronteiras podem ser :

- terrestres ;
- marítimas ;
- aéreas.

O mar é a fronteira ideal porque desempenha, como nenhuma outra, as quatro seguintes finalidades de uma fronteira :

- distinguir o meu do teu ;
- proteger o território nacional ;
- isolar ;
- facilitar o intercâmbio.

Entre as muitas classificações das fronteiras, interessam-nos :

- a relativa à vivacidade das fronteiras :
 - esbocadas (poucos atritos internacionais) ;
 - vivas (prováveis atritos internacionais) ;
 - mortas (poucos atritos internacionais).
- a de Kjellén :
 - harmônicas (encerram um país de composição geopolítica perfeita) ;
 - inarmônica (as que carecem dessa qualidade).

Qual o melhor tipo de fronteira ?

É a que :

- reduza ao mínimo os riscos de conflitos ;
- ofereça o máximo de possibilidades para a defesa ;
- ofereça as melhores condições para o intercâmbio pacífico ;
- permita exercer atividades que possam dar sólido fundamento econômico e social à Nação.

Assim sendo, dentro da moral, da razão e do Direito, a fronteira ideal é a harmônica:

Há algumas leis sobre fronteiras que gostaríamos de citar aqui, já que falo para oficiais do Exército:

Lei da vontade ou força:

"A fronteira é um ato de vontade de dois países, agindo de comum acordo ou pela força."

Lei do equilíbrio dinâmico:

"A instabilidade das fronteiras resulta do equilíbrio dinâmico entre dois países."

Lei da fricção:

"A fronteira é uma zona de atritos."

Lei da pressão:

"A pressão na fronteira é função da vitalidade relativa dos confrontantes."

Lei da fronteira dos Estados pequenos:

"Quanto menor o país, tanto maior é o valor político de suas fronteiras."

Devemos alertá-los ainda que a mutabilidade é velho caráter das fronteiras e que a instabilidade caracteriza as fronteiras modernas. Evoluem da linha para a faixa e são, de resto, tôdas convencionais.

Cronologicamente, as fronteiras do Brasil abrangem 4 períodos distintos:

- Colonial (forte distensão das fronteiras);
- Monárquico (regularização);
- Republicano (fixação e demarcação);
- Atual (vivificação, a partir da administração Mangabeira).

O Brasil possui 16.423 km de fronteiras terrestres. Se no Sul do país temos algumas fronteiras vivas, a maioria delas, contudo, pertence à classificação de esboçadas.

A fronteira, como órgão periférico do país, interessa diretamente ao Governo federal. Pela Cons-

tituição do Império, a faixa de fronteira possuía dez léguas de largura. A Constituição de 1934 elevou-a para 100 km e a atual para 150 km.

Qual é a dedução geopolítica em face da extensão das nossas fronteiras terrestres e do fato delas serem apenas esboçadas?

A mais importante é a necessidade de sua vivificação, porque vivificar é também contribuir para a defesa. Vivificar é construir estradas que as liguem ao coração do país, é estabelecer núcleos de população, é instalar núcleos econômicos e militares, etc.

Temos fronteiras nas quais se fala a língua do país vizinho e onde vigoram a moeda e os costumes vizinhos, a dupla nacionalidade e até o duplo alistamento.

Um dos mais urgentes e patrióticos serviços que temos a fazer, hoje em dia, é a vivificação das nossas fronteiras, federalizando-as. Isso só se conseguirá com a criação de maior número de Territórios. É um imperativo da nossa defesa.

Federalizar a fronteira tem a vantagem de pôr nas mãos da União e do E.M.E. todos os elementos de defesa e incrementar a valorização humana.

A nossa fronteira marítima tem 7.367 km (Ao todo, portanto, possuímos 23.790 km de fronteiras). É uma extensa fronteira que exige, em consequência, uma forte esquadra para defendê-la. Ela é a mais vivificada de nossas fronteiras, pois desde a descoberta, as comunicações marítimas desempenharam importante papel no desenvolvimento do Brasil.

Elas constituem o pulmão por onde o Brasil respira.

Finalmente, em questões de fronteiras, não podemos deixar de nos referir às fronteiras aéreas, já que a Aviação assumiu um papel preponderante na política mundial e já que possuímos algumas chaves das rotas aéreas mundiais.

Hoje, a teoria de Mac-Kinder sofreu forte distorção. Quase pode dizer-se: "Quem dominar os ares, dominará o mundo".

Hoje, as distâncias não mais se medem em milhas ou quilômetros, mas em horas de vôos. A aviação está perturbando o sentido da orientação. A bordo de um avião, em cima do Polo Norte, o Leste já não é mais Leste, o Oeste já não é mais Oeste.

Antigamente, um fato político ocorrido num Estado levava meses e anos para repercutir em outros.

Jefferson só soube que Tailerand havia acordado com Livingston a compra da Luiziana 45 dias depois do fechamento das negociações.

É que se estava na era do navio à vela.

Hoje, com o rádio e o avião, os reflexos são imediatos.

Por isso se diz que vivemos num mundo só, no qual é impossível o isolacionismo. E quem possuir bases aéreas dominará o mundo. Base aérea é localização.

Geopolítica quanto a poder aéreo é descobrir quais as regiões terrestres que oferecem maiores facilidades para a atuação da arma aérea.

A seleção é feita pelo "compasso aéreo", isto é, pelo raio de ação dos aviões modernos.

Interessante é notar, de passagem, que a importância da posição das bases pode mudar com os rumos da política internacional e com o progresso da própria Aviação. Por exemplo, em 1945, os aviões eram lentos e a Rússia era aliada dos Estados Unidos. Em consequência, o "Corredor da Vitória" brasileiro teve grande importância.

Hoje, com os aviões a jato e com a Rússia em oposição aos ocidentais, o "Corredor da Vitória" perdeu importância para as rotas polares, ou mais propriamente, para as que cruzam o Polo Norte.

Se houver terceira guerra mundial, disse o General Arnold, o seu centro estratégico estará no Polo Norte.

Mas voltando ao ar como fronteira, devemos saber que uns se batem pela liberdade aérea, tal qual como a liberdade nos mares, outros pensam que a fronteira aérea deve ir até uma certa altitude, como a faixa marítima de soberania nacional e daí para cima deve

ser livre como os livres mares, mas, até aqui, tem prevalecido o conceito de que ao país pertence o espaço aéreo que o encima, sem limite de altura. Daí os aeroportos-fronteira e as rotas aéreas fiscalizadas e pré-traçadas, meios com que as nações efetivam o seu direito de soberania sobre o espaço aéreo.

Quais as deduções geopolíticas a tirar da noção do espaço aéreo?

A defesa pela aviação tende a se fazer em bases cada vez mais distantes dos pontos ou zonas a defender.

A defesa aérea do Canal de Panamá, na direção da África, tende a se fazer em Manaus, Belém, Natal e quicá Fernando de Noronha.

A defesa do Brasil e do próprio continente americano, em relação a uma agressão aérea partida da África deve se apoiar em Natal e principalmente em Fernando de Noronha.

Compete aos nossos estadistas deduzir qual a política que devemos seguir, face aos Estados Unidos e outras nações, em relação a essas questões.

Uma coisa, porém, é certa: devemos, nós mesmos, guarnecer fortemente as nossas bases aéreas do Norte e do Nordeste, principalmente com aviação, a fim de que possamos falar grosso na hora das definições.

Devemos, em qualquer hipótese, conservar em nossas mãos as "esquinas do mundo" que a natureza nos proporcionou e jogar com elas, no tablado da política internacional, em benefício da nossa Pátria.

— Espaço:

O espaço, sob o ponto de vista geopolítico, compreende:

— O espaço físico;

— O espaço político;

— O espaço econômico.

Salta aos olhos a definição de cada um.

As fases do espaço político abrangem:

— a conquista;

— a defesa;

— a valorização.

Infelizmente, o apetite das nações faz com que a variação contínua do espaço físico seja a regra normal. No caso do Brasil, o espaço econômico é menor que o político e este menor que o físico.

O Brasil possui 8.522.000 km² de aérea, sendo, assim, um Estado-continente.

Sua área é 1/60 da área total do globo terrestre, 1/17 da superfície terrestre e 47,3 % da América do Sul. É o 6° entre as potências territoriais e o 4° entre os de superfície contínua.

Sua dimensão Norte-Sul :
4.370 km.

Sua dimensão Leste-Oeste :
4.320 km.

A enormidade do Brasil, aliada à geografia dissociativa do país, agiu decisivamente nos 4 ciclos político-sociais do Brasil, como que caracterizando-os.

São :

- ciclo colonial ;
- ciclo imperial ;
- ciclo republicano ;
- ciclo também republicano, mas atual.

Passemo-los em revista, pois são problemas de geopolítica interna que surgiram no nosso colossal espaço.

Colonial :

Época em que o Brasil foi dividido em capitanias. Em consequência desta impírica divisão administrativa, os fatores geográficos atuaram livremente, exercendo ação dissociativa.

As capitanias, autônomas no interior de verdadeiros compartimentos estanques, desenvolveram-se desigualmente. A dispersão, ao longo da costa, agravada pelas imensas distâncias e pela falta de meios de comunicação, impedia o governo unitário.

Houve até essa anomalia de dois governos : um na Bahia e outro no Rio. O poder foi subdividido, depois pulverizado e no interior anulado.

Para caracterizar a fúria dissociativa dos fatores geográficos,

neste ciclo, houve até a tentativa de aclamação de um rei, em São Paulo, na pessoa de Amador Bueno, que, aliás, o recusou.

Imperial :

Caracterizou-se este ciclo pela reação contra a ação dispersiva e desintegradora dos fatores geográficos.

As capitanias foram transformadas em Províncias e unidas sob a égide de um reinante. O imperador foi o foco de atração. Combatendo revoluções em toda a parte, o Império uniu o país. Resplandece o nome de Caxias, artífice dessa união.

Tais revoluções eram ainda causas geográficas comprimidas procurando livre ação. Nos últimos anos, o Império procurou lançar vias de comunicações para unir. Surgem as primeiras estradas. É a época de Mauá. Mas, não nos iludamos, o imperador era apenas um agente entorpecedor dos fatores geográficos.

Republicano :

Caindo o imperador, explodem, de novo, os agentes geográficos. Da união passa-se à federação, antes que o país estivesse verdadeiramente cortado por vias de comunicações. A federação fraciona-se, por sua vez, até o município.

Copiando-se a constituição de outro povo, feita para outras condições, passamos da centralização máxima para a descentralização máxima. Os municípios recebem poder até para lançar impostos, logo taxados absurdamente. A reação não se fez esperar. Surge Canudos e a revolução de 93, no Sul, esta francamente separatista.

Mas o império transmitiu à República a mentalidade viatória. A república multiplicou as estradas e estas tornaram a unir.

Republicano atual :

Nova reação. Abolem-se, no princípio do ciclo, bandeiras, símbolos, hinos, estaduais e mais sinais de regionalismo. Intensifica-se a construção de estradas. Surge o desenvolvimento da aviação.

ção. O país adquire "air-mind". O rádio se multiplica. Todos os meios de união se mobilizam para neutralizar as distâncias e os fatores geográficos dissociativos. Criam-se territórios nas fronteiras, centralizados nas mãos do governo federal. Contorna-se e mesmo vence-se o perigo geográfico.

Vemos, pois, que nestes 4 ciclos, houve ação alternante, ora para dissociar, ora para unir e com resultados que, afinal, se compensaram.

Como dedução geopolítica do nosso descomunal tamanho, devemos, na ordem interna, multiplicar os meios de transporte e comunicações, para unir cada vez mais este colosso.

Na ordem externa, deduz-se ainda o pacifismo, como melhor política internacional, pois, se temos consciência de nossa extensão geográfica, de um lado, sabemos, de outro, que somos ainda fracos para pôr em risco esse rico patrimônio em guerras provocadas por nós.

— Redivisão territorial:

Esse, como a mudança da capital, é um problema de geopolítica do Brasil, de âmbito interno. Ambos de suma importância para o nosso desenvolvimento. Já José Bonifácio, na Constituinte de 1823, bateu-se pela redivisão territorial do Brasil, mas inutilmente.

Em 1822, o Brasil possuía 19 Províncias.

Em 1850, foi criada a do Amazonas, desmembrada da do Grão-Pará.

Em 1853, foi criada a do Paraná, desmembrada de S. Paulo e é tudo.

Com o advento da República, as Províncias se transformaram em Estados e perdemos mais uma excelente oportunidade de redividir o país e mudar a capital.

Uma linha ligando S. Luiz do Maranhão a Guaira deixa quase 20 Estados a Leste e apenas 3 a Oeste.

O grosso da população, igualmente, está a Leste, ou melhor, ainda caranguejando no litoral.

Criaram-se 5 novos Territórios, mas hoje estão reduzidos a 3, sem contar o Acre.

O plano Teixeira de Freitas previa 29 Estados. O de Backeuser previa 64 unidades fundamentais e baseava-se nos meridianos e paralelos.

Urge vencer os regionalismos que, no passado, deram o Contestado e, no modernamente a disputa Minas-Espírito Santo para redividir o Brasil em mais Estados e mais Territórios fronteiriços, uma vez que a nossa união política já está consolidada.

— Mudança da capital:

A capital, como diz o professor Raja Gabaglia, é a cabeça, a União e, por isso, deve estar em perfeito entendimento com a fronteira, até onde, fenecendo a ação do governo, impõe-se que este seja lá, mais do que alhures, forte e portanto, eminentemente nacional.

Logo, é no centro do país, equidistante das fronteiras, que deve estar a capital.

A mudança da nossa capital impõe-se por razões militares, políticas, econômicas e sociais.

Militares: no centro do país, encontraria melhor defesa. O Rio é vulnerável a ataques marítimos, terrestres e aéreos.

Econômicos: da capital, no centro, se irradiaria uma rede de comunicações para todos os quadrantes do país.

Um núcleo populacional de 500 mil a um milhão de almas, em pleno coração do país, repercutiria no desenvolvimento de todo o nosso vasto "hinterland".

Distribuiria melhor a riqueza, valorizaria o homem do sertão, incentivaria a exploração de recursos potenciais, abriria à exploração terras incultas.

Político-sociais: a capital, no centro, consolidaria definitivamente a nossa união, acabando com a predominância de certas regiões sobre outras.

A nacionalidade se integraria num só homem e não no privilegiado homem do litoral e no abandonado jeca do sertão.

Regozigemo-nos com o governo pela recente criação de uma comissão para tratar do problema da mudança da capital. E é no planalto goiano, no divisor das bacias do Amazonas, Prata e S. Francisco, que deve ser localizada Brasília.

FISIOPOLÍTICA

Para bem compreendermos a influência de nossas grandes bacias hidrográficas nas diretrizes políticas do Estado, vamos passar em revista as características geográficas da América do Sul e particularmente do Brasil.

Como sabemos, os Andes separam as duas grandes vertentes sul-americanas:

- a vertente do Pacífico;
- a vertente do Atlântico.

Das duas, a mais importante é a vertente do Atlântico.

A vertente do Pacífico olha para a imensidão do Oceano Pacífico, de limitado movimento marítimo.

A costa desse oceano é banhada por correntes frias e dispõe de poucos portos naturais. Rios insignificantes desaguam nele. Os maiores vulcões ativos da Terra, grandes desertos e vegetação escassa encontram-se nessa vertente. Nem mesmo a construção do canal do Panamá melhorou a situação de isolamento em que ela se encontra, pois tal canal impõe as limitações de toda a base militar.

Ao contrário, a vertente do Atlântico faz face aos mares de maior movimento comercial mundial.

Grandes rios desaguam no Atlântico. Abundância de portos. Correntes quentes e ausência de tormentas.

Na vertente do Atlântico, encontramos as duas grandes bacias:

- amazônica;
- platina.

Das duas, a mais importante é a bacia amazônica. Faz face ao Atlântico Norte, de maior movimento que o Atlântico Sul e é menos distante dos grandes centros da América do Norte e Europa.

A bacia platina encaminha-se para o Sul, tornando excêntricas as

comunicações com os grandes empórios mundiais. E carrega enormes quantidades de lama que vão se acumular no desaguadouro do rio da Prata. Em consequência, esta saída para o mar é artificial, sujeita a dragagem contínua.

Vê-se, pois, que é no território brasileiro que estão as mais favoráveis características geográficas da América do Sul.

A calha amazônica recorta profundamente a parte mais larga do continente, abre-se em leque de Caracas a La Paz e leva tudo para Belém, face ao oceano de maiores feixes marítimos.

A calha platina puxa para o Sul, como que contrariando a bacia amazônica.

Há, pois, na vertente do Atlântico, dois grandes antagonismos geográficos constituídos por essas duas bacias.

Isso se reflete na política de comunicações dos dois grandes países da vertente do Atlântico: o Brasil e a Argentina.

Ciente de sua má posição geográfica, a república platina busca, por uma política inteligente de comunicações, mas artificial, neutralizar os efeitos de sua situação excêntrica.

Suas estradas de ferro se encaminham na direção de Assunção, La Paz, Santiago e mesmo Lima, como que a desafiam a capacidade viatória da Amazônia e levando para Buenos Aires o que não quer que vá para Leste.

Já o Brasil, como que contrapondo-se a essa política, procura carrear para Leste o que não deseja que vá para o Sul.

As rodovias e ferrovias que se encaminham para a nossa fronteira Oeste e principalmente a estrada de ferro Brasil-Bolívia representam a expressão dessa política de comunicações brasileira.

A Bolívia, no centro mesmo do continente, é o ponto de aplicação dessas duas grandes forças antagônicas.

Ela oscila entre o Amazonas e o Prata e também o Pacífico.

O triângulo Cochabamba — Santa Cruz — Sucre é a plataforma onde

oscilam as aspirações dessa república mediterrânea.

Mas a natureza ainda tem mais em nosso favor. Das seis aberturas dos Andes, 4 trabalham em favor da Amazônia. São os "nudos" de Pasto (Colômbia), Loja (Equador), Pasco (Perú) e Cusco (Bolívia), que põem o Pacífico em comunicação com a Amazônia.

Apenas os passos de Uspalata e Sta. Rosa (Chile) trabalham para o Prata.

Vence, em toda a linha, a bacia amazônica, que é a força natural homogeneizadora dos maiores pontos de instabilidade do continente sul-americano.

É a força centripeta, por excelência, do continente.

Deste estudo ressalta a diretriz do Brasil.

Devemos intensificar as nossas comunicações com a Bolívia e o Paraguai.

Na Amazônia, ressalta a importância de Belém. Devemos aparelhá-la para bem desempenhar o seu papel de grande porto exportador. Equipar a navegação do Amazonas com os meios que a façam uma atração para os países que ele e seus tributários servem.

Chegados a este ponto, fácil será completar as características geográficas do Brasil.

Nosso país, na verdade, pode ser dividido em 3 Brasis: o amazônico, o platino e o longitudinal. Este último pode ainda ser subdividido em 2 regiões naturais: o Nordeste sub-equatorial e a Vertente oriental do Planalto.

Papel dos Brasis amazônico e platino: territórios de penetração.

Papel do Brasil longitudinal: território de ligação.

Os dois primeiros, como vimos, desempenham importante papel na política interna e externa do país.

O papel de ligação do Brasil longitudinal é reforçado pela existência de rios longitudinais, o São Francisco e o Parnaíba e ultimamente pela construção da rodovia Rio-Bahia, a estrada de ferro Rio-Salvador e as linhas aéreas, sem esquecer o mar.

Podemos dizer, em síntese, que o Brasil amazônico e o Brasil platino, pela sua ação neutralizante, coordenadora e homogeneizadora, representam, com toda a força de expressão, a influência continental do Brasil.

Domínio energético: não queremos encerrar esta parte de Fisiopolítica sem dizer duas palavras sobre as diretrizes políticas que resultam das fontes de energia que jazem em nosso território.

As grandes quedas d'água, o petróleo e principalmente os minerais físséis são, entre as principais, capazes de grandes deduções geopolíticas. Devemos explorá-las e, com algumas, jogar na política internacional, procurando vantagens para o nosso país.

Todos estamos capacitados da importância que elas representam e entrar na sua consideração seria palmilhar longo atalho que não cabe no limitado tempo desta palestra.

TOPOPOLÍTICA

Examinemos alguns problemas de "lugar". O Brasil é, antes de tudo, uma potência atlântica e, como tal, não pode fugir ao seu "destino atlântico".

O Nordeste brasileiro e o ombro da África comandam o estreito que separa os dois Atlânticos: o Norte e o Sul. Natal e o seu complemento, Fernando de Noronha, são pontos-chaves, esquinas do mundo, tanto sob o ponto de vista naval, como aéreo. A influência da esquadra americana baseada nas Antilhas e hoje até mesmo na Guiana inglesa, pode fazer-se sentir, em termos de autonomia marítima, até Natal. Daí para o Sul é cada vez menor essa influência. Para uma potência ou coligação de potências européias que queiram ferir os Estados Unidos, a posse sucessiva de Natal, Fortaleza e Belém, proporcionará o ataque ao canal de Panamá. Para a Argentina, aliada aos Estados Unidos ou a uma potência européia, contra nós, a posse de Natal e Fernando de Noronha é vital. Ressalta daqui a importância das nossas bases do Nordeste. Conservá-las, for-

temente equipadas e armadas, em nossas mãos, é um imperativo de sobrevivência nacional. Sem elas, nada poderemos quer exportar, quer importar. Nas mãos de potência hostil, serão trunfo excepcional para nos impor a derrota e submissão.

Temos que considerar ainda que, com a autonomia e velocidade dos aviões modernos, o Atlântico Norte tornou-se um lago demasiado pequeno. Tudo o que se passa em qualquer dos países que ele banha, repercute imediatamente em todos os outros. Daí o chamar-se a esses países a "Comunidade do Atlântico Norte". Com a atual divisão do poder mundial entre os Estados Unidos e a Rússia, poder-se-á ter, a qualquer momento, com a submersão da França, o Atlântico Norte dividido entre os Estados Unidos e Rússia. Caberá aos nossos estadistas deduzir, desde já, qual o partido a tomar, se algum deva ser tomado, no sentido de salvaguardar os interesses da defesa e sobrevivência não só do Brasil, como do próprio continente em que vivemos.

Na definição da nossa atitude, há quem preconize a formação de um sub-núcleo geopolítico na América do Sul, sob a liderança do Brasil, para apoiar o núcleo do Atlântico, capitaneado pelos Estados Unidos e como meio de facilitar a missão comum de defesa.

A liderança do Brasil se justificaria por deter ele o melhor quinhão geopolítico da América do Sul, por ser o país de maior área, maior população, maior indústria, maior potencial e maior projeção política deste continente.

A posse de pontos de interesse estratégico sempre caracterizou a política das nações. A princípio apoiavam só o domínio terrestre. Exemplo: os impérios de Alexandre, romano, o de Carlos Magno e o napoleônico. Serviram depois mais ao domínio marítimo. Exemplo: o império britânico. Hoje buscam-se pontos de interesse para o domínio aéreo. Exemplo: Estados Unidos e Rússia.

Os aviões modernos têm uma autonomia de voo de 10.000 milhas. Daí se depreende a importância de nossas bases do Nordeste.

A América do Sul tem alguns pontos de interesse estratégico ("hot-spots" mundiais):

- Canal de Panamá;
- Pequenas Antilhas (entrada do mar das Antilhas);
- Natal — Fernando de Noronha;
- Ilhas Falkland;
- Estreito de Magalhães.

São pontos que exercem grande controle sobre as vias de comunicações.

Possui também alguns pontos de tensão política ou pontos de instabilidade geográfica (zonas reclamadas por diversos Estados):

- Chaco;
- Letícia;
- Tacna e Arica.

Quanto ao Brasil, propriamente, há, em nossas fronteiras, alguns "punctum dolens":

- Ponto de trijunção de fronteiras — Brasil — Argentina — Paraguai — ou região das quedas d'água;
- Fronteira face ao triângulo Cochabamba — Sta. Cruz — Sucre, ou região petrolífera;
- Região Letícia — Tabatinga, onde o Peru disputa com a Colômbia e onde o Equador também se interessa;
- Guiana francesa, vital para a defesa da embocadura do Amazonas e que pode ganhar importância excepcional se a França submergir ante a Rússia.

De todos os pontos acima, vale ressaltar a importância do Canal de Panamá e a influência americana que dele resulta. O canal é um foco de atração para a Colômbia, Equador e Venezuela. Esses países oscilam entre o Atlântico e o Pacífico e tendem a se submeter à influência americana. Esta influência, ao contrário do caso da Bolívia, que oscila entre o Brasil, Argentina, Chile e Peru, ultrapassa

os limites continentais. A influência americana já se exerce em toda a costa noroeste do continente, através do controle do petróleo da Venezuela, Colômbia e Peru. Penetra pelo Orenoco e Madalena e ameaça, através de um pretendido canal no Cassiquiare, o próprio Amazonas. Saltou para a Guiana inglesa, onde domina bases cedidas pelos ingleses.

Exerce-se, através do controle dos preços do estanho e do cobre, na Bolívia e no Chile. Encaminha-se na direção dos pontos de instabilidade geográfica sul-americanas.

Devemos estar alertas e conhecer estes problemas, pois não nos devemos esquecer da advertência de Maull: "a penetração econômica completa tem o mesmo efeito que a ocupação territorial".

CONCLUSÃO

Vimos, pelo estudo que fizemos, que o Brasil desempenha um papel destacado, na Geopolítica do nosso continente.

Podemos dizer que ele ocupa a parte mais importante da América do Sul.

A expressão continental máxima do Brasil é representada:

- Pela enorme capacidade viatória natural da Amazônia que tende a fazer de Belém o portão monumental de entrada e saída dos produtos da Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia;
- Pela crescente capacidade viatória artificial do Brasil platino (rodos e ferrovias que se dirigem para o centro de Mato Grosso, Bolívia, Paraguai e mesmo Argentina) que tende a trazer para Leste, para as nossas costas, o que a natureza e a política de comunicações argentina procura desviar para o Prata;
- Pela posição e extensão do nosso território, impondo imperativos às rotas aéreas internacionais, em suas ligações com a América do Sul;
- Pelo valor de nossas bases aéreas do Nordeste, inclusive

Fernando de Noronha, as quais dominam o estreito Dakar — Natal e são vitais para a defesa do continente e do Brasil;

- Pela nossa vinculação à parte mais importante do Oceano Atlântico (Atlântico Norte), privilégio do Brasil entre todas as repúblicas sul-americanas e que, ligando-nos à comunidade do Atlântico, arrata-nos à política mundial e faz do nosso país o "leader" natural da América do Sul.

Urge, pois, tirar partido dessa situação excepcional com que a natureza nos brindou, desenvolvendo ao máximo as nossas vias de transporte e de comunicações, tirando partido das bases e rotas aéreas, estimulando a política de boa-vizinhança, estreitando, na base de reciprocidade, as nossas relações políticas e econômicas com a nação "leader" do continente — os Estados Unidos — e emprestando o mais cabal apoio ao núcleo geopolítico do Atlântico, constituído pelas nações que, no Ocidente, batem-se pela salvaguarda da civilização cristã.

E agora, para terminar, seja-nos lícito indagar qual a moral que devemos tirar do estudo que fizemos?

Em outras palavras, qual o fim da Geopolítica? Até onde ela nos deve conduzir?

A resposta é que ela deve ser um instrumento de paz e nunca uma arma de guerra.

Devemos estudá-la com fins defensivos, a exemplo de Mac-Kinder e não com intuítos ofensivos. Procurar nela orientação para a defesa do país porque, como no caso do nazismo, a Geopolítica se alimenta de geopolítica e pode levar as nações ao suicídio. Cada novo território conquistado cria novos problemas de Geopolítica e, nesse andar, a humanidade tende a destruir-se.

As nações têm de se conformar em viver dentro do seu território e buscar na moral e no direito a solução para as suas disputas.

Hoje somos um mundo só, como afirma Wendell Wilkie, querendo, com isso, significar a interdependência dos povos principalmente em razão das distâncias que, na era da Aviação, cada vez mais se encurtam.

A humanidade tende a unir-se para sobreviver. Tem de criar um Tribunal Internacional e dispor de um exército — polícia.

Aliás, essa tendência é manifesta. O acôrdo do carvão — ferro atual, da Bélgica, Holanda, Luxemburgo, França e Alemanha, comportando a adesão de outras nações — é hoje, no campo econômico, uma realidade e no entanto afigurava-se uma utopia.

Mas no campo político temos outros exemplos, tais como a Commonwealth inglesa, a Organização dos Estados Americanos e finalmente a ONU.

Os povos vêm compreendendo, passo a passo, que precisam se unir e reunir exércitos para derrotar os agressores e policiar o mundo.

Começaram com alianças militares para derrotar Napoleão.

Surgiram as "Ententes", a política de equilíbrio de poder, baseado antes na força que no Direito.

Mas a idéia foi evoluindo do campo militar para o político e para o Direito.

Depois da I Grande Guerra, tivemos a Liga das Nações, mas o seu papel foi platônico porque não dispunha de instrumento próprio para a execução das sanções.

Limitou-se a aplicar sanções econômicas.

Hoje, temos a ONU, que ainda não dispõe de exército internacional próprio, mas as nações que dela fazem parte já concordam em ceder os seus exércitos, como o fizeram no caso da Coréia, para punir os agressores.

É a idéia em marcha.

É fatal que chegaremos a um organismo dispondo de um exército internacional próprio, com poderes para policiar o mundo, inclu-

sive fiscalizar os armamentos de todas as nações, porque só assim a humanidade sobreviverá.

Essa conclusão é tanto mais verídica quando se leva em conta os terríveis engenhos que o homem moderno dispõe, tais como a bomba atômica, a bomba de hidrogênio e etc.

Vale recordar aqui o que disse, há dias, na Câmara dos Deputados, a propósito da terminação da guerra da Coréia, o "leader" governamental, Deputado Gustavo Capanema:

"O nosso regozijo não decorre apenas do fato da cessação das hostilidades. É que, pela primeira vez, na história universal, travou guerra um organismo de natureza internacional para impor, dentro do círculo de sua jurisdição, uma decisão comum, de natureza jurídica. Foi mantida, com a defesa da Coréia do Sul, a segurança coletiva. Pela primeira vez, na história da humanidade, se configurou o primado jurídico. Eis a grande lição que se impõe a todos os povos".

Eis o que disse o "leader".

E a ele nos associamos, em suas últimas palavras: "Esperamos que, finda a guerra, se inicie para a humanidade uma nova era, a era do primado do direito, a era da segurança coletiva, a era em que nem as vaidades dos ditadores, nem as paixões dos fanáticos, nem as ambições dos povos possam perturbar a paz comum, permanente e coativamente garantida pelo direito".

BIBLIOGRAFIA

- A Geopolítica Geral e do Brasil, Everardo Backeuser
- Geopolítica do Brasil, Brigadeiro Lysias A. Rodrigues
- A Geografia na Política Externa, General Jayme Ribeiro da Graça
- Aspectos Geográficos Sul-Americanos, General Mario Travassos
- Problemas do Brasil, Cel. Adalberto Fialho

DERROTA NO OESTE

(Alguns comentários sobre esse interessante livro de M. SHULMAN)

Cel. PAULO E. F. DA SILVA

Já havíamos lido, há tempos, o conhecido livro de Eisenhower — *"Cruzada na Europa"*. Apreciamos, então, na palavra dos vencedores, os vários aspectos da luta, narrados sem paixão e no interesse exclusivo da verdade. Os fatos, contados assim, pelos que, em boa hora, salvaram a Europa e o mundo livre, ofereciam um sabor especial, qual seja o das vitórias.

A leitura, agora, deste outro livro — *"Derrota no Oeste"* — do afamado escritor Milton Shulman, transcrevendo textos e opiniões de personalidades alemães, cuja atuação durante os últimos anos do grande conflito, à testa das forças germânicas ou do estado maior, deram margem a que se pudesse, depois, aquilatar do grau de veracidade das afirmações feitas. E também interessante focalizar que se trata de testemunho de quem perdeu a guerra e, por isso, poderia torcer os fatos no intuito de suavizar a situação de inferioridade em que se viram colocados após a vitória dos aliados.

"Derrota no Oeste" dá-nos, sobretudo, uma idéia segura das razões porque os alemães se viram derrotados. Apresenta-nos, de modo insofismável, os principais erros cometidos, seja pelos generais, seja pelo próprio Hitler ao querer conduzir, pessoalmente, a guerra, em todos os fronts. Farta documentação, absolutamente idônea, declarações oficiais ou oficiosas, enfim, garante uma base muito sólida para chegar às conclusões finais.

No que respeita aos erros cometidos pelas autoridades alemães,

convém dizer que a sua maioria foi devido à ausência ou incompleta dose de informações. O Alto Comando Germânico, apesar de sua tão propalada Agência CANARIS, cujo trabalho, através seus órgãos de publicidade, parecia demonstrar não só capacidade, como crédito, via de regra incidiu em faltas gravíssimas, cujo número e valor levaram, afinal, ao desastre.

Embora reconhecendo que houve tais erros, o escritor nos mostra também que, se melhor informados, quem sabe o destino atual da humanidade apresentasse feição diversa.

Shulman mostra-nos que quatro foram os principais erros cometidos pelos alemães. O primeiro, condensado na invasão aérea de CRETA, com perdas pesadas para os atacantes e na negativa formal de Hitler, de atacar GIBRALTAR, a célebre fortaleza inglesa da entrada do Mediterrâneo. O segundo e talvez o maior, foi a invasão da Rússia, em condições jamais condizentes com uma possibilidade de êxito. O terceiro, denominado o erro decisivo, foi a provocação aos Estados Unidos, fazendo com que a grande nação lanque lançasse todo o peso de sua mobilização a favor dos aliados. O quarto, foi batizado de último erro, caracterizado pelo insucesso de El-Alamein.

Cada um desses erros nos oferece campo de estudo bastante peculiar e interessante. Dão-nos, outrossim, uma idéia muito próxima da realidade do que foi a tremenda luta entre o Grande Estado-Maior Alemão, encarnado na pessoa de seus

melhores generais e o Fuhrer, incentivado pela sua egolatria e pelos seus adeptos fervorosos, do Nacional Socialismo.

Anteriormente a esses erros, houve outros dois, de valor secundário, mas que concorreram também para que os outros, mais sérios, fôsem cometidos, estabelecendo-se assim, verdadeira cadeia de desastres. A falência da ação alemã contra os ingleses, que se retiravam em Dunquerque e o abandono completo da idéia de invadir a própria Inglaterra, caracterizaram tais erros iniciais. Decorrentes dêles surgiram então aqueles que o escritor classificou à moda porque já ventilamos.

GIBRALTAR E CRETA

Indiscutivelmente esses dois pontos geográficos representam, como sempre representaram, um interesse especial nas lutas que o mundo moderno enfrentou. O primeiro, à entrada do Mar Mediterrâneo, constituído em poderosa fortaleza, vale como uma verdadeira chave para o acesso àquele mar interior. Sua posse vem demonstrando, em todas as épocas, que assegura o domínio daquelas águas. Durante a invasão do norte da África, foi uma preocupação permanente no espírito dos chefes aliados, que tal fortaleza pudesse cair em mãos do inimigo. Quem sabe, se tal ocorresse, a sorte das armas no continente africano tivesse mudado. Foi o domínio exclusivo e indiscutível da esquadra britânica sobre as costas norte do citado continente que permitiu, de um lado, o bloqueio sistemático e completo das forças do Eixo, que lá combatiam; de outro favoreceu a chegada, sempre mais intensa, dos recursos necessários à contra ofensiva aliada. Os alemães pensaram em ocupar Gibraltar. Planejaram mesmo fazê-lo. Houve até um entendimento entre Ribentrop e o Secretário do Exterior da Espanha — Serrano Suñer — sobre a participação desse país no conflito, ajudando assim a integração da fortaleza cobijada nos problemas do Eixo. Em novem-

bro de 40 Hitler chegou a expedir uma ordem, secreta, regulando a Operação Felix, que visava a entrada na luta da Espanha e a conquista de Gibraltar. Tal operação porém não se realizou, muito embora até já se tivesse escolhido as forças para tal empreendimento e seus chefes imediatos. Os três mais famosos generais de Hitler — Von Rundsted, Bock e List —, estavam prontos a esse compromisso.

Ao erro de Gibraltar seguiu-se o de Creta, este, ao contrário, pecando pela execução ao invés do outro, pela ausência de ação. É bem possível que o Alto Comando Germânico, não tendo realizado o seu sonho, de fechar o Mediterrâneo aos ingleses, tivesse, ao menos querido diminuir a potência desses adversários no citado mar. A linha de Creta representava para os aliados uma excelente posição à entrada dos Dardanelos. Sua posse, pelo inimigo, muito prejudicaria as operações e os aprovisionamentos oriundos do Oriente Médio ou Longínquo. Na verdade, Creta era somente um ponto do Mediterrâneo. Por si só não representava esse valor. A campanha da Grécia, porém, exigia fossem conquistadas outras bases, para ação futura no Oriente.

O desembarque em Creta foi largamente combatido. Houve grande discordância entre os chefes militares e o Fuhrer. Este tornara-se muito egoísta no emprego das tropas aeroterrestres. Sabia perfeitamente o quanto elas custavam para lançá-las indiscriminadamente em qualquer operação, sem garantias seguras de êxito.

Os acontecimentos vieram provar sobrejamente o temor do chefe nazista. As perdas sofridas pelas melhores divisões alemãs daquele gênero, não compensaram, de modo algum, os resultados obtidos. E, como consequência inevitável, outras operações análogas foram drasticamente suspensas, como inexecutáveis.

A posse de Creta, pelos ingleses, como a de Malta e Chypre, representava verdadeiro esteio para as operações do Norte da África. Os alemães, embora tendo tomado a

primeira, e não se interessando pelas demais, não conseguiram o objetivo estratégico que elas representavam.

* *

A INVASÃO DA RÚSSIA

O grande erro do ataque à Rússia repousou na falta de dados concernentes ao poderio soviético. O Alto Comando Alemânico, por mais incrível que pareça, sabia muito pouco a cerca do colosso oriental. As informações de que dispunha eram quase todas provenientes de fontes intermediárias, muitas estrangeiras. Contava-se, desde há muito, com a colaboração dos adidos japonês e espanhol. A Agência Canaris era outra fonte importante mas, como já vimos, seus dados mereciam pouco crédito junto às autoridades militares do Reich.

Outra característica do erro em curso foi a falha na designação dos objetivos da luta. De início falou-se enfaticamente na destruição das forças russas das fronteiras oeste da União Soviética. Depois, num avanço profundo em solo russo de modo a colocar as terras alemãs fora dos bombardeios de longo alcance. Afinal, uma linha correndo de Arkangel até o Volga, uma linha titidamente geográficas. Grande verdade, pois, de objetivos para a guerra que se pretendia fazer.

O testemunho do General Halder, então Chefe do Estado-Maior de Von Brauchitsch, é muito evidente quando afirma a sua ignorância quase completa a cerca do que podiam as forças russas em sua frente. Manuseava-se, nesse Estado-Maior, documentos obtidos dos arquivos da Holanda, Bélgica, Grécia, Iugoslavia e até da França. Nenhum destes países porém estava em condições de assegurar tais conclusões.

Sobre o poder combativo das tropas soviéticas, o conceito existente era o pior possível. E argumentavam com a campanha da Finlândia, em que um país tão pequeno havia feito sombra ao colosso tão decentado.

Os primeiros encontros, sobretudo entre tropas blindadas, veio demonstrar em que erro haviam os alemães incidido. É Von Sepp Dietrich, ex-comandante do 6º SS Panzer Exército quem nos diz: "Os Russos nos enganaram completamente na luta contra a Finlândia. Quando invadimos a Rússia, pensávamos que eles não tivessem tanques. E logo apareceram os temíveis T-34, os melhores existentes na época. Muito bem armados e encorajados. E a habilidade de seus mecânicos em reparar o material atingido era de espantar."

Outra grande deficiência dos cálculos alemães residiu na apreciação dos chefes russos, que eles julgavam bisonhos e pouco adestrados na luta. Os nomes "estrelados" de Zhukov, Koniev, Rokossovsky e Tolbulkin, somente citando os principais, dão-nos mostra do valor desses homens.

O Fuhrer também incorreu em grave falta, ao estimar que, uma vez atingido o Rio Dnieper, todas as forças russas estariam destruídas.

A bola de cristal, em que o Chanceler do Reich antevia os fatos e segundo os quais ditava sua política de guerra, havia sido empanada com as sombras dos desastres ocorridos na grande Rússia.

O ERRO DECISIVO

Como já vimos, na opinião do escritor, foi a provocação dos Estados Unidos o principal erro cometido pelos alemães. Despertaram a grande nação americana para a luta. Seu formidável potencial econômico, agora orientado para a guerra, somado ao das outras nações aliadas, vinha colocar a Alemanha em gravíssima situação.

O grande fundamento em que se apoiou Hitler para cometer tão grave engano foi a suposição de que, lançando o Japão na contenda, os Estados Unidos viriam misso uma terrível ameaça, que os deixaria fora do problema. Eis aí o grave equívoco. Solidários eternamente com a Inglaterra, não poderiam ficar à margem, embora sem uma

provação formal. O tiro alemão saiu pela culatra. Jogando o Japão contra a Inglaterra, como era do seu desejo, Hitler nada mais fez que atear o fogo ao mundo ocidental, agora representado pela grande democracia.

Outra crença alemã era de que os Estados Unidos não estavam preparados para enfrentar o poderoso aliado do extremo oriente. Asseguram certos personagens que, se o Japão tivesse atacado Singapura, Hong-Kong, ou mesmo as Índias Holandesas, ao invés de Pearl Harbour, quem sabe os Estados Unidos ficassem fora do conflito. Somente futuros historiadores poderão garantir tal conclusão. Os dados até agora existentes não permitem esta afirmativa solene.

O tremendo parque industrial americano não impressionara o ditador alemão. Goering, mesmo, dissera certa vez: "Os americanos só sabem e podem fazer geladeiras e giletes". Hitler esposava às vezes tais afirmativas. Cedo, porém, desiludiu-se delas.

ERRO FINAL — EL ALAMEIN

A derrota das tropas de Rommel em El Alamein foi também consequência de grave erro em que incidiram os chefes militares alemães e o próprio Hitler. Tivesse aquele general germânico aliado ao inglês dessa formidável posição e chegado à posse do Egito, dominando então a passagem de Suez, o

que teria acontecido às forças aliadas não se sabe prever.

A ignorância completa do Supremo Comando Alemão das consequências há pouco apontadas, levou o desastre nessa época e trouxe reflexos evidentes para o restante da campanha. Rommel não mais pôde se aguentar na África e, assim, selou definitivamente o destino do Eixo, não só na África como no resto do mundo.

Hitler e seus generais (estes últimos quem sabe por simples inveja de seu par — o grande Rommel) discordavam do valor que se dava às operações do norte da África. Achavam-na de caráter secundário. E assim pensando tudo faziam para que não se distraísse mais tropas em socorro de Rommel. Von Halder, na ocasião Chefe do E.M. do Exército, advertira constantemente Hitler dos perigos em que incorria distraindo outras forças para fora do continente europeu. Agindo desta forma enfraquecia não só a autoridade de Rommel como o poderio de suas forças na África. Ele acreditava mais em que o problema africano fosse apenas político.

* *

Passando em revista tais erros, vemos que uns foram consequência da teimosia de Hitler; outros de decisão do Grande Estado-Maior; todos porém, fruto da falta de informação.

OFICINA MECÂNICA BRASILEIRA

MARIO FABRI

FABRICANTE DE MATERIAL BÉLICO

ESCRITÓRIO: Rua Ten. Abel Cunha, 149-A — Telef.: 30-2049
HIGIENÓPOLIS

OFICINAS: Rua Ten. Abel Cunha, 149-B C
RIO DE JANEIRO

DEPÓSITO: Avenida Suburbana, n. 2.422

(N. 8)

UM PROJETO DE REDIVISÃO TERRITORIAL DO BRASIL

Major ALFREDO CORREIA LIMA

Diversos projetos de redivisão territorial têm sido apresentados pelos estudiosos do assunto. Baseados em razões próprias, variadas têm sido as fórmulas apontadas.

Alguns pretenderam resolver problemas locais, como é o caso, por exemplo, de Floriano de Godoy, Senador por S. Paulo que, nos últimos anos do Império, bateu-se pela criação da província do Sapucahy, formada por áreas ribeirinhas do rio do mesmo nome, desmembradas de Minas Gerais e S. Paulo.

Outros têm âmbito nacional. As formas de divisão variam. E longe de nós estejam intenção e pretensão de apontar tal ou qual como sendo a melhor, a mais racional. Julgando-o um dos mais interessantes, apresentaremos e comentaremos, assim mesmo muito ligeiramente, o projeto Teixeira de Freitas.

Ele se baseia num dispositivo expresso de nossa Carta Magna: "as entidades autônomas devem ter os mesmos direitos e deveres".

Para que tal realmente suceda, diz ele, é necessário que haja relativa equipotência entre as entidades associadas ou irmãs, sem o que, não haveria nem equilíbrio, nem justiça, nem real e sincera solidariedade a uni-las como Nação; e considera que equipotência, no caso, não será equivalência de população, produção ou arrecadação, sobremodo efêmeras, nem o misto de tais fatores, porém, e tão somente, a equivalência territorial, única realmente imutável. As populações variam, crescem ou diminuem, mudam de

características. O produto que teve época, construiu fortunas e criou braços, cede lugar a outros, que surgem no evoluir dos ciclos econômicos. O erário público, por sua vez, flutua ao sabor de fatores múltiplos, às vezes até inesperados.

Encaremos o seu próprio grande exemplo: Ouro Preto.

Ouro Preto é o símbolo de uma era: a Mineração! A sua história é a coincidência dos acontecimentos que definiram um ciclo de nossa própria história: o dos metais e pedras preciosas. A ele estão ligados os episódios dos Emboabas, como os da Inconfidência. Foi grande, foi centro, foi capital, foi entreposto. Dos seus salões engalanados e dos seus gabinetes de trabalho saíam sentenças e decisões que movimentavam todo o país, como das entranhas de seus montes saía o ouro que sustentava um grande império ultramarino. Nem mesmo a supremacia da arte lhe faltou. Para o atestar, aí estão as obras espetaculares do Aleijadinho. Pelas suas ruas calçadas a pedrouço afanava-se uma variada e buliçosa população, que orçou por 100.000 almas. Hoje, são cerca de 30.000. E Ouro Preto é como que a moldura antiga, separada da tela de mestre que conteve, esquecida num canto escuro de sótão. Monumento histórico, como tal é conservada. Estiola, modorrando, no aconchego de suas montanhas, que já não escutam mais a atoarda alacre dos jovens à caça, ou o brado rouco e viril dos mineradores, nem tremem sob os cascos das réguas e comboios.

Com o açúcar, o Nordeste já foi proeminente. E o café já deu destaque ao Vale do Paraíba e ao Noroeste Paulista. Dá-lo-á o petróleo ao Recôncavo? O manganês ao Amapá? A monazita ao Espírito Santo? O trigo às Missões? O babaçu ao Maranhão? Quem poderá responder?

Ora, com açúcar, café, petróleo, manganês, monazita, trigo, babaçu, outros produtos, ou sem nenhum deles, o solo continua... Um alqueire de terra é sempre um alqueire de terra, seja ele uma lavoura, um pasto, uma jazida mineral, ou simplesmente um charco. E é por isso que Teixeira de Freitas afirma que é o território quem representa o fundamento físico da Nação, o seu patrimônio.

A redistribuição do território nacional, segundo o seu critério, acarretaria, de início, um padrão de equilíbrio — o do tamanho físico.

O valor dos territórios resultantes estaria nivelado, ainda que em potencial. Para atender a uma progressiva equivalência no referente aos outros pontos de vista, isto é, populações, produção e arrecadação, seria suficiente uma harmônica repartição dos recursos do patrimônio comum, superiormente aplicados, seja em auxílios aos Estados menos capacitados, seja fazendo territórios das áreas mais atrasadas, visando, é lógico, transformá-las, logo que estejam em condições, em unidades federadas.

A terra contém riquezas de toda espécie. O potencial econômico é imprevisível. Não sirvam de argumentação em contrário nem mesmo as terras sujeitas às secas, pois essas mesmas são fertilíssimas, faltando às mesmas uma racional e contínua irrigação, problema que pode e deve ser solucionado, num futuro que, queira Deus, se encontre bem próximo. Não se apontem imensas áreas florestais, difíceis de povoar. Não se alegue pequenos e dispersos recursos industriais. Todos esses obices podem, e terão que ser afastados.

Onde não puder existir lavoura, que se faça a pecuária. E onde também esta não cabe, via de regra existem possibilidades minerais. A variedade de cabedais só benefícios poderá trazer, evitando-se a supremacia de umas regiões sobre as outras. A diversificação das economias, longe de se constituir num mal, será mais um fator de unificação nacional, criando uma interdependência necessária entre as partes do todo.

Estabelecidas tais preliminares, foi procurado um gabarito, dentro do qual seriam enquadrados os Estados e Territórios resultantes da redivisão.

Foi concluído então:

- 1 — não deverão ser pequenos demais;
- 2 — nem exageradamente grandes;
- 3 — na sua organização deverão ser procuradas:

a) acomodação das jurisdições existentes, dentro de limites que não concedam superioridades acentuadas de algumas unidades sobre as demais;

b) fixação de extremos de variações, dentro dos quais se conservem algumas Unidades de dimensões aproximadas às do gabarito;

c) condições tais que permitam efetivar o reajustamento pela divisão dos grandes Estados em dois, três, ou mais, sem cessão de terras a vizinhos, ou a justaposição de vários pequenos, a fim de ser atingida a estatura do gabarito.

Que razões o levaram a tais bases?

Não serem pequenos demais para que maior número de Unidades disponham, desde logo, dos recursos necessários ao seu impulso, sem onerar a União; para que seja pelo menos contornada a possibilidade da carência de recursos naturais; para evitar o excessivo desmembramento dos Estados antigos, sobretudo o de alguns que, sem serem grandes em demasia, não só perderiam seu potencial de progresso, dada a uni-

dade de sua estrutura econômica e social, como também reagiriam fortemente contra a redivisão, por verem destruída, sem motivo plausível, a sua progressista coesão.

Não serem grandes demais (o que só poderia ocorrer pela aglutinação dos Estados menores), porque então se viriam multiplicar os defeitos que são apontados contra as vastidões amazônicas ou matogrossenses. Acha o autor do projeto que, numa tal eventualidade, os poucos grandes Estados que se formariam, tenderiam a buscar a auto-suficiência, decorrendo daí rivalidades acentuadas e choques, entre si e com o governo do país, o fortalecimento de idéias separatistas e, como consequência final, a progressiva involução da Federação para a forma mais dissociada de Confederação.

Os três itens da terceira condição constituem um corolário elucidativo das duas primeiras. Um exame acurado das condições atuais (ainda vigentes, desde a elaboração do projeto) aponta: os Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul que, em números redondos, medem, respectivamente, 250.000 e 285.000 km², possuem excelentes condições econômicas e demográficas; e há na sua estrutura, quer social, quer econômica, aquela unidade que Teixeira de Freitas julga necessário conservar.

Dentro de tais condições, e partindo do projeto Segadas Viana, ao qual sobrepoz retoques seus, chegou à conclusão de que o Estado padrão deverá ter da ordem de 250.000 a 350.000 km² de superfície. Mais dois Estados serão então conservados: Maranhão (335.000 km²), e Piauí (250.000). Paraná e Santa Catarina, reunidos, formam o Estado de Iguassu; Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, o de Nordeste.

Goiás se desdobraria em duas unidades. Mato Grosso e Pará em cinco, cada um. O conjunto Amazonas-Acre em seis. Cumpre ressaltar que à época em que foi elaborado o projeto não haviam sido criados os territórios de Amapá, Rio Branco e Guaporé. E, mais

para diante, trataremos dessa circunstância. Por ora, continuemos falando sobre o projeto em si mesmo. Como Bahia, permaneceria toda a sua faixa central. A região Sanfranciscana seria destacada para, juntamente com Pernambuco, Alagoas e Sergipe, ir constituir o Estado de São Francisco. A faixa litoral sul da Bahia, com Espírito Santo e a zona da Mata, mineira, formariam o Estado de Mucuri. O Estado de Minas Gerais daria origem ao de Paranaíba, que se constituiria pela região a W do Rio S. Francisco e pelo Triângulo. Quanto ao Sul de Minas, com o Estado do Rio de Janeiro e o Distrito Federal, formariam uma outra unidade, em que Teixeira de Freitas, numa barretada à história, conservou o nome de Minas Gerais, dessa forma desmentindo, em parte, as próprias condições por ele estabelecidas. Ainda de Minas Gerais, seria aproveitada a região dos municípios de Belo Horizonte, Sabará, Sete Lagoas, Ouro Preto, Itabira, e mais alguns adjacentes para constituir o novo Distrito Federal, que é dado como provisório.

Seriam, portanto, 30 unidades federadas, sendo 1 Distrito Federal, 19 Estados e 10 Territórios (mapa n. 2).

Não figuram nesse projeto as ilhas oceânicas de Fernando de Noronha, Trindade e Martim Vaz, que então faziam parte, a primeira de Pernambuco, as duas últimas do Espírito Santo.

Teixeira de Freitas entra em considerações relativas à execução do seu projeto. Dividem-se os grandes ou se somam os pequenos Estados; os primeiros conservariam para si mesmos as áreas mais povoadas, livrando-se dos pesos mortos que representam os territórios incultos e desabitados; estes, transferidos à União viriam constituir Territórios. Os Estados pequenos atingiriam, por sua associação, ao engrandecimento por que anseiam, adquirindo força econômica, e consequentemente política. Cabe mesmo a observação às frações desmembradas de Mi-

MAPA N. 2

Redivisão política do Brasil segundo o projeto
Teixeira de Freitas

Fig. 2

poré e Fernando de Noronha, e a recente assinatura da Lei n. 1.803, de 5 de janeiro de 1953, determinando a realização de estudos definitivos para a localização da futura capital do país dentro de limites fixados no Planalto Central, vieram trazer a necessidade de uma readaptação do mapa político, tão bem idealizado pelo eminente brasileiro.

A situação do Território Militar de Fernando de Noronha é toda especial, e decorre de considerações defensivas estratégicas. Não se deve pensar em alterá-la, mesmo porque não prejudica em nada a estrutura geral do plano, dada a sua posição oceânica, apesar de suas diminutas dimensões aberra-rem do conceito de um gabarito de extensão territorial. A ilha principal orça por cerca de 15 km quadrados, e o arquipélago todo não atinge a 20.

Passemos aos outros Territórios novos. O de Amapá, com uma área de aproximadamente 138.000 km², nada mais é que uma parte do que havia sido proposto por Teixeira de Freitas com o nome de Araguari. O de Rio Branco, que mede aproximadamente 215.000 km², é também uma fração da área que havia sido destinada ao Estado do Amazonas. Somente o atual Guaporé não está enquadrado numa das unidades propostas por Teixeira de Freitas, uma vez que o seu território, com uma área de 255.000 km², cobre terrenos que pertenceriam aos de Acre, Purús, Madeira, Mamoré e do que seria o do nome que ora lhe pertence, Guaporé; na sua maior parte coincide com o de Mamoré.

3.190 km² de terras ainda se encontram em litígio entre os Estados do Amazonas e Pará. O autor do projeto incluiu-as em seu Território de Tumucumaque, para o qual ainda destinou terras situadas ao Sul do Rio Amazonas, e algumas, como se poderá verificar por comparação dos mapas 1 e 2, além da fronteira estadual; contrariando o seu próprio princípio de que "umas unidades não cederiam terras a outras", vemo-

lo ferido na região do Acre, onde, para poder fazer crescer os seus 153.000 km² até ao gabarito mínimo, foi preciso dar-lhe cerca de 100.000 km² de terras amazonenses. Como já havíamos citado, também ao Piauí seria cedido o porto de Tutóia, num outro arranhão ao princípio estabelecido. É bem verdade, no entanto, que a própria razão de tais acomodações territoriais justificaria a quebra do princípio, o qual, por outro lado, conviremos, não pode e nem deve ter a rigidez intransigente dos axiomas.

Considerando a situação atual dos Territórios Federais, em franco desenvolvimento, parece-nos que eles não deveriam sofrer desagregação. Estando o do Amapá muito distante do gabarito mínimo, poderá receber uma complementação de terras que o venham tornar igual ou aproximado do que o plano propõe como sendo o de Araguari. Já o de Rio Branco, com uma área que bastante se aproxima do limite mínimo de 250.000 km², poderia, ou receber algumas áreas a mais, ou, permanecer tal como foi criado, sendo então alterado o limite mínimo do gabarito, que baixaria, digamos, para os 215.000 km² que mede o Território.

Teremos então que organizar de outra maneira o que permanecerá como sendo o Estado do Amazonas. Tomando-se a cidade de Manaus como centro geométrico e geográfico da nova área estadual, poderia ela ser constituída pelas terras lindeiras do Rio-mar, conservando-se então os limites já existentes com o Estado atual do Pará, incluídas as terras ora em litígio. Levando em conta mais ainda a existência do Território do Guaporé, que com mais forte razão ainda conservaríamos, seria necessário alterar um pouco os limites a traçar na criação dos de Rio Negro, Solimões, Purús e Madeira, bem como no acréscimo ao do Acre. Dessa maneira, o "conjunto Amazonas-Acre" continuou sendo a matriz de seis novas Unidades, embora um pouco menores

que as propostas por Teixeira de Freitas. Mas continuaria existindo o Território de Rio Branco.

O fato concreto da existência do atual Guaporé interfere também na arrumação Teixeira de Freitas quanto ao antigo Estado de Mato Grosso. Poderíamos nos limitar a apontar o princípio de ampliação para L, acrescentando-se-lhe o que sobra para fora de suas fronteiras, do proposto Mamoré. Ora, havendo sido a área deste calculada por Teixeira de Freitas em cerca de 320.000 km², bastar-nos-á comparar os mapas 2 e 3 para verificarmos, num simples golpe de vista, que o Guaporé resultante iria ficar com uma área por volta de 400.000 km². A nosso ver, seria desvirtuar as intenções do autor. Se assim o fizéssemos, em todo o caso, bastaria aplicar então, ao resto do Estado, a divisão proposta, tendo apenas o cuidado de dar ao território que, no plano, tinha o nome de Guaporé, um outro qualquer, tirado de algum dos seus acidentes geográficos, buscado nalguma de suas tribus selvícolas, ou nos fastos de nossa história. Ele restaria um pouco menor que os 290.000 km² que lhe havia destinado o autor, mas, caberia folgadoamente no gabarito. Outra solução seria, nos moldes do que foi apontado para o caso do Amazonas, conservar o atual Território do Guaporé, e, tornando mais central a capital de Mato Grosso, criar uma nova arrumação entre o Estado e o Território que seria criado entre ele e aquele. É a solução que aparece em nosso mapa n. 3, onde damos idéia de um Território que se poderia denominar Juruena, como a sua capital, cidadezinha central, situada à margem do rio de igual nome, o principal nessa região e que a corta mais ou menos pelo meio, de Sul a Norte.

Ainda no mapa n. 3, o Estado de Rio Pardo, de Teixeira de Freitas, aparece com o nome de Maracajú, como no de Segadas Viana; outro nome cabível, pela sua significação histórica, seria o de Dou-

rados, conforme a indicação feliz do Exmo. Sr. Brigadeiro do Ar Lysias Rodrigues. Foi mantida a cessão do pórtio de Tutóia ao Piauí, mas eliminámos os pequenos acréscimos que o Estado de S. Francisco teria de áreas interiores do próprio Piauí e de Goiás, ou melhor, do futuro Território do Tocantins. Neste, também fizemos uma pequena alteração: passámos a capital para a cidade de Pórtio Nacional, que: ponto de cruzamento das BR 14 e 28 do Plano de Viação Nacional, a 1ª já em construção; ponto de pouso importante na rota aérea do Tocantins; pórtio fluvial de futuro para a ligação com Belém.

O outro fator de atualização do plano Teixeira de Freitas, a citada Lei n. 1.803, de 5 de janeiro de 1953, fixa como limites os paralelos Sul 15° 30' e 17°, e os meridianos 46° 30', e 49° 30', a W de Greenwich, para que, dentro de área aí compreendida, se proceda aos estudos e escolha definitiva da posição da nova Capital Federal. Nesse mesmo instrumento são determinadas medidas atinentes, não só aos trabalhos preparatórios de mudança dos órgãos de governo, como também aos estudos necessários para colocar a futura metrópole em condições de desempenhar o seu alto papel, tais como o estabelecimento da rede de comunicações, os planos de desapropriações necessárias, os abastecimentos de água, energia, etc....

Dessa maneira, parece que não mais cabe pensar-se em levar a capital "provisoriamente" para Belo Horizonte. A área reservada para o Distrito Federal, do plano, terá que ser incluída num, ou dividida por mais de um dos três Estados limítrofes, no caso os de Minas Gerais, Paranaíba, e Mucuri (mapa n. 2). O primeiro já levaria em seu bojo duas capitais, o Rio e Niterói, e mais uma outra importantíssima cidade — Juiz de Fora. O último, além de conter a cidade de Vitória, seria formado por terras do N do atual Estado montanhês, das de menor expressão, salvando uma parte da re-

gião ferrosa. Julgamos de melhor alvitre deixar Belo Horizonte para o segundo Estado que, coerentemente com princípios já apontados, herdaria o nome de Minas Gerais. Ao que era assim denominado por Teixeira de Freitas, poder-se-ia dar o nome de Guanabara, ou de Mantiqueira, ou ainda, excepcionalmente, em homenagem à ex-capital, o de Rio de Janeiro. Levando em consideração que, no projeto, êle seria o menor de todos, poderia receber alguns dos municípios que anteriormente haviam sido reservados para comporem o Distrito Federal provisório. E para que Belo Horizonte, agora novamente capital de Minas Gerais, não viesse a ficar num sa-

liente, quase isolada do seu Estado, proporíamos trocar a área N, da região sanfranciscana de Januária, que passaria a integrar o Estado de Mucuri, pela do Rio das Velhas, que viria integrar o de Minas Gerais. Nenhum dos dois Estados perderia em extensão territorial e Belo Horizonte ficaria bem enquadrada nas terras de sua jurisdição.

Aí fica, pois, o esboço de um Brasil que, acreditamos piamente, daria bons frutos a quem o planeasse...

Faltar-nos-ia falar sobre o futuro Distrito Federal, mas isto é outro assunto, e o abordaremos em outra ocasião.

AVISO AOS ANUNCIANTES

Nossos Agentes de Publicidade estão munidos de Carteira de Identidade, que deve ser exigida.

Nenhum deles está autorizado a receber qualquer quantia, senão quando especificamente credenciado para tanto através de carta e recibo firmados pelo Tesoureiro da Revista.

Para qualquer outra informação a respeito de anúncios na Revista "A Defesa Nacional", queira dirigir-se ao seguinte endereço :

Direção da "A Defesa Nacional", Quartel-General do Exército — 3º Pavimento — Ala Visconde da Gávea. Caixa do Correio n. 17, da Agência do Ministério da Guerra.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239

END. TEL. "RIOINCO"

Gerência, 23-0556 — Subgerência, 43-1112

Contadoria, 23-2329 — Cobranças, 43-9780

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

(N. 6)



UM ASPECTO DA MISSÃO EDUCATIVA DO OFICIAL DO EXÉRCITO

Pelo Alferes VALE CARVALHEIRA

Transcrito da "Revista da Cavalaria", de Portugal, número de janeiro de 1953

Tem-se por vèzes, confundido o conceito "disciplina" com o conceito "educação". E, se de uma maneira geral assim o podemos compreender, a análise, quando desce ao pormenor, desmente a identificação. Por disciplina temos de entender — um conjunto de regras que se impõem coativamente — ; e, por educação, — um estado de consciência que nos leva, por concessão íntima, à prática do dever —. Ora, o dever, justamente considerado, é a totalidade das normas que a Ética reúne, e que, só parcialmente, são codificadas pelo Regulamento de uma Disciplina. Assim, admitidas estas definições, concluiremos que, enquanto a educação se apresenta como um fim a atingir, a disciplina não é mais do que um dos meios postos ao serviço da educação. E, colocadas nestes termos as fronteiras de cada um dos conceitos — "disciplinar" e "educar" —, há que

admitir a existência de outros meios, ao lado da disciplina, que conduzem ao mesmo fim — à educação.

Quando educamos não fazemos mais do que levar o educando a uma adesão do seu pensar ao nosso próprio pensamento. Mas será isto Educar?... Queremos dizer: Será Educar, o levarmos o educando a aderir ao nosso pensamento?... Pode não ser... É um método, sem dúvida; mas, como método, não passa de um processo; e, dar a este procedimento um caráter absoluto, seria admitir como verdade esta afirmação: Educar é levar alguém a aderir às nossas opiniões. Ora, nós bem sabemos que se não pode conferir um sentido categórico a uma tal afirmação, sem transformarmos o cunho altruista da educação num egoísmo mesquinho. Assim, para que tal procedimento possa defender-se, é mister acres-

centar-lhe alguma nota que o individualize, que o torne inconfundível, que lhe dê um caráter de irreducibilidade, e teremos de dizer: Educar é levar o educando a aderir ao nosso pensamento, quando este se afere pelo padrão da verdade. Mas a verdade, considerada no geral com este subjetivismo, pode encarar-se objetivamente a dentro de esferas restritas, e então diremos que a verdade, sob o ponto de vista militar, é aquilo que determina a letra e o espírito do seu Regulamento Disciplinar.

E, chegados a este momento, estamos à altura de definir a Educação Militar, e definí-la-emos como o ato de levar o militar a aderir ao cumprimento das determinações preconizadas pela letra e pelo espírito do Regulamento de Disciplina Militar. Neste ato consiste a missão educativa do Oficial do Exército.

Retomando a idéia, já aprovada, de que a disciplina é um meio coativo de educação, coloquemô-lo em paralelo com outro meio, a persuasão, para concluirmos que a disciplina é um meio que vence, enquanto que a persuasão é um meio que convence. Esta conclusão é intuitiva, é evidente, e por isso não carece de demonstração; está demonstrada por força das premissas.

Vejamos agora qual dos meios devemos seguir na educação do militar.

Pode o Oficial, por escrúpulo ou por qualquer outro motivo, que não discutimos, subordinar a sua atuação somente à letra do Regulamento, procurando, apenas, educar coativamente; pode, por falta de vocação, ser um místico pregador de conselhos; pode, pela virtude da temperança, dosear equilibradamente, relativamente, a persuasão e a coação; pode ainda, por incompetência ou simples inação, não atuar de forma alguma. No primeiro caso o Oficial peca por querer, comodamente, sem mais delongas, impor a educação, enveredando exclusivamente pelo caminho do procedimento coativo, sendo unilateralista na visão das coisas; no se-

gundo caso, o pecado do unilateralismo é o mesmo, visto empregar apenas a persuasão, que quase sempre leva a brandura desmesurada ou a uma benevolência mal compreendida; no terceiro caso o Oficial será um bom educador, cingindo-se não só à letra como também ao espírito do Regulamento; no último caso, o Oficial deve mudar de profissão.

De todas as missões que competem ao oficial do Exército, é sem dúvida esta, — a de educar —, que exige mais inteligência, maior equilíbrio de faculdades, uma perfeita integridade moral, um grande espírito de justiça, bom senso, sabedoria, retidão e conhecimento dos fatos psicológicos que individualizam os homens.

Educar, sob o ponto de vista filosófico, que também muito interessa ao Oficial, é fazer com que o educando realize uma tomada de consciência capaz de eriar a sua integridade pessoal, o seu Eu, a sua personalidade; é ainda fazer com que o educando supere o educador. A educação, filosoficamente entendida, só estará completa quando o educador se tornar inútil.

O oficial do Exército, nas suas relações com os militares seus subordinados, é sobretudo e essencialmente um educador; antes de mais nada, tem de Educar. E, porque educar é difícil, há que ter uma preparação conveniente para poder realizar, com rendimento, a sua árdua missão, árdua mas nobre, de educador de homens. É da maior ou menor educação das tropas que resulta o maior ou menor êxito dos empreendimentos militares.

Um Exército bem educado, embora pequeno, pode levar a cabo missões de maior envergadura do que outro Exército que não esteja educado.

A educação militar não se aquilata pela disciplina, mas sim pela disposição de espírito com que a disciplina se cumpre.

Queremos mais uma vez dizer que a disciplina não equivale a educação nem esta se afina por aque-

la: um militar disciplinado pode ter uma má educação militar; mas o contrário já se não verifica, pois que, quem tiver uma boa educação militar, será sempre disciplinado. O cumprimento da disciplina, quando se reveste somente de um aparato externo, não tem grande valor; para que tal cumprimento seja valorativo, digno de louvor, é necessário que entre o sujeito que cumpre, e a disciplina cumprida, haja ajustamento interno, haja adesão da vontade consciente. Mais simplesmente, e porque agora o podemos afirmar já, o cumprimento da disciplina só terá valor educativo quando o militar cumprir não tanto por obrigação, como por dever.

Repetimos: a imposição é por nós reprovada, mas só quando se apresenta como um fim. Se o educador se servir da coação como um dos métodos, nós julgá-la-emos como um meio necessário, porque a experiência geral e as vivências pessoais nos revelaram a sua utilidade. O oficial que conseguir uma escola disciplinada atendendo à disciplina como um fim, não educou: apenas criou complexos de inferioridade. O militar que cumprir por medo, é um elemento sem valor; valor somente o tem aquele que cumpre por dever. A Educação Militar deverá, portanto, ter em vista apresentar ao educando tudo quanto concorra para fazer despertar no seu espírito a consciência do dever. E por isto mesmo aconselhamos o emprego do método persuasivo, mas sempre auxiliado pela coação quando estivermos em presença de uma consciência mais rebelde. Temperar, em justas proporções, a persuasão com a coação, é o dever do oficial quando educa. Não se deve querer um Exército

educado pela disciplina, mas sim um Exército disciplinado pela educação. E, dos bons como dos maus resultados sucedâneos de uma boa como de u'a má disciplinação das tropas, só os oficiais são dignos de louvor como dignos de censura. É de grande interesse que o oficial seja um bom condutor de tropas; mas é ainda de maior interesse que ele seja um bom educador das mesmas. Do ato de comandar, só às vezes, e indiretamente, depende o resultado da empresa; mas depende sempre e diretamente, da prévia educação de quem realiza o empreendimento. Comandar consiste em estabelecer planos, criar missões, ordenar algo e fazê-lo cumprir; educar é pôr as tropas aptas a aceitar de bom grado as ordens, e a bem cumprir as missões, de harmonia com os planos estabelecidos. Um bom Comandante não pode tirar grande rendimento de tropas mal educadas; e, pelo contrário, a educação das tropas supre, muitas vezes, as possíveis deficiências do Comando.

Todo o oficial é chamado a educar os seus subordinados, e, aquilo que ele deve primeiro ter presente, é a educação pelo exemplo. Depois, ele terá realizado a sua missão educativa quando conseguir que o seu educando não só veja na disciplina uma auto-imposição da sua consciência, como ainda seja capaz de obrigar-se, mercê da sua personalidade, a cumprir esse dever que ele aceitou por educação.

O militar educado assim, ficará apto a ir ao encontro daquilo que o Comando quer, nas suas determinações, e, desde que lhe sejam fornecidas condições materiais e apoio moral, a realizar aquilo que o Comando queira.

AVISO AOS ASSINANTES

Para renovar sua assinatura, não espere deixar de receber "A DEFESA NACIONAL".

Procure o nosso representante na Unidade em que serve ou queira dirigir-se diretamente à Gerência.

Caixa Postal n. 17-Agência do Ministério da Guerra — Rio de Janeiro.

NOTÍCIAS DIVERSAS

Combatamos sem descanso o pessimismo. Não vejamos apenas os nossos defeitos, que também outros povos igualmente possuem; fortaleçamos a fé em nossa capacidade de realização, repetindo a cada passo o muito que já conseguimos produzir e que as estatísticas proclamam; criemos a consciência nacional de que já somos uma grande nação e de que seremos incomparavelmente maiores em próximo futuro, graças ao trabalho e aos imensos recursos de que poderemos dispor.

WALDEMIRO POTSCH

● Assinado o contrato com a "Fokker"

Foi assinado o contrato entre o Governo brasileiro e a "Companhia Fokker de Indústria Aeronáutica" para a fabricação de aviões do tipo comum e a jato em nosso país. O contrato permite à Fokker a utilização da Fábrica do Geleão, de nossa Aeronáutica. É claro que uma indústria dessa não poderia se manter sem receber encomendas oficiais. Assim, foi incluído no contrato a encomenda de 200 aviões de treinamento, a ser executada no prazo de 5 anos.

Esses aparelhos estão assim distribuídos: 100 aparelhos "Fokker Sill"; 50 do tipo S-12; 50 do tipo S-14. Ainda, 150 serão de propulsão convencional e os 50 restantes de propulsão a jato.

● Novas instalações na Fábrica do Realengo

Modernas instalações, destinadas à fabricação de munição de Cal. 50 foram inauguradas, em agosto último, pelo Gen. Cyro Cardoso, ao ensejo das festividades comemorativas do 55º aniversário de fundação da Fábrica do Realengo.

A maquinária, toda montada e em funcionamento, foi adquirida de excedentes de guerra do governo norte-americano, cabendo a fir-

mas nacionais as instalações auxiliares de vapor, ar comprimido, gás e água, bem como a sub-estação elétrica.

Moderno edifício, excelentemente projetado pela D.O.F.E., que orientou e fiscalizou a sua construção, completa a grande obra que foi incorporada ao patrimônio das forças armadas de terra. Da cerimônia constou também o lançamento da pedra fundamental da nova Casa Balística, que será construída brevemente sob a supervisão da Casa Zeiss, de renome mundial e que disporá de galerias de tiro modernas.

Também será instalado, dentro em breve, o novo Gabinete de Metrologia, cuja aparelhagem já foi adquirida. Com esses melhoramentos inadiáveis, a Fábrica do Realengo constituir-se-á num Centro de Munições para Armas Portáteis que, além da fabricação de munição, destinar-se-á a orientar e coordenar a indústria civil correlata, como se faz nos Estados Unidos.

● Assinado o contrato para a fabricação do trator nacional

Os representantes legais da Fábrica Nacional de Motores e das Indústrias Fiat assinaram o contrato para a fabricação de tratores no Brasil. Esse contrato é o resultado de uma concorrência

feita entre firmas européas conceituadas. A Companhia italiana vencedora empenha no empreendimento toda a sua responsabilidade industrial, trazendo desenhos de fabricação, folhas de operação, tabelas, especificações e ainda assume o compromisso de fazer uma remessa inicial de mil tratores, para os quais ficará garantido o suprimento de todas as peças de renovação.

● Será assinado o contrato para a exploração do manganês de Urucum

Recentes declarações do Governador de Mato Grosso adiantam que o contrato para a exploração do manganês de Urucum está dependendo apenas de um último pronunciamento: o da Comissão de Faixa de Fronteiras.

Principais tópicos do contrato:

— o Estado receberá 3 % sobre o preço do minério até 250.000 toneladas. Acima dessa quantidade, receberá 3,5 %;

— o preço do minério não será nunca inferior a 15 cruzeiros por tonelada;

— o Estado receberá, em adiantamento, até 60 dias após a averbação do contrato, 10 milhões de cruzeiros, os quais somados a igual quantia já recebida, completarão 20 milhões como "advance royalty";

— a arrendatária se obriga a retirar o mínimo de 50 mil toneladas anuais;

— pagará importância correspondente a essa quantidade, mesmo no caso de não extrair e exportá-la;

— a empresa se obriga a aplicar na região do município de Corumbá 20 % dos seus lucros líquidos;

— o prazo de arrendamento será de 50 anos.

● A construção do porto de Itacuruçá

Uma Comissão de Engenheiros do M.V. acaba de dar parecer sobre

a construção do porto de Itacuruçá, visando o seu financiamento pelo Banco de Desenvolvimento Econômico. O investimento, inclusive o reaparelhamento do trecho ferroviário que servirá o porto, exigirá o emprêgo de 40 milhões de dólares e capacitará o porto para uma exportação de 6 a 8 milhões de toneladas de minérios, além de 3 a 8 para o consumo nacional. A construção do porto visa aliviar o trecho da Central entre Japeri e o Porto do Rio.

● Em setembro a inauguração de Mataripe ampliada

Quando circular este número, já estarão inauguradas as obras de ampliação da refinaria de Mataripe, que elevarão de 2.500 para 5.000 barris diários a produção da mesma. E já se pensa em ampliá-la para 15.000 barris diários.

Por outro lado, está pronta e em funcionamento experimental a unidade produtora de óleo liquefeito, conhecido comercialmente como ultra-gás.

● Ampliação da Refinaria de Cubatão

Os técnicos do C.N.P. já estudam a ampliação da refinaria de Cubatão de 45 mil para 75 mil barris diários, por isso que já se prevê que, dentro de 5 anos, a sua produção será insuficiente para atender à região geo-econômica servida pelo porto de Santos. Nessa região circulam 250.000 veículos e prevê-se que, dentro de 5 anos, circularão 350.000.

● Aprovado o projeto do Salto Grande de Santo Antônio

O Presidente da República aprovou o projeto elaborado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos relativo ao aproveitamento de energia elétrica do Salto Grande de S. Antônio, no Estado de Minas Gerais. Esse Salto dará 100.000 kw

à região central de Minas Gerais. O Governo dará as garantias para o empréstimo em dólares.

● Volta Redonda no rumo de um milhão

O Presidente da República enviou mensagem ao Congresso, acompanhada de projeto de lei relativo ao novo plano de expansão de Volta Redonda, ou seja o que permitirá elevar a capacidade da Usina de 700 mil para um milhão de toneladas anuais. O Tesouro Nacional garantirá a operação financeira necessária e que exigirá 35 milhões de dólares, a serem obtidos, por empréstimo, no "Export and Import Bank".

● Aproveitamento das riquezas da Amazônia

O superintendente, recém nomeado, do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, declarou que será traçado, com o prazo de 3 meses, um primeiro plano de ação, ou seja, um plano de emergência, disciplinando obras já em realização, dentro das verbas orçamentárias em vigor.

Esse plano será submetido ao Presidente da República para efeito de imediata execução.

Logo a seguir, a Superintendência preparará o primeiro plano quinquenal, que deverá abranger os problemas em sua grandeza e importância. Esse plano será submetido ao Congresso Nacional.

Pedidos de Livros

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta Capital

CASA DE MÓVEIS "CRUZEIRO"

Mobiliário de fino gosto — Tapetes em geral — Colchões — Todas as qualidades — Todos os estilos — Todos os preços — Todas as vantagens

FABRICA DE MALAS "CRUZEIRO"

Colchões de molas "Brasil" — Cofres de aço — Geladeiras, etc. — Fabricação perfeita — Acabamento esmerado — Amplas facilidades de crédito aos militares da 9ª Região Militar

A maior casa do ramo no Estado de Mato Grosso

HENRIQUE PUP & CIA. LTDA.

Rua Dom Aquino ns. 546 e 556 — Campo Grande — Estado de Mato Grosso

(N. 5)



Novo centro britânico de energia atômica

A Grã-Bretanha construirá a primeira estação de energia atômica do mundo. A nova instalação, em Cumberland, levará dois anos para ser construída. Será o 8º Centro de Energia Atômica da Grã-Bretanha. Tem duas finalidades, a produção de eletricidade e o aumento de fornecimento de plutônio.

O método de produção de energia a ser usado no centro de Cumberland será provavelmente um tipo melhorado de reator natural de urânio colocado em uma cápsula; seu calor é transferido por meio de um gás sob pressão para um gerador convencional de energia elétrica. Espera-se que a produção atinja 50 milhões de wats; pode fornecer energia para uma cidade.

O avião a jato gigante — O "Atlântico"

Em Londres, está sendo planejada a construção de um novo avião de transporte de grande raio de ação, com asa em delta, que se chamará "Atlântico". Este avião se baseará no bombardeiro de asa em delta Avro "Vulcan", e será capaz de voar direto de Londres a New York, e regressar no mesmo dia. Terá uma velocidade de cruzeiro de mais de 1.000 quilômetros por hora, a uma altura de 12.000 metros; transportará de 90 a 115 passageiros.

O diretor-gerente da A.V. Roe, Sir Roy Dobson, declarou que este aparelho está atualmente em projeto, já que sua companhia está muito ocupada na construção dos bombardeiros de asa em delta "Vulcan" para a RAF; mas, não obstante, as linhas aéreas de todas as partes do mundo pedem pormenores do futuro avião de transporte civil que será construído logo após o "Vulcan".

O "Atlântico" terá algumas características particulares, como o transporte completo do combustível nas asas deixando a fuselagem completamente livre para carga útil. Os cones de ruídos, que produzem os motores a jato, ficaram por trás do espaço destinado aos passageiros, conseguindo-se com isto uma travessia silenciosa do Atlântico e sem vibrações.

ATOS OFICIAIS

Leis, Decretos e Avisos de interesse geral do Ministério da Guerra publicados no mês de julho de 1953

AVISO N. 609 — EM 13 DE
JULHO DE 1953

Tendo surgido dúvidas quanto a aplicação do art. 78 do C.V.V.M. aos sargentos com permanência assegurada ou não, bem como aos promovidos na tropa, quer para fileira ou especialidade, e, de acordo com o parecer da Comissão Interministerial Interpretativa do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, declaro:

1 — O auxílio para fardamento, outorgado ao militar promovido a 3º Sargento na forma do art. 78 do C.V.V.M. uma vez satisfeita a condição do tempo de permanência mínima estabelecida pela interpretação do Decreto n. 30.119, de 1 de novembro de 1951, abrange os militares que fazem o curso de sargento nos corpos de tropa.

2 — Ao 3º Sargento que, após a promoção a essa graduação não possa se beneficiar da concessão do auxílio devido a não satisfazer a condição de permanência poderá ser concedido um adiantamento na forma do art. 81 do C.V.V.M. para desconto total dentro do tempo que lhe restar para permanência nas fileiras, em virtude de anterior engajamento ou reengajamento.

3 — Quando for satisfeita a condição de permanência e portanto integrar-se o direito ao auxílio próprio deverá recebê-lo restituindo nessa ocasião, e de uma só

vez, o que faltava indenizar do empréstimo anteriormente percebido

Cyro Espirito Santo Cardoso.

("Diário Oficial" de 14-VII-53.)

* *

AVISO N. 610 — Em 13 DE
JULHO DE 1953

Consulta o Comandante do 6º Regimento de Artilharia Auto Rebocado 75 se os 3º Sargentos encarregados de rancho (AMG-Pessoal de Aprovisionamento e QMP-Pessoal de Aprovisionamento) de subunidade incorporada, fazem jus a gratificação de especialidade e função, tendo em vista que somente um exerce realmente a função no rancho, com exceção das ocasiões em que são feitos exercícios e estacionamentos, quando então o serviço de aprovisionamento funciona na âmbito da Bateria.

Em solução, declaro que os sargentos de que trata a presente consulta não fazem jus à referida vantagem — *Cyro Espirito Santo Cardoso.*

("Diário Oficial" de 14-VII-53.)

* *

AVISO N. 616 — EM 14 DE
JULHO DE 1953

Considerando a necessidade de comprimir despesas especialmente as que exigem cambiais, enqua-

drando-as nas disponibilidades dos créditos abertos ao Ministério da Guerra, fica atribuído, exclusivamente, à Comissão Militar Brasileira em Washington, a realização da compra de artigos de importação norte americana destinados ao Exército.

A efetivação da operação dependerá de prévio assentimento do Titular da Guerra; os entendimentos preliminares, porém, relativos a definição das características do material a obter, preços e outras informações complementares deverão realizar-se diretamente entre o órgão interessado e aquela Comissão.

Os pagamentos correrão por conta dos recursos que a Unidade Administrativa dispuser como quota para transações em moeda estrangeira segundo a previsão estabelecida em consequência da Circular n. 7-53, de 18 de fevereiro de 1953, da Presidência da República — *Cyro Espirito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 15-VII-53.)

* *

AVISO N. 626 — EM 14 DE JULHO DE 1953

Solução de consulta

1. Consulta o Comandante da Zona Militar Sul se os Generais de Brigada, Chefes de Estado-Maior de Zona Militar concorrem, com os demais Generais de Brigada subordinados, Comandantes de G.U. ou de Armas, nas substituições de Comandantes de Regiões ou de D.I., nos casos de cargo vago ou afastamento de mais de trinta dias.

2. Em solução declaro:

a) O General de Brigada Chefe de Estado-Maior de Zona Militar não concorre às substituições temporárias nos grandes comandos subordinados à mesma Zona Militar. Cabe-lhe, apenas, respeitado o princípio de precedência hierárquica, substituir o Comandante da respectiva Zona Militar.

b) Para os casos constantes da consulta, as substituições de comando serão feitas de acordo com o art. 420 do R-1, dentro de cada R.M., D.I., D.C. ou Comando da Arma, observando o art. 20 do R-163 — *Cyro Espirito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 15-VII-53.)

* *

AVISO N. 632 — EM 17 DE JULHO DE 1953

1. Consulta a Diretoria Geral do Pessoal qual a interpretação correta que deve ser dada ao parágrafo único do art. 8º da Lei de Movimento de Quadros, em vista de terem surgido dúvidas quanto ao sentido real do referido parágrafo para sua aplicação conscienciosa e justa, no que se refere à classificação de subalternos recém-promovidos.

2. Em solução, aprovando o parecer do Estado-Maior do Exército, declaro:

1º — a existência do art. 8º do Decreto-lei n. 7.039, de 10 de novembro de 1944 (Lei de Movimento de Quadros) consiste:

a) em prescrever ao oficial a obrigatoriedade de prestar serviços nas 3ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª 10ª Regiões Militares, em um dos postos compreendidos entre o de Capitão e o de Coronel (ambos inclusive); tal obrigatoriedade independe do arbítrio, embora a vontade do oficial possa para ela concorrer. Na verdade, ela depende dos órgãos que se destinam à movimentação;

b) em admitir, como serviço prestado nos territórios das mesmas Regiões, o tempo nêles passado, para tais fins, pelo oficial subalterno, em qualquer pósta deste círculo. Tal tempo valerá para efeito do art. 8º, na carreira de oficial, desde subalterno a oficial superior.

2º — A satisfação das exigências do art. 8º e seu parágrafo único, em causa, não cria direito a arguir contra nova, ou novas classificações nos territórios das Regiões de obrigatoriedade, uma vez que preva-

lece, em muitas oportunidades, a necessidade de atender a movimentação imposta pelas exigências do equilíbrio dos efetivos — *Cyro Espirito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 20-VI-1953.)

* *

DECRETO N. 33.357 — DE 23 DE JULHO DE 1953

Aprova as Instruções para o Funcionamento do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Ficam aprovadas as Instruções para o Funcionamento do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas, criado de acordo com o art. 2º da Lei número 785, de 20 de agosto de 1949, e que com este baixam, assinadas pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Art. 2º. O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 1953; 132º da Independência e 65º da República.

GETULIO VARGAS.

*Renato de Almeida
Gallóbel.*

*Cyro Espirito Santo
Cardoso.*

Nero Moura.

Instruções para o Funcionamento do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas

1. As presentes Instruções regulam o funcionamento do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCF.A.), criado de acordo com o art. 12 do Regulamento da Escola Superior de Guerra, aprovado pelo Decreto n. 27.264, de 28 de setembro de 1949.

2. O C.E.M.C.F.A. destina-se a:

— habilitar oficiais das Forças Armadas para o exercício de funções de comando, de chefia e de estado-maior de organizações e de forças combinadas e aliadas;

— cooperar na experimentação e desenvolvimento da doutrina brasileira de comando e estado-maior combinado.

3. A instrução compreenderá:

— Revisão dos conhecimentos relativos a cada Força Armada, julgados necessários à compreensão dos respectivos modos de emprego;

— estudo da doutrina de organização, emprego e logística de organizações e forças combinadas;

— aplicação e aprimoramento da técnica de estado-maior, tendo em vista o trabalho combinado;

— estudo de outros assuntos julgados indispensáveis à finalidade do Curso.

3.1 — A instrução será ministrada de conformidade com os métodos e processos estabelecidos pela Escola Superior de Guerra.

4. O período letivo do curso terá, em princípio, a duração de 22 semanas, incluindo o tempo destinado a manobras, viagens e visitas.

5. O Curso funcionará sob a orientação geral do comandante da Escola Superior de Guerra e disporá de:

- um Diretor do Curso;
- um Diretor de Ensino;
- Divisões.

5.1 — O Diretor do Curso, responsável direto perante o comandante da Escola Superior de Guerra pelo desenvolvimento das atividades do curso, será um dos assistentes militares da referida Escola, nomeado por aquela autoridade, mediante rodízio anual.

5.2 — O Diretor do Ensino — auxiliar imediato do Diretor do Curso e responsável pela coordenação do trabalho das Divisões e pela execução dos programas de instrução — será um Coronel ou

Capitão de Mar e Guerra do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, com os Cursos Superior de Guerra ou Estado-Maior e Comando das Forças Armadas.

5.3 — A cada Divisão Compete centralizar e desenvolver os assuntos do Grupamento que lhe for atribuído.

5.4 — Cada Divisão disporá, no mínimo, de um instrutor de cada Força Armada e será chefiada por um deles, com o título de Instrutor-Chefe.

6. Os instrutores serão oficiais superiores das Forças Armadas diplomados pela C.E.M.C.F.A. e farão parte do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra.

7. O Diretor de Ensino e os Instrutores do Curso serão nomeados por Decreto, em princípio pelo prazo mínimo de dois anos, mediante proposta do E.M.F.A., por indicação do Comandante da Escola Superior de Guerra e ouvidos os respectivos Ministérios.

8. Sempre que for julgado conveniente ao ensino, poderão ser aproveitados os trabalhos constantes do currículo da Escola Superior de Guerra ou de outras escolas militares e convidados elementos estranhos ao Curso para nele cooperarem.

9. Além dos recursos da Escola Superior de Guerra, poderão ser aproveitados, de acordo com os respectivos Ministérios e as necessidades do ensino, os meios auxiliares e as instalações das escolas da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

10. O número de oficiais a estagiar no C.E.M.C.F.A. será estabelecido anualmente pelo E.M.F.A., mediante entendimento com os Chefes dos Estados-Maiores das três Forças Armadas.

11. As matrículas no Curso serão da competência do Chefe do E.M.F.A. Os oficiais a matricular serão indicados pelos respectivos Ministros que os colocarão à disposição daquela autoridade.

11.1 — São condições para matrícula:

— ser oficial do posto de Coronel, Capitão-de-Mar-e-Guerra (no terço mais moderno); Tenente-Coronel, Capitão-de-Fragata; ou Major, Capitão-de-Corveta (no terço mais antigo);

— possuir, há mais de dois anos, o curso da Escola de Estado-Maior do Exército, o Fundamental da Escola de Guerra Naval ou o Superior de Comando da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica;

— ser selecionado pelo Chefe do Estado-Maior da respectiva Força Armada.

12. O estagiário poderá ter seu curso interrompido: por interesse do serviço, a pedido, por motivo de saúde ou por solicitação do Comandante da Escola ao Chefe do E.M.F.A.

Somente o oficial desligado por interesse do serviço ou motivo de saúde, poderá ser rematriculado.

13. Ao concluírem o Curso, os oficiais receberão um diploma e ficarão habilitados, ao exercício das funções previstas no n. 2 deste documento, para as quais deverão ser, preferencialmente, indicados.

14. Findo o período letivo, o Comandante da Escola Superior de Guerra apresentará ao Chefe do E.M.F.A., um relatório sobre as atividades do Curso e um conceito individual sobre os oficiais que o terminarem.

15. Os oficiais diplomados pelo C.E.M.C.F.A. usarão um distintivo do Curso, conforme as especificações do ato que o criar.

16. O C.E.M.C.F.A. deverá funcionar, ainda no corrente ano, com início a 10 de agosto e encerramento a 10 de dezembro.

16.1 — Serão designados como Diretor do Curso, Diretor do Ensino e Instrutores os oficiais da Escola Superior de Guerra e de Estado-Maior das Forças Armadas que realizaram o Estágio de Adaptação durante o período de maio a julho do corrente ano.

16.2 — Os estagiários, em número de 10, serão indicados pelos Chefes dos Estados-Maiores das três Forças Armadas na seguinte base: Marinha — 3, Exército — 4 e Aeronáutica — 3.

16.3 — O Curso será orientado no sentido de completar os estudos realizados no Estágio de Adaptação.

16.4 — Os oficiais de que trata o n. 16.1 serão diplomados com os estagiários de 1953.

Rio de Janeiro, D.F., 17 de julho de 1953 — General de Exército *Álvaro Fiuza de Castro*, Chefe Interino do Estado-Maior das Forças Armadas.

(“Diário Oficial” de 25-VII-1953.)

HISTÓRIA GERAL E MILITAR

Acaba de ser publicado o livro do General Pedro Cordolino de Azevedo, *História Geral e Militar*.

Este trabalho encerra um estudo detalhado das guerras antigas e modernas, com os ensinamentos decorrentes das mesmas.

O autor é mestre consagrado de História Militar, há mais de 30 anos, na Escola Militar do Realengo, onde professou a matéria com grande saber e proficiência.

No 1º volume estão encerrados os assuntos da História Geral com noções claras e precisas das guerras da antiguidade e no 2º, da parte das guerras modernas com os ensinamentos decorrentes das mesmas, com um conjunto de mapas que elucidam os textos.

O trabalho demonstra um grande esforço e capacidade do autor que aproveitou todos os autores e mestres que se dedicaram ao assunto.

É uma obra de síntese admirável, onde todos os militares e civis podem colher ensinamentos preciosos.

Está provado que a História e a Geografia são ciências indispensáveis à cultura do oficial moderno. Todos os países dedicam grande interesse no estudo dessa matéria, que serve para desenvolver o nacionalismo dos povos e preparar os chefes para a guerra do futuro.

Os dois volumes da História Militar estão à venda na Secção de livros da “A Defesa Nacional”, no 3º pavimento do Palácio da Guerra, ala da rua Visconde da Gávea. Preço Cr\$ 300,00 (dois volumes). Aguardamos pedidos pelo reembolso.

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — “A Defesa Nacional” adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro — das livrarias desta capital —

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Professor A. Miranda Lima.
Professor Roberto Pinto de Souza.
Sr. Vale Carvalheira.
General Joaquim de Oliveira Paredes.
Coronel Adalardo Fialho.
Coronel Adauto Castello Branco Vieira.
Coronel Arold Ramos de Castro.
Coronel Augusto Maggessi Pereira.
Coronel Enio da Cunha Garcia.
Coronel Paulo Enéias F. Silva.
Ten.-Cel. Cesar Neves.
Ten.-Cel. Floriano Möller.
Major Alfredo C. Lima.
Major Heraclides de Araujo Nelson.
Major Mário M. Ramos.
Cap. Carlos Alboim Costa.
Cap. G. F. de Castro.
Cap. José M. Ramalho.
1º Ten. V. A. Azeredo Coutinho.



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

Cr\$ 15,00

S. G. M. G.
IMPrensa MILITAR
RIO DE JANEIRO — 1953